



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL  
INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

**MARJA DIANE PEREIRA BRITO DE OLIVEIRA**

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO):  
PERCEPÇÃO DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA  
SOBRE O ESPAÇO FÍSICO EM USO DO CÂMPUS PALMAS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS

PALMAS-TO  
2021

MARJA DIANE PEREIRA BRITO DE OLIVEIRA

**AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO):  
PERCEPÇÃO DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA  
SOBRE O ESPAÇO FÍSICO EM USO DO CÂMPUS PALMAS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS**

Relatório Técnico Conclusivo de Pesquisa Aplicada, apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 2019-2020, na linha de Pesquisa Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos, subárea Trabalho e Direitos Humanos e Projeto de Pesquisa de Educação em Direitos Humanos.  
Produtos: Relatório Técnico Conclusivo e Curso de Formação.  
Orientadora Professora Doutora Patrícia Medina.

PALMAS-TO  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

- Q48a Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de.  
Avaliação Pós-Ocupacional (APO): percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins./ Marja Diane Pereira Brito de Oliveira - Palmas, TO, 2021.  
233 f.  
Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2021.  
Orientadora: Patrícia Medina
1. Acessibilidade Físico-Espacial. 2.NBR 9.050, de 2020 (ABNT, 2020). 3. Direito e Acessibilidade. 4. Ambiente de trabalho. I. Título
- CDD 342**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor (a).**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

MARJA DIANE PEREIRA BRITO DE OLIVEIRA

**“AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO): PERCEPÇÃO DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA SOBRE O ESPAÇO FÍSICO EM USO DO CÂMPUS PALMAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS”**

Relatório Técnico Conclusivo de Pesquisa Aplicada, apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 2019-2020, na linha de Pesquisa Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos, subárea Trabalho e Direitos Humanos e Projeto de Pesquisa de Educação em Direitos Humanos.

Produtos: Relatório Técnico Conclusivo e Curso de Formação.

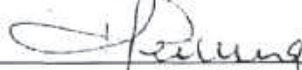
Orientadora Professora Doutora Patrícia Medina.

Relatório Técnico defendido e aprovado em: 31 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA:



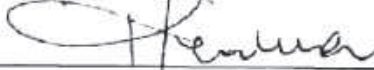
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia Medina - UFT  
Orientadora e Presidente da Banca



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kenniane Lennir Nogueira Carvalho Barreira  
Membro Avaliador Externo – CEULP



Prof. Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira  
- UFT/CE  
Membro Avaliador Interno



Prof. Dr. Vinicius Pires Marques – UFT  
Membro Avaliador Interno Suplente

Palmas-TO  
2021

Dedico este trabalho à minha família e *in memoriam* ao meu tio Adevaldo Pereira (saudades).

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que, nos anos atípicos de 2020-2021, tem sido meu sustento. Período este em que manter a saúde mental de forma equilibrada é um desafio, devido às inúmeras perdas de pessoas por causa da Pandemia de Covid-19. Por isso, manter-se forte e firme é uma bandeira a ser fortalecida a cada dia, tendo a esperança por dias melhores. Este estudo me definiu bastante como pessoa, pois busquei, na medida do possível, ser e dar meu melhor. Aprendi a não desistir mesmo mediante os desafios em construir, ter atitudes e dar esperança àqueles que não tinham mais dentro desse contexto social e político tão complicado. Como pesquisadora, vivenciei vários momentos com intensidade, sendo mãe, dona de casa, esposa e servidora, fatos que exigiram muito esforço, cansaço, e têm exigido muito de nós (mulheres); no entanto, apesar de tudo, amadureci na construção de ideias, na forma de cuidar, fortaleci novos hábitos e propósitos com a causa da acessibilidade, o que tem sido desafiante o entendimento de aspectos físico-espaciais, mas certamente é um grande aprendizado que carregarei para a vida. A pandemia trouxe à tona diversas transformações e a descoberta de outras possibilidades, como readaptar espaços em nossas residências e readequar a forma de viver, com o trabalho realizado em *home office*, vislumbrando o mundo pela tela do computador e do celular. O que a percepção de viver em seu ambiente “casa” traz nesse novo contexto. Ao mesmo tempo, vivemos histórias tristes e angustiantes presenciadas pelo sofrimento de tantas famílias que perderam seus entes queridos pelo vírus da Covid-19, causando inúmeras mortes. Em meio a tudo isso, necessitamos de esperança, de luta diária, tentando não só sobreviver, mas também viver. Experenciamos fatos inimagináveis, momentos que ficarão marcados na memória para sempre e em nossos corações; por isso, externalizo minha solidariedade a todas as famílias brasileiras que passaram e passam pela situação da perda, e a todos os nossos servidores da Universidade Federal do Tocantins que partiram e nos deixaram saudades. Meus sinceros sentimentos!

As palavras são poucas para agradecer à minha querida mãe e amiga Rosa, que acredita em mim e não mede esforços para me ajudar com o meu filho Josué. Gratidão! Ao meu esposo Júnior, amigo, parceiro, não tenho palavras para externalizar meu carinho e amor, juntos superamos muitos obstáculos. Ao meu filho Josué, de 5 anos, que alegra nossos dias, deixando-os ainda melhores e interativos. Obrigada meus amores!

À minha orientadora, doutora Patrícia Medina, a quem tenho grande estima e admiração pelo seu modo de viver a vida, a maneira gentil, amável, sua disposição e brilhantismo pelo ensino, seu

apoio, leveza, paciência, e orientações foram imprescindíveis para o meu desenvolvimento tanto como pesquisadora, como pessoa. Carinhosamente, muita gratidão!

Ao Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, na pessoa do querido professor Gustavo Paschoal, coordenador do Programa. Aos inestimáveis professores pelo convívio e enriquecimento dos conhecimentos adquiridos. À Eugênia, secretária do curso, por toda sua atenção em nos ajudar.

Gratidão a todos os colegas de Mestrado da Turma VII, 2019-2020, dos quais guardo ótimas recordações, aprendizados, admiração de colegas com grandes saberes e bons exemplos.

Em especial às minhas colegas de trabalho da Universidade Federal do Tocantins, do Mestrado, e às amigas Luzia Bernardes e Helenara Soares, como dizemos: “Estamos juntas, ninguém solta a mão de ninguém”, essa frase foi por nós muito utilizada nesse período de estudo em momentos difíceis. Hoje, já alcançaram com êxito o título de mestras, e essa conquista com certeza renderá bons frutos para a sociedade. Agradeço pela boa convivência, pela amizade, pelas experiências intensas que vivenciamos juntas, pelas conversas de alegria, tristezas e vitórias. Vocês foram importantes para que esta pesquisa fosse implementada, por isso minha sincera estima e consideração!

Meu reconhecimento às meninas dos Recursos Humanos da Coordenação de Gestão de Pessoas do Câmpus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins, às quais nomeio a Raíssa, a Deusirene e a Rejane, que, desde o início deste estudo me deram todo o incentivo e colaboraram para que esta conquista fosse alcançada. Sem deixar de esquecer o apoio e a força da querida Nathalia a esta equipe durante o período em que estive ausente. Obrigada por toda a compreensão!

A gestão do Câmpus Palmas, na pessoa do professor-diretor Marcelo, por incentivar e apoiar este estudo, e a todos os servidores do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins que participaram desta pesquisa.

Às arquitetas Nathalia Ubaldina e Larissa Aguiar, pelo empenho em contribuir para que o objetivo deste estudo fosse alcançado. Gratidão!

Aos meus amigos e familiares que, de forma direta e indireta, me deram todo o apoio necessário. Todas essas contribuições foram importantes e sei que poderemos lutar pela busca por uma sociedade cada vez mais consciente de seus direitos e deveres, por meio da educação de Direitos Humanos.

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

Madre Teresa de Calcutá.



OLIVEIRA, MARJA DIANE PEREIRA BRITO DE. **Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.** 232p. Relatório de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Escola Superior da Magistratura Tocantinense em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, 2021.

## RESUMO

Trata-se de relatório técnico conclusivo, o qual apresenta resultados de pesquisa com o objetivo de analisar os espaços físicos no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, em grau de satisfação dos servidores, especialmente aqueles com deficiência e mobilidade reduzida, no exercício de seus direitos à acessibilidade físico-espacial. Foi utilizada abordagem multimétodos quantiquantitativa, aplicando os procedimentos da Avaliação Pós-Ocupação (APO). A amostra foi constituída de 231 servidores que responderam a questionários e entrevistas e análise *walkthrough*, sendo esta não concluída devido à Covid-19. Os resultados apontaram que os servidores apresentam grande insatisfação com indicadores de informação e localização, segurança nos edifícios, inclusão e integração, qualidade do espaço físico, uso e acessibilidade a banheiros e elevadores e desconhecimento das atividades do Setor de Acessibilidade, condições estas que afetam a autonomia, conforto e segurança no acesso, e a qualidade de vida no trabalho. O relatório indica ações para a gestão do Câmpus de Palmas, por meio do quadro-síntese de recomendações com base na NBR 9.050, de 2020, e apresenta curso de capacitação como estratégia para sensibilizar e capacitar a comunidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins como estratégia para ampliar a satisfação daqueles servidores com deficiência e mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade físico-espacial.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade Físico-Espacial. NBR 9.050, de 2020 (ABNT, 2020). Direito à Acessibilidade. Normativa Brasileira para a Acessibilidade. Ambiente de trabalho

## ABSTRACT

Here we present a conclusive technical report that shows the results of a research concerning to the physical space on the Palmas Campus at the Federal University of Tocantins (UFT) in the level of satisfaction of the servers, especially those with reduced mobility in the exercise of their rights to physical-spatial accessibility. A multi-methods and a mixed methods approaches were used, applying the procedures of the Post-Occupation Evaluation (POE). The sample consisted of 231 servers who answered form questions, interviews and walkthrough analysis, however this last one was not completed due to Covid-19. The results pointed out that the public servers presents a great dissatisfaction with indicators of information and location, safety in the buildings, social inclusion and integration, quality of the physical space, use and accessibility to restrooms and elevators and lack of knowledge about the activities related to the Accessibility Sector, conditions that impact on autonomy, comfort and safety in access and quality of life at work. This report indicates actions for the management on the Palmas Campus, through the summary table of recommendations based on the NBR 9050/2020 and presents training course as a strategy to sensitize and empower the community of the UFT Palmas campus with the goal of increasing the satisfaction of those servers with disabilities and reduced mobility in the exercise of their rights to physical-spatial accessibility. Key words: physical-spatial accessibility; Accessibility Rights; NBR 9050/2020 (ABNT, 2020); Brazilian Normative for accessibility; workplace.

**Keywords:** Physical-Spatial Accessibility. Accessibility Rights. NBR 9.050, de 2020 (Abnt, 2020); Brazilian Normative for Accessibility. Workplace.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Dimensões da Acessibilidade .....	29
Figura 2 - Componentes da acessibilidade espacial .....	30
Figura 3 - Distribuição geográfica do Câmpus da Universidade Federal do Tocantins, no Estado no Tocantins .....	39
Figura 4 - Localização do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, destinada ao centro da cidade de Palmas-TO .....	43
Figura 5 - Mapa de localização e de identificação dos edifícios públicos em uso no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.....	46
Figura 6 - Recorte do modelo da planilha de avaliação de acessibilidade .....	47
Figura 7 - Avaliação de acessibilidade Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins – trechos avaliados.....	48
Figura 8 - Imagens da NBR 9.050, de 2020 e Manual de Sinalização Cotran.....	63
Figura 9 - Imagens do Trecho A – Circulação Interna (Bala 1).....	64
Figura 10 - Imagens do Trecho A – Circulação Interna (Bala 1).....	65
Figura 11 - Imagens do Trecho A – Banheiro Feminino (Bala 1).....	66
Figura 12 - Trecho A – Imagens do Banheiro Masculino (Bala 1) .....	67
Figura 13 - Trecho A – Imagens de Circulação Externa (Bala 1) .....	68
Figura 14 - Trecho A – Imagens do Piso Superior (Bala 1) .....	69
Figura 15 - Trecho A – Entrada ao edifício e Circulação Interna (Bala 2) .....	70
Figura 16 - Trecho A – Entrada ao edifício e Circulação Interna (Bala 2) .....	71
Figura 17 - Trecho A – Sanitário Feminino térreo (Bala 2) .....	72
Figura 18 - Trecho A – Sanitário Feminino térreo PcD (Bala 2) .....	73
Figura 19 - Trecho A- Sanitário Masculino térreo (Bala 2) .....	74
Figura 20 - Trecho A – Sanitário Masculino PcD térreo (Bala 2).....	75
Figura 21 - Imagem representativa da carga nominal para uso da plataforma.....	76
Figura 22 - Trecho A – Imagens da Plataforma Elevatória (Bala 2).....	77
Figura 23 - Trecho B – Imagens de Circulação Externa .....	86
Figura 24 - Trecho B – Imagens de circulação interna (Elevador) .....	87
Figura 25 - Transposição de obstáculos isolados .....	88
Figura 26 - Trecho B – Imagens de obstáculos .....	89
Figura 27 - Trecho B – Imagens do banheiro feminino .....	90
Figura 28 - Trecho B – Imagens do banheiro masculino .....	91

Figura 29 - Trecho B – Imagens das escadas .....	92
Figura 30 - Trecho C – Imagens de acesso à entrada principal e corredores de circulação interna dos Blocos I, II e III.....	100
Figura 31 - Trecho C – Imagens dos sanitários femininos Bloco I, pavimento inferior .....	102
Figura 32 - Trecho C – Imagens dos sanitários masculinos Bloco I, pavimento inferior .....	103
Figura 33 - Trecho C – Imagens dos sanitários femininos Bloco I, pavimento superior .....	104
Figura 34 - Trecho C – Imagens dos sanitários masculinos Bloco I, pavimento superior .....	105
Figura 35 - Trecho C – Imagens de obstáculos dos Blocos I, II e III.....	106
Figura 36 - Trecho C – Imagens das escadas dos Blocos I e II.....	107
Figura 37 - Trecho C – Imagens das escadas dos Blocos II e III .....	107
Figura 38 - Trecho C – Barreiras nas circulações externas do Bloco I .....	108
Figura 39 - Trecho C – Imagens da rampa que dá acesso à frente do Bloco I .....	109
Figura 40 - Trecho C – Imagens das calçadas na proximidade da parada de ônibus do Bloco I .....	110
Figura 41 - Trecho C – Imagens das calçadas na proximidade do Cuica – Blocos I, II e III. ....	111
Figura 42 - Trecho C – Calçadas com pisos táteis localizadas nas proximidades dos Blocos I, II e III.....	111
Figura 43 - Trecho C – Pisos táteis direcionais e de alerta no entorno do Bloco I .....	112
Figura 44 - Trecho D – Imagem do Complexo de Laboratório de Nutrição .....	119
Figura 45 - Trecho D – Obstáculos .....	120
Figura 46 - Trecho D – Complexo de Laboratório de Nutrição – Banheiro Feminino .....	121
Figura 47 - Trecho D – Complexo de Laboratório de Nutrição– Banheiro Masculino.....	122
Figura 48 - Modelo da demarcação da vaga de sinalização horizontal.....	123
Figura 49 - Modelo de sinalização horizontal e vertical .....	123
Figura 50 - Trecho A – Estacionamento do Bala I .....	124
Figura 51 - Trecho A – Estacionamento do Bala II: sinalização vertical.....	125
Figura 52 - Trecho A – Estacionamento do Bala II.....	125
Figura 53 - Trecho B – Estacionamento Frente e Fundo do Bloco J .....	126
Figura 54 - Trecho C – Estacionamento do Bloco I, II e III.....	127
Figura 55 - Trecho D – Estacionamento do Complexo de laboratório de nutrição.....	127
Figura 56 - Estacionamento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional .....	128
Figura 57 - Estacionamento do Laboratório de Fitoterapia.....	128
Figura 58 - Faixa de pedestre no percurso entre o Bala I e o Bala II .....	129

Figura 59 - Rebaixamento de calçadas no fluxo da faixa de pedestre.....	130
Figura 60 - Faixa de pedestre no percurso para o Bloco J.....	130
Figura 61 - Faixa de pedestre em frente aos Blocos I, II e III no percurso para a cantina.....	131
Figura 62 - Faixa de pedestre em frente ao Complexo do laboratório de nutrição.....	132
Figura 63 - Modelo da faixa elevada para travessia de pedestres .....	132
Figura 64 - Faixas de pedestre no percurso para o Restaurante Universitário .....	133
Figura 65 - Entrada principal do Câmpus Palmas para fluxo de carros e pedestres.....	134
Figura 66 - Entrada principal do Câmpus Palmas: guia rebaixada e calçada.....	135
Figura 67 - Desenho do Símbolo Internacional de Acesso.....	144
Figura 68 - Desenho do Piso Tátil direcional e de alerta: com dimensões.....	145
Figura 69 - Poema dos Desejos dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida: palavras em nuvens.....	167

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos servidores respondentes .....	41
Tabela 2 - Gráfico de (in)satisfação dos servidores respondentes do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	42

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	50
Quadro 2 - Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	78
Quadro 3 - Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	93
Quadro 4 - Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	113
Quadro 5 - Leis de Acessibilidade.....	136
Quadro 6 - Artigos importantes do Decreto nº 5.296, de 2004 .....	137
Quadro 7 - Artigos relevantes à pesquisa da Lei nº 10.098, de 2000 .....	139
Quadro 8 - Artigos relevantes para este estudo tratados no Decreto nº 6.949, de 2009.....	140
Quadro 9 - Categoria e Subcategorias da Análise de Bardin .....	147
Quadro 10 - Perfil demográfico dos servidores da Universidade Federal do Tocantins participantes da entrevista .....	148
Quadro 11 - Percepção dos servidores entrevistados sobre os edifícios em uso.....	150
Quadro 12 - Limitações e dificuldades dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.....	152
Quadro 13 - Sugestões dos servidores à gestão do Câmpus Palmas relacionados à acessibilidade .....	161
Quadro 14 - Observações de conhecimento dos servidores sobre os setores.....	164
Quadro 15 - Quadro Síntese das recomendações para o Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	172

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APO	Avaliação Pós-Ocupação
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
COGPE	Coordenação de Gestão de Pessoas
COP	Coordenação de Pessoal
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
ESMAT	Escola Superior da Magistratura Tocantinense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PcD	Pessoa com Deficiência
PSD	Pessoa sem Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UFT
PROGDEP	Pró- Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
QV	Qualidade de Vida
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
STF	Supremo Tribunal Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFT	Universidade Federal do Tocantins



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1.1 Linha do Tempo, Problematização, Caminho Metodológico</b> .....	<b>21</b>
<b>2 ACESSIBILIDADE, DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL E INGRESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 Desenho Universal</b> .....	<b>33</b>
<b>2.2 Ingresso da Pessoa com deficiência no setor público</b> .....	<b>35</b>
<b>3 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA E DE MOBILIDADE REDUZIDA NO CÂMPUS PALMAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: ARQUITETURA E DIREITO À ACESSIBILIDADE</b> .....	<b>39</b>
<b>3.1 O lugar e os sujeitos da pesquisa: “servidor com deficiência e de mobilidade reduzida”</b> .....	<b>43</b>
<b>3.2 Análise arquitetônica e o direito à acessibilidade no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins</b> .....	<b>45</b>
3.2.1 Estacionamentos .....	122
3.2.2 Principais faixas de pedestres do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins .....	129
3.2.3 Acesso à entrada principal do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins	133
<b>4 NORMATIVA BRASILEIRA PARA A ACESSIBILIDADE</b> .....	<b>136</b>
<b>4.1 Dimensão normativa geral</b> .....	<b>136</b>
<b>4.2 Evolução e Conceitos da NBR 9.050, de 2020</b> .....	<b>142</b>
<b>4.3 Exigências da NBR 9.050, de 2020: condições mínimas para transformar o espaço físico em um ambiente com acessibilidade</b> .....	<b>143</b>
<b>5 AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) CÂMPUS PALMAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS</b> .....	<b>146</b>
<b>5.1 Categorias e subcategorias temáticas</b> .....	<b>146</b>
<b>5.2 Categoria 1: Perfil demográfico dos servidores participantes da entrevista</b> .....	<b>147</b>
<b>5.3 Categoria 2: Visão dos servidores do ambiente construído em uso no Câmpus Palmas</b> .....	<b>149</b>
5.3.1 Subcategoria 1: O edifício é adaptável e adequado a acessibilidade? .....	149
5.3.2 Subcategoria 2: Experiências dos servidores: limitações e dificuldades no uso do espaço físico do Câmpus Palmas.....	151
5.3.3 Subcategoria 3: Melhorias que promoveriam mais satisfação. ....	156
<b>5.4 Categoria 4: Percepção do servidor resultante da relação com o espaço físico</b> .....	<b>158</b>
5.4.1 Subcategoria 1: Percepção sobre acessibilidade e observações sobre a gestão do Câmpus Palmas.....	159
5.4.2. Subcategoria 2: Observações dos servidores referentes à Coordenação de Gestão de pessoas e Setor de Acessibilidade do Câmpus Palmas.....	164
<b>5.5 Categoria 5: Poema dos Desejos</b> .....	<b>167</b>
<b>6 RESULTADOS:</b> .....	<b>169</b>

<b>6.1 Diagnósticos.....</b>	<b>169</b>
<b>6.2 Recomendações .....</b>	<b>172</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>184</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>223</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira, de 1988, garante o direito de igualdade a todos os cidadãos sem nenhuma forma de discriminação. Esse direito é garantido, independentemente da cor da pele, do credo, do sexo, idade, classe social ou deficiência, incluindo-se fundamentais os direitos de acesso à existência da vida, como a moradia, a saúde, a educação, o trabalho, a alimentação, dentre tantos outros (BRASIL, 1988). A partir do art. 5º desta Constituição, muitos direitos e deveres dos cidadãos foram sendo discutidos, até mesmo os relacionados à acessibilidade.

Nesse sentido, segurança, autonomia e conforto são princípios inerentes à acessibilidade, que devem ser alcançados e respeitados para garantir dignidade no cumprimento de direitos do cidadão à acessibilidade físico-espacial, o que compreende espaços físicos mais inclusivos. Por esse motivo, necessário se faz conhecer as barreiras e eliminá-las para se garantir o acesso ao ambiente ao máximo de pessoas (DISCHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2012).

Entretanto, é evidente o descumprimento da Lei quando itens obrigatórios em uma edificação não são atendidos. É primordial entender a Lei da Acessibilidade no Decreto-Lei nº 5.296 (BRASIL, 2004), para saber “o quê” adaptar. Para garantir seu cumprimento, outras normas e resoluções foram criadas para ajudar no dimensionamento, instalação, sinalização e outros aspectos essenciais ao ambiente construído, a exemplo da NBR 9.050 (ABNT, 2020) que explana “como” adaptar. Outras referências normativas: NBR 16.537 (ABNT, 2016) – sinalização tátil no piso –; NBR 14.718 (ABNT, 2019) – guarda-corpo –; NBR 15.599 (ABNT, 2008) – comunicação na prestação de serviços; NM 313 (2007) – de elevadores –, são igualmente fundamentais.

A falta de observação a esses aspectos mínimos de acessibilidade pode gerar problemáticas sérias em edifícios em uso para todas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, ou não. “[...] reconhecer que a eliminação de barreiras e a solução de problemas de acessibilidade dependem de diferentes âmbitos de atuação – Projeto, Execução e Fiscalização e exigem constante capacitação profissional” (DISCHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2012, p. 14).

A questão à acessibilidade é um problema e um desafio a serem vencidos, pois, segundo o Censo IBGE (2010), são aproximadamente 46 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, auditiva, motora, mental ou intelectual, que representam 23,9% da população total. A mesma fonte indica que mais de 29 milhões dos brasileiros possuem algum tipo

deficiência visual. Essas pessoas estão sujeitas a restrições em ambientes construídos, sejam públicos ou privados por serem inacessíveis.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015, p.8-9), define a pessoa com deficiência como

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 8-9)

Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), o termo “deficiência” designa um problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo, como, por exemplo, cegueira, surdez, paralisia; já o termo “restrição”, as dificuldades resultantes da relação entre as condições dos indivíduos e as características do meio ambiente na realização de atividades.

Estudar a relação físico-espacial é o ponto de partida para resultar num ambiente físico sem restrições, porque o ambiente inclusivo é fundamental para promoção da qualidade de vida de todos os usuários, haja vista que qualquer pessoa, em determinado momento da vida, pode enfrentar dificuldades para a realização de atividades devido a acidentes, doenças ou pela ocorrência natural de envelhecimento, condições essas que afetam a independência. Assim, restringir a acessibilidade implica restringir o acesso à cidadania.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sou servidora pública efetiva desta Universidade, lotada na Coordenação de Gestão de Pessoas (COGPE), e percebi problemas de acesso e restrições na esfera físico-espacial. Assim, este estudo foi motivado pela possibilidade de colaborar com a efetivação da finalidade precípua do serviço público, ou seja, servir a comunidade; nesse caso, contribuir para que ações concretas no campo da acessibilidade espacial sejam promovidas de forma prioritária e executadas, promovendo à inserção dos usuários servidores efetivos, até mesmo os servidores com deficiência e mobilidade reduzida, a fim de tornar o lugar agradável, satisfatório, gerando qualidade de vida e o sentido de pertencimento (MEDINA, OLIVEIRA, DAMBROS, 2021, p. 121).

O espaço universitário “é reconhecido como paradigma da democracia, e o planejamento de seus espaços deve permitir livre acesso de todos os segmentos da sociedade a todos os setores e níveis de ensino e pesquisa” (DUARTE; COHEN, 2004, p. 2) Quando um único usuário for impedido pela existência de barreiras físicas, a função educadora de uma Universidade estará sendo colocada em xeque.

A partir do exposto, a pesquisa visa atender ao seguinte objetivo geral: Diagnosticar os aspectos positivos e negativos do ambiente construído em uso e o nível de satisfação do servidor com deficiência e mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade.

Para ser atendido, conta ainda com quatro objetivos específicos:

a) Diagnosticar e entender quais são as necessidades dos servidores e o grau de satisfação destes no ambiente de trabalho, relativamente aos edifícios em uso e aos espaços, baseando-se nos critérios da NBR 9.050 (ABNT, 2020) e noutras referências normativas no quesito da acessibilidade.

b) Aplicar a Avaliação Pós-Ocupação no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, ressaltando a importância do ambiente projetado com acessibilidade.

c) Demonstrar quais são as barreiras arquitetônicas e as limitações dos usuários com deficiência e mobilidade reduzida, que dificultam e impedem a livre circulação e as garantias de igualdade social com as demais pessoas;

d) Entregar diagnóstico propositivo à administração do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

De modo a cumprir tais objetivos, com vista a diagnosticar e entender a realidade exposta, foi desenvolvida uma Avaliação Pós-Ocupação (APO) e aplicada a metodologia baseada em uma abordagem multimétodos, escolhida para atingir, por meio das técnicas, resultados específicos para aperfeiçoar a promoção da acessibilidade no Câmpus Palmas, buscando atender aos princípios do desenho universal pela NBR 9.050 (ABNT, 2020).

Essa metodologia compreendeu as seguintes etapas:

1. Revisão bibliográfica acerca dos temas: acessibilidade, desenho universal, barreiras, ingresso do servidor público com deficiência no setor público, orientação dada pela legislação vigente de acessibilidade, normas técnicas, até mesmo a NBR 9.050 (ABNT, 2020) e documentos institucionais da Universidade Federal do Tocantins que tratam do tema.

2. Aplicação de questionário (primeira fase): fez-se um levantamento de dados dentre todos os servidores efetivos que são técnico-administrativos e docentes lotados no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, verificou-se o perfil funcional e comportamental dos usuários e o quantitativo de usuários servidores com deficiência e mobilidade reduzida (temporária e permanente). Depois de identificados os usuários-chave, realizou-se a entrevista incluindo o Poema dos desejos desses participantes (segunda fase).

3. Observação do ambiente construído (terceira fase): mediante registros de fotografias, tomada de dimensões, aplicação de planilha de avaliação de acessibilidade.

4. Percurso *walkthrough*<sup>1</sup>: para o qual seriam convidados dois usuários-chave e uma especialista (arquiteto ou engenheiro civil), fechando assim o ciclo da Avaliação Pós-Ocupação (APO), mas esse instrumento se tornou inviável com a incidência da pandemia de Covid-19.

Com isso se chegou aos resultados que serão demonstrados ao longo das seções deste Relatório Científico, acerca das relações de acessibilidade.

A hipótese consiste verificar se há no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins um programa de acessibilidade e educação inclusiva que atenda às necessidades e às expectativas dos usuários servidores com deficiência e mobilidade reduzida, bem como se servidores com/sem deficiência e mobilidade reduzida estão, ou não, satisfeitos com as edificações públicas em uso.

É verídico, pois, que os programas existentes são prioritários ao atendimento especial aos alunos, a exemplo da Resolução nº 03, de 25 de fevereiro de 2015<sup>2</sup>, e que de fato esses servidores não estão satisfeitos com os padrões constituídos, como os de acessibilidade.

Entendeu-se que todo o processo deveria se iniciar com a observação da legislação, sendo verificadas no projeto a área construída e suas dimensões, e percebidos nos edifícios em uso que isso ocorre de maneira ineficiente, mesmo quando se relaciona à acessibilidade físico-espacial do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins. Assim, visa identificar as falhas e discutir soluções, ajudando no processo de inclusão do servidor com/sem deficiência, de modo a contribuir na promoção de um ambiente verdadeiramente acessível.

A perspectiva interdisciplinar da pesquisa adentra o conteúdo do Direito, que garante a utilização de acesso a espaços construídos em igualdade de condições a todos os cidadãos, sem discriminação, tornando possível direitos de “ir e vir”, por meio de Leis, Decretos e Normas, quer nacionais e internacionais, e Administração Pública, pois o foco do estudo é uma Instituição Pública de Ensino Superior, consolidada pelo que dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, conforme Lei nº 8.112 (BRASIL, 1990), e finalmente pela Arquitetura, que é tudo que diz respeito à interação humana com os espaços. O arquiteto e

---

<sup>1</sup>Método combina simultaneamente uma observação com uma entrevista, possibilitando a identificação descritiva dos aspectos negativos e positivos dos ambientes analisados (RHEINGANTZ, et al., 2009).

<sup>2</sup>Resolução sobre a criação do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI/UFT): Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/s/T9uFxK3YT\\_2VGHjIwNth4A](https://docs.uft.edu.br/share/s/T9uFxK3YT_2VGHjIwNth4A). Acesso em: 27/2/2021.

urbanista Paulo Mendes da Rocha afirma que “Arquitetura não é para ser vista, é para ser vivida<sup>3</sup>”.

O estudo está inserido na área de concentração “Trabalho e Direitos Humanos” e na linha de pesquisa de “Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos”, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) da Universidade Federal do Tocantins em parceria com Escola Superior de Magistratura Tocantinense.

### 1.1 Linha do Tempo, Problematização, Caminho Metodológico

Em março de 2019, foi realizada a publicação do Edital nº 009, de 2019, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com o resultado final do processo seletivo, cujo projeto selecionado foi desenvolvido, inicialmente, com o tema: “Acessibilidade e Inclusão à Pessoa com Deficiência Servidora na Universidade Federal do Tocantins do Câmpus Universitário Palmas”.

Essa ideia surgiu, quando foram identificadas as dificuldades de um servidor que tinha restrição de locomoção. Ele comentou que algumas rampas que já tinha percorrido no espaço físico do Câmpus Palmas não o atendiam por serem muito elevadas, o que lhe ocasionava certo desconforto. Tais problemas me fizeram questionar sobre essas falhas de acesso.

Percebi que algumas recomendações/determinações de órgãos de controle, como Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Aviso nº 23 – Seses-TCU-Plenário – foram feitas. Quanto aos itens 9.1.1, 9.1.6, 9.1.9, 9.1.17, respectivamente, tratava-se para implementar a sinalização visual e tátil; adequar o Bloco I e similares aos padrões de acessibilidade; adaptar pelo menos 1 banheiro do Bloco I e similares; e buscar no poder municipal o habite-se de todos os prédios, conforme Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins, Exercício 2019, Resolução nº 27 (2020, p. 165-166), sendo justificadas todas essas medidas, cujo cumprimento ainda não foi atendido.

---

<sup>3</sup>CAU/BR: Vencedor do Prêmio Pritzker foi homenageado na II Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/caubr/paulo-mendes-da-rocha-arquitetura-nao-e-para-ser-vista-e-para-ser-vivida/>. Acesso em: 31/3/2021.

Em maio de 2019, no período de participação das disciplinas ministradas pelos professores do Programa de Mestrado e em conversas com o orientador houve uma mudança no tema, o escolhido foi: “Eliminação de Barreiras e a Promoção da Inclusão à Pessoa Servidora com Deficiência: Acessibilidade na Universidade Federal do Tocantins Câmpus Palmas”. Em agosto do corrente ano, o orientador autorizou a participação da coorientadora professora Patrícia Medina, sendo confirmado pelo Programa de Mestrado.

Em setembro de 2019, a coorientadora assumiu esse projeto de pesquisa já como orientadora, havendo, assim, mudança na estrutura da pesquisa, pois o que antes era uma dissertação, agora seria um Relatório Técnico, a metodologia na qual antes havia apenas um método de estudo bibliográfico, passou a ter uma abordagem de múltiplos métodos para alcançar os objetivos propostos da pesquisa, sendo inserida a Avaliação Pós-Ocupação (APO).

Em novembro de 2019, o projeto de pesquisa já estava organizado para submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), mas antes passou pelo crivo da banca de qualificação: Foram feitas modificações, sendo redefinido o título, reorganizada a introdução, reafirmada a inclusão da Avaliação Pós-Ocupação, refeita a ordem cronológica das leis de acessibilidade, houve a inserção do usuário com mobilidade reduzida, pois só estava inserido à pessoa com deficiência, logo a temática ficou como: “Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO), visando à promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida”.

Obedecendo aos critérios éticos, a submissão do Projeto de pesquisa ocorreu em 13/11/2019, segundo os critérios da Plataforma Brasil e com todas as medidas exigidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos, até mesmo com a autorização do Reitor para a realização da pesquisa no âmbito do Câmpus Palmas, tendo sido aprovado em: 20/12/2019, conforme Parecer nº 3.786.318, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins do Câmpus Palmas, com o nº CAAE 26256219.7.0000.5519 (ANEXO A).

Em dezembro de 2019, iniciei a participação no grupo de pesquisa de Educação em Direitos Humanos, ministrado pela professora Patrícia Medina.

Em janeiro e fevereiro de 2020, foram tomadas providências de comunicação no âmbito do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, como: Solicitação de e-mail de todos os servidores efetivos à Coordenação de Gestão de Pessoas; Solicitação das plantas-baixa à Coordenação de Infraestrutura.



Monalisa, a arquiteta da Prefeitura Universitária da Universidade Federal do Tocantins, foi convidada a participar da pesquisa em decorrência de sua expertise com a NBR 9.050 (BRASIL, 2015), vigente nesse período. A participação não foi efetivada em decorrência de cedência a outro órgão.

O questionário de pesquisa foi pré-testado com 5 servidores. Foram feitos aperfeiçoamentos no questionário e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em decorrência dessa prática. Recebimento da lista de e-mails enviados pela Coordenação de Gestão de Pessoas.

Questionários ainda na forma impressa foram respondidos por 81 servidores técnico-administrativos e docentes diretamente em seus locais de atuação profissional. Essa prática se mostrou profícua, pois, além de obter a integralidade das respostas, resultou em mais familiarização com servidores e ambientes da universidade.

Realização do Curso *online* de Acessibilidade Aplicada (2020), com o arquiteto Eduardo Ronchetti especialista em acessibilidade, Curso dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2020) e leituras acadêmicas.

Em decorrência das recomendações da Organização Mundial da Saúde, que declarou oficialmente o estado de Pandemia de Covid-19, a coleta de dados foi alterada para uso de meios de comunicação *online* digitais

Em abril de 2020, os questionários e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) foram enviados por e-mail, e as respostas indicaram três servidores com deficiência e 13 com mobilidade reduzida. Destes, apenas uma foi desconsiderada, por não possuir lotação no Câmpus Palmas, os demais 15 colegas foram convidados para as entrevistas com datas agendadas pelo próprio entrevistado. Entrevistas foram realizadas pelo *Google Meet*. Tiveram duração entre 15 e 40 minutos. A primeira entrevista foi utilizada como pré-teste.

Maior de 2020, mês destinado ao reenvio de e-mails para ampliar a participação nas entrevistas.

Junho de 2020, realização de capacitações, como “Nada sobre nós, sem nós”; comunicação com a Direção do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, dando conhecimento sobre as etapas que seriam relacionadas à pesquisa.

Envio das gravações das entrevistas à empresa especializada “Transcrito Já”, com pedido para a modalidade básica com áudio de diálogo com dois oradores (A) e (B);

Dia 23 de junho foi encerrada a coleta de dados via questionários *online*, totalizando 231 respostas.

Em julho de 2020, houve participação da edição *online* do XI Congresso Internacional de Direitos Humanos, com os temas: Direitos fundamentais em tempos de pandemia, realizado pela Esmat e Universidade Federal do Tocantins; e Desenvolvimento do *Check-List* do Percurso *Walkthroug* e sua organização; no entanto, o cenário de pandemia permaneceu inviável para tal procedência, por isso não realizado.

Agosto de 2020, término da matéria optativa do Programa de Mestrado feita, porque considerei ser uma das mais importantes do programa, mas logo percebi que poderia ser na minha percepção enquanto aluna, matéria obrigatória do programa, por ser: Educação em Direitos Humanos; Término da última entrevista com um dos servidores participantes; Nesse período, houve um marco importante, foram alterados alguns itens da NBR 9.050, de 2015, pois houve revisão da Norma Técnica, sendo a nova versão atualizada para NBR 9.050, de 3 de agosto de 2020.

De setembro a outubro de 2020, realizei um curso *online* básico de Libras, na Universidade Federal do Tocantins, oferecido aos servidores, por entender a necessidade dessa comunicação em nosso ambiente educacional;

De novembro a dezembro de 2020, iniciou-se a observação dos dados obtidos, guiados por meio da Análise de Conteúdo (Bardin).

Caminho metodológico: a pesquisa é de natureza aplicada, e, sob as perspectivas das abordagens quantiqualitativas, realizou-se um levantamento de dados dentre todos os servidores efetivos, docentes e técnico-administrativos lotados no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). O intuito era caracterizar os aspectos positivos e negativos do ambiente construído, de acordo com a Norma Técnica nº 9.050, de 2020, e verificar o grau de satisfação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida nesse Câmpus; para isso, foram utilizados os procedimentos metodológicos da Avaliação Pós-Ocupação, dos quais os instrumentos idealizados foram o questionário estruturado (primeira fase), entrevista semiestruturada (segunda fase) e percurso *walkthroug* (terceira fase). Na primeira fase, foi identificado o perfil funcional e comportamental dos usuários, a fim de analisar o grau de satisfação sob os aspectos das edificações em uso e seus espaços físicos, diante das condições de acessibilidade. Desse levantamento, verificou-se o quantitativo de usuários servidores com deficiência e mobilidade reduzida (temporária e permanente), cujo instrumento de coleta de dados foi o questionário com 20 questões abertas e de múltiplas escolhas que, inicialmente, no início do mês de março de 2020, foi aplicado de forma presencial a 81 servidores efetivos; após esse período, devido ao contágio e às consequências trazidas pelo vírus da Covid-19, houve uma reorganização desse processo, e as informações do questionário passaram a ser

estruturadas de modo *online*, por meio do *Google Forms*, e enviadas pelo endereço eletrônico institucional (*e-mail*) do servidor. No total, 231 servidores se dispuseram a participar da pesquisa (incluído o total de servidores que participaram de forma presencial). Na sequência, identificaram-se 16 servidores, com deficiência ou mobilidade reduzida, dentre eles: com deficiência (perda auditiva ou perda de um membro do corpo) e 13 com mobilidade reduzida, dentre estes, um se identificou com lotação na Reitoria, o que foi desconsiderado por não fazer parte dos usuários do Câmpus Palmas, sendo considerados 12 com mobilidade reduzida (10 com PMR permanente: sendo 7 docentes e 3 técnico-administrativos e 2 com PMR temporárias, sendo 1 docente e 1 técnico-administrativo). Após essa identificação, deu-se prosseguimento à segunda fase, aos participantes usuários-chave (servidores deficientes/mobilidade reduzida). Fez-se o convite pelo endereço eletrônico institucional (*e-mail*) para participarem da entrevista por meio da sala virtual do *Google Meet* em data e hora designados pelo servidor. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada autorização para gravação, bem como conhecimento aos termos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nesta fase, participaram da entrevista apenas 11 servidores (10 PMR: sendo 6 docentes e 4 técnico-administrativos e 1 PcD, técnico-administrativo), por último seria realizado o percurso dialogado na aplicação da análise *walkthrough* (terceira fase) para o qual seriam convidados dois usuários-chave e uma especialista, fechando assim o ciclo da Avaliação Pós-Ocupação (APO). No entanto, essa fase ficou inviabilizada neste atual cenário da pandemia de Covid-19, haja vista ainda a estarmos vivenciando, não tendo sido possível dar continuidade a esta análise.

O questionário foi composto em três seções, com as seguintes informações:

- Identificação dos usuários: Se o servidor: é estável, ou não estável; sem deficiência, com mobilidade reduzida, com deficiência (podendo especificar); se preferia não informar gênero, idade, grau de escolaridade mais elevado, o tempo de trabalho e o cargo na Universidade Federal do Tocantins, o setor que atua com indicação do prédio;
- Medidas de aferição sobre a satisfação do prédio público em uso, considerando os aspectos da acessibilidade espacial: o nível de satisfação com o desempenho do prédio público em que exerce o trabalho; se considera que os edifícios públicos em uso, na Universidade Federal do Tocantins, estão corretamente adaptados e adequados à acessibilidade; satisfação com relação às dimensões relacionadas: a) inclusão e integração do servidor no ambiente de trabalho; b) a segurança do espaço físico (percepção subjetiva sobre possíveis riscos no ambiente local, sejam físicos, ou a sensação de segurança quando no deslocamento por escadarias, elevadores, piso tátil, rampas, calçadas, acesso ao edifício); c) com uso do elevador ou plataforma de elevação; d) com a utilização e acessibilidade dos banheiros; e) informações

de localização dos setores nesse ambiente; f) a qualidade do ambiente físico; g) programas da Universidade Federal do Tocantins que possam garantir a inclusão dos servidores no ambiente de trabalho; h) considerações do servidor sobre programa de inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Palmas, o que considera; como percebe sua adaptação e integração aos ambientes físicos das edificações públicas em uso; se há limitações ou desconforto ao ambiente das edificações públicas no qual trabalha; se preserva as edificações públicas em uso nas quais exerce seu trabalho; se considera que as rampas, elevadores, pisos táteis e a maioria dos equipamentos de acessibilidade funciona bem e está adequada e adaptável. Comentários e observações do servidor.

A entrevista com roteiro semiestruturado foi composta por quatro seções divididas, vejamos:

Pela identificação: Nome, idade, sexo, escolaridade, cargo/função, lotação, tempo de serviço na Universidade Federal do Tocantins; se é pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e qual o tipo de deficiência ou de limitação de mobilidade possuía; edificação em uso onde exerce as atividades;

Desempenho do Ambiente Construído em uso: Você considera que a edificação pública em uso, em cujo ambiente exerce seu trabalho, é adaptável e adequada à acessibilidade; e o ambiente construído que utiliza para realizar seu trabalho e o deslocamento para realizá-lo são adequados? Se sim, quais os pontos positivos? Você se sente incluído nesse ambiente construído? Caso não, quais as limitações? Quais as melhorias lhe promoveriam mais satisfação? Quais práticas no trabalho poderiam ser inseridas para melhor incluir a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins? Por quê?

Indicadores de satisfação do servidor: Os edifícios públicos em uso pelos quais você percorre são satisfatórios e agradáveis para o exercício de seu trabalho como servidor? Por quê? Se não, quais os pontos negativos? Se você tivesse de mudar algo no ambiente construído em uso ou nos espaços para melhorar sua produtividade e qualidade de vida no trabalho o que desejaria mudar?

Indicadores de conhecimento: O que entende por acessibilidade? Qual a sua percepção acerca da política institucional voltada ao servidor, incluindo você com suas singularidades ou especificidades? Conhece o setor de acessibilidade do Câmpus Palmas? Se sim, sabe qual a função e que auxílio ou atendimento exerce diante de suas especificidades como servidor? Considera que o departamento de Recursos Humanos do Câmpus Palmas tem auxiliado para integrá-lo no ambiente de trabalho? Se não, qual sua sugestão?

Registros relevantes do servidor.

Ao término do roteiro da entrevista foi incluído o Poema dos Desejos, com a seguinte frase a ser completada: “Eu desejo que minha universidade...”, instrumento este desenvolvido para que as pessoas “expressem livremente seus desejos, de forma lúdica, em relação ao ambiente universitário, considerando a perspectiva de melhoria ou a construção de um novo ambiente” (ONO et al., 2018, p. 126).

Método observacional: Após escutar a percepção dos servidores sobre o fenômeno de observação, esta pesquisadora se atentou aos relatos sobre as situações no cenário e compreendeu a relação de “como é” e “como deveria ser”, sendo realizados os registros fotográficos, observação das plantas/pranchas dos edifícios e algumas medições com trena feitas em relação ao espaço físico em uso.

Finalmente, os procedimentos adotados da Avaliação Pós-Ocupação foram quatro: Questionário, Entrevista, incluindo o Poema dos Desejos e o Método Observacional.

Os resultados colhidos pelo questionário foram separados, conforme a temática das perguntas feitas e a forma quantitativa das respostas organizadas no *Google Forms*, enquanto as entrevistas, de forma qualitativa, foram analisadas e separadas em categorias e subcategorias temáticas, conforme a análise de conteúdo de Bardin (2011), em consonância com as perguntas realizadas, e serão demonstradas no decorrer das seções adiante, principalmente no que concerne às percepções dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida, cuja análise consta na Seção 5.

## 2 ACESSIBILIDADE, DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL E INGRESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Para permitir que as pessoas participem das relações sociais na sociedade, é importante, primeiramente, que elas se sintam incluídas, e a inclusão das pessoas com ou sem deficiência ocorre por meio de mudanças culturais e de atitudes, além de ações políticas e legislativas, sendo obrigação do Estado implementá-las. Entretanto, é necessária a promoção de ações no ambiente físico espacial para permitir que todas as pessoas possam realizar as atividades que desejarem e se locomoverem a qualquer lugar onde pretendam estar (DISCHINGER et.al., 2012).

Para a construção do sentido do termo acessibilidade, os tratados internacionais foram instrumentos que contribuíram de maneira eficaz, já que desenvolveram um papel fundamental para a construção dos direitos das pessoas com deficiência. O conteúdo dos tratados internacionais foi tão importante para desenvolver termos relacionados ao direito de acesso, como os observados nas legislações brasileiras, são exemplos: a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência<sup>4</sup>, a Lei Brasileira de Promoção da Acessibilidade<sup>5</sup>, o Decreto nº 3.956, de 30 de outubro de 2001, e a mais relevante delas, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A Lei Brasileira de Promoção da Acessibilidade, de 2000, definiu a acessibilidade, sendo esta, até o presente ano de 2020, a definição utilizada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), em que se entende o conceito de acessibilidade, no art. 3º, inciso I, sendo:

acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, art.3º).

Então, qual seria o sentido da acessibilidade? É o de que ela é para todos. E visa à oportunidade de possibilidades de acesso aos seus usuários e, quando não há sua incidência nas relações sociais, seja nos ambientes, espaços e lugares que ocupa, resulta em sua falta, o que gera uma série de limitações e barreiras sociais, ambientais e comportamentais que dificultam a vida cotidiana em sociedade.

<sup>4</sup>Elaboração pode ser verificada nos Decretos nº 914, de 6 de setembro de 1993, e nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

<sup>5</sup>A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

A acessibilidade é classificada em seis dimensões, cada qual demonstra um tipo de barreira, conforme descreve a Figura 1.

**Figura 1– Dimensões da acessibilidade**

ACESSIBILIDADE		
Dimensões	Definições	Autor
Arquitetônica	Aquela que busca eliminar as barreiras físicas.	
Comunicacional	Busca eliminar as barreiras de comunicação entre as pessoas.	
Metodológica	Elimina barreiras nos métodos e técnicas do lazer, trabalho, educação, entre outros.	
Instrumental	Elimina as barreiras de instrumentos, ferramentas e utensílios.	Romeu Kazumi Sasaki (2009, p.1)
Pragmática	Elimina barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas e regulamentações.	
Atitudinal	Elimina preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações no comportamento da sociedade para pessoas com deficiência	

Fonte: Sasaki, 2009. Adaptado pela autora, 2021.

Em relação à Figura 1, este estudo se baseia na acessibilidade arquitetônica. Nesse sentido, a Norma Brasileira ABNT NBR 9.050, quarta edição, de 3 de agosto de 2020, considera critérios e parâmetros técnicos das condições de mobilidade e de como adaptar o ambiente, quanto à acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos; na sua página 1, contempla em seu escopo três importantes pilares para nortear a acessibilidade: “ a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente”, ou sejam, elementos essenciais para conviver nas ambiências dos espaços públicos e privados com mais autonomia, conforto e segurança.





Essa concepção trazida pela Norma Técnica é fundamental para entender que a acessibilidade, vista a partir do desenho universal, é para todos, e não apenas para um grupo específico evidenciado na Norma, embora seja imprescindível o atendimento prioritário às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Explica Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) que, no ambiente construído, o local deve permitir que o usuário compreenda sua função, sua organização e relações espaciais. As autoras classificaram os componentes da acessibilidade espacial em quatro categorias, de modo a



permitir a acessibilidade de edifícios públicos, ou ao contrário, demonstrar as possíveis restrições. Logo, quando um desses componentes não for cumprido, os demais ficarão comprometidos. São eles: orientação, deslocamento, uso e comunicação.

**Figura 1 – Componentes da acessibilidade espacial**

Componentes	Definições	Imagens: exemplos
<p>Orientação Espacial (O)</p>	<p>Trata-se das características ambientais que permitem aos usuários reconhecer a identidade e as funções dos espaços e definir estratégias para seu deslocamento e uso. As condições de orientação estão relacionadas às informações arquitetônicas e conteúdos informativos, a fim de permitir a todos os usuários, saber onde estão, o que fazer e para onde ir.</p>	 <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sinalização tátil direcional indicando o caminho.</li> <li>2. Mapa tátil em Braille, alto relevo para indicar o espaço mapeado.</li> <li>3. Presença de elementos que delimitem a projeção da escada.</li> </ol>
<p>Deslocamento (D)</p>	<p>Qualquer pessoa deve poder movimentar-se ao longo de percursos horizontais e verticais (saguões, escadas, corredores, rampas, elevadores) de forma independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras físicas para atingir os ambientes desejados.</p>	 <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Todos os degraus das escadas com sinalização visual na borda do piso, e evitam-se revestimentos lisos.</li> <li>2. Porta eletrônica com abertura por meio de sensor para atender a diversas pessoas.</li> <li>3. Acesso entre um pavimento e outro só por escadas, necessário um equipamento para deslocamento da pessoa de cadeira de rodas, exemplo: plataforma elevatória acoplada à escada.</li> <li>4. Elevador para PMR e PcD.</li> </ol>
<p>Comunicação (C)</p>	<p>Troca de informações interpessoais, ou troca de informações pela utilização de equipamentos de tecnologia assistiva, que permitam o acesso, a compreensão e a participação nas atividades existentes.</p>	 <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação.</li> <li>2. Sinalização tátil.</li> <li>3. Símbolo indicado, espaço reservado para acesso ao trem.</li> <li>4. Símbolo Internacional de Acesso (SIA), (NBR 9050,2020, p.41)</li> </ol>
<p>Uso</p>	<p>Relacionado à participação e realização de atividades de forma efetiva por todas as pessoas. Por vezes, é necessária a inclusão de equipamentos ou dispositivos</p>	 <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>



(U)	de tecnologia assistiva, como pisos táteis e outros para uso efetivo dos equipamentos e espaços.	1.Possibilidade de aproximação/uso. 2.Poltronas para pessoas obesas. 3.Espaço de uso
-----	--	--

Fonte: Dischinger, Bins Ely e Piardi, 2012 e Imagens de Benvegnú, 2009. Adaptado pela pesquisadora, 2021.

Para Teske (2005), qualquer projeto deve priorizar o ser humano como o centro gerador e, nos espaços construídos, a melhor condição de uso, função, segurança, bem-estar e acesso, porque parte significativa da população é composta de idosos, obesos, grávidas, crianças, pessoas com estatura excessivamente baixa ou alta, pessoas com deficiência ou com lesões temporárias etc. Nesse contexto, “passa-se a questionar o mito do “homem-padrão”, no qual fomos induzidos a crer e que se tem projetado por séculos”, conforme cita TESKE (2005, p.94).

Com base nisso, ocorrem o planejamento e a concretização de espaços físicos pensados para o “ser humano padrão”, ao passo que se deveria enquadrar ao “ser humano real”. O “espaço construído, sendo incorretamente planejado para o ser humano ideal, acarreta para o ser humano comum toda sorte de barreiras, perigos e acidentes diários”, cita TESKE (2005, p. 90).

De acordo com o autor, não basta propiciar acesso, deve-se possibilitar o pleno uso do seu espaço não só pelo homem padrão artificial adotado, mas desmistificar a ideia de concepção de uma sociedade homogênea, cujos padrões refletem os valores sociais dominantes, sem dar espaço para a diferença, ou seja, o ambiente construído pode contribuir para a segregação ou a integração das pessoas (TESKE, 2005).

A acessibilidade é alcançada quando os espaços são convidativos, agradáveis, quando há sintonia que nos conecta com a ambiência que nos rodeia, de fácil entendimento, fáceis de serem percorridos, sobretudo porque promovem o convívio com o outro (DUARTE; COHEN, 2018) e também apresentam o conceito de acessibilidade emocional, que significa a capacidade de o lugar acolher seus visitantes, de gerar afeto, de despertar a sensação de fazer parte do ambiente e de se reconhecer como pessoa bem-vinda. Esse conceito destitui a ideia de que a acessibilidade ocorre apenas com a supressão de barreiras físicas, engloba toda a ambiência que envolve o usuário do lugar, tratando-o como um ser total, capaz de ativar sistemas complexos de relação com o espaço e com o outro.

Para o contexto de análise da prestação jurisdicional e dos direitos humanos, a acessibilidade é um direito humano fundamental, pois a devida atenção ao ser humano nos espaços ocupados corrobora com o atendimento às diversas necessidades que demarcam a existência humana em sua individualidade social.

No que diz respeito aos seres humanos, podemos observar que ninguém é igual a ninguém, isto é, somos todos diferentes uns dos outros. Portanto, os sujeitos dessa sociedade chamada humana apresentam a característica da DIVERSIDADE. No mundo natural acontece o mesmo: há uma diversidade de corpos, cores, de formas; tudo é muito diverso – não há padronização-, fato que engrandece e dá vida e expressividade à natureza. No mundo das relações humanas e sociais, quem não consegue igualar-se aos outros ou ter o mesmo rendimento e os mesmos comportamentos, bem como uma aparência aceitável para os padrões de sua época, fica fora de um bom convívio com seus semelhantes sendo rejeitado e tachado de estranho, anormal, especial, entre outros rótulos (TESKE, 2017, p.74).

Argumenta a autora que “nenhuma deficiência impede a pessoa de ser cidadã, e os empecilhos para essa vivência estão nas barreiras arquitetônicas, atitudinais e culturais do mundo social” (TESKE, 2017, p.75). Aponta ainda o primeiro potencial não reconhecido pela sociedade em uma pessoa com deficiência:

**O fato de ser pessoa, o portador de deficiência não é considerado gente, e provo o que digo com exemplo: os engenheiros ao projetar um edifício não se perguntam quanto custa a prevenção de incêndio, mas se perguntam quanto custa a acessibilidade. Isto é não considerar o portador de deficiência gente, com necessidades humanas de acesso, de estar incluído. Não crer na pessoa cria uma sociedade culturalmente egoísta, que trabalha com um padrão de ser humano que não existe, cria um espaço físico separador que permite de alguns irem, outros não. Cria um sistema de locomoção individual, segregadora** (TESKE, 2017, p.75, grifo nosso).

O fundamental para o desenvolvimento humano é o reconhecimento da humanidade que há em cada sujeito e a existência do espaço para a expressão dessa condição. O que realmente precisa ser modificado é a forma de se enxergar e compreender a deficiência (TESKE, 2017; CHÚFALO, 2020). A construção de uma rampa, por exemplo, se não estiver fundamentada em um olhar sob a dimensão do humano, cumprirá minimamente o objetivo a que se destina, pois o recurso tecnológico nada contribuirá se estiver vazio quanto ao reconhecimento e ao respeito aos valores humanos como atitude.

A inclusão só é uma meta justamente por não acontecer naturalmente (como deveria ser) nas sociedades. Uma vez que cada sujeito é parte do seu contexto, essencialmente deveria poder pertencer a ele. Toda a luta pelos direitos humanos é uma luta dos indivíduos por pertencimento, para que possam estar inseridos harmonicamente em seu contexto de vida social e de ambiente natural. Cada ser, por condição, tem direito a participar, a fazer parte do mundo (ILLICH, 1976, MEDINA P., 2011; TESKE, 2017; CHUFALO, 2020).

Reconhecer a diferença é condição à possibilidade de idealizar a igualdade material. Ao se reconhecer que há pessoas “em situações diferentes umas das outras é que o ordenamento jurídico deverá atuar para a redução ou a eliminação de eventuais desvantagens sociais que essas diferenças venham a causar” (ARAÚJO; MAIA, 2016, p. 138). Essa atuação propiciará

mais participação na vida social de todos, para que gozem das mesmas oportunidades que os outros gozam, em igualdade de oportunidades, e isso impõe ao Poder Público dar efetivação à igualdade material.

Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específicas e diferenciada. Nesse cenário, as mulheres, as crianças, as populações afrodescendentes, os migrantes, as pessoas com deficiência, dentre outras categorias vulneráveis, devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial (PIOVESAN, 2014, p.338-339).

Assim, especificidades e peculiaridades não diminuem a condição social humana, o que importa é o respeito à diferença e a não violação de direitos, para que todos estejam inseridos na sociedade igualmente.

## 2.1 Desenho Universal

A expressão desenho universal ou *universal design* foi usada pela primeira vez nos Estados Unidos por Ron Mace, arquiteto que articulou e influenciou mudança de paradigmas dos projetos de arquitetura e *design*. Seu objetivo foi o de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos<sup>6</sup>; a implicação de que o desenho universal deve atender a qualquer pessoa é um pressuposto da expressão, conforme Cambiaghi (2017). Portanto, a ideia não é direcionada apenas para os que dela necessitam, tendo em vista que a meta é que qualquer ambiente e produto possam ser alcançados, manipulados e usados por qualquer pessoa, independentemente do seu tamanho, postura ou de sua mobilidade.

O conceito de desenho universal surgiu pelas reivindicações de dois segmentos sociais distintos: os das pessoas com deficiência, que não se sentiam incluídas nos projetos realizados pelos profissionais das áreas de construção e arquitetura; e por iniciativa de alguns arquitetos, urbanistas e *designers*, que pretendiam mais democratização dos valores e visão mais ampla na concepção desses projetos, explica Cambiaghi (2017). E que, erroneamente, arquitetos e urbanistas interpretam as expressões eliminação de barreiras arquitetônicas e acessibilidade ao meio físico como sinônimas para a criação de soluções ambientais voltadas especialmente às

---

<sup>6</sup>Ron Mace et.al., “Accessible environments Toward Universal Design”, em Wolfgang Preiser, Design Interventions: Toward a More Humane Architecture (Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991).

peças com deficiência, deixando de observar que a ideia é a de que os ambientes devem ser inteligíveis e utilizáveis por todas as pessoas “Isso porque a essência do desenho universal está no propósito de estabelecer acessibilidade integrada a todos, sejam ou não pessoas com deficiência. Assim, o termo acessibilidade representa uma meta de ampla inclusão” (CAMBIAGHI, 2017, p. 75).

Para sistematizar os conceitos do desenho universal, foram desenvolvidos na Escola de Design da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, sete princípios com o atributo de servirem como orientação aos consumidores, a fim de fornecer subsídios para avaliar a adequação de projetos de novas construções, de ambientes e de produtos à diversidade de usuários. São eles, consoante Carletto; Cambiaghi (2007):

Princípio 1: Equiparação nas possibilidades de uso: É a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade. Para ter uso equitativo, deve-se propiciar o mesmo significado de uso para todos;

Princípio 2: Uso flexível: Para tal, devem-se oferecer diferentes maneiras de uso, possibilitar o uso para destros e canhotos, facilitar a precisão e destreza do usuário e possibilitar o uso de pessoas com diferentes tempos de reação a estímulos;

Princípio 3: Uso simples e intuitivo: Trata-se do ambiente ou elemento espacial que possibilita que seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, assim, a experiência, conhecimento ou grande nível de concentração por parte das pessoas;

Princípio 4: Informação de fácil percepção: Quando a informação necessária é transmitida para atender às necessidades do receptor, seja ele uma pessoa estrangeira, com diferentes habilidades (cegos, surdos, analfabetos, entre outros);

Princípio 5: Tolerância ao erro: Possibilita que se minimizem os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial.;

Princípio 6: Baixo esforço físico: Nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário;

Princípio 7: Dimensão e espaço para aproximação e uso: Diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário.

Com base nos princípios expostos, não existe uma edificação meio acessível, porque esta para ser considerada acessível tem de atender aos sete princípios do desenho universal.

Em relação às exigências da Norma NBR 9.050, de 2020, cujo desenho universal está incorporado, observa-se a importância de se conhecerem as necessidades dos usuários para realizar sua aplicação. Sem dúvida, a garantia para que todos os ambientes se tornem acessíveis, deve-se ao respeito à individualidade de cada pessoa, sendo essencial idealizar o projeto que alcance a maioria das pessoas sem que se possa causar a aceção de outras (SARMENTO; COSTA, 2020).

O desenho universal significa, para o usuário, a garantia de que ele pode desfrutar de ambientes sem receber tratamento discriminatório por causa de suas características pessoais, pois o “ser humano normal é precisamente o homem diverso, e é isso que nos enriquece quanto espécie, portanto a normalidade é que os usuários sejam muito diferentes e deem usos distintos aos previstos em projetos” CARLETTO; CAMBIAGHI (2008, p.11).

Aos *designers*, arquitetos, engenheiros, pessoas ligadas às áreas de ambientação e construção civil compete fornecer o suporte técnico que considera as necessidades do usuário final e apontar soluções capazes de atender a todos com o intuito de garantir melhoria da qualidade de vida da população (CAMBIAGHI, 2017).

Nesse sentido, a partir de 2021, o Desenho Universal passa a fazer parte do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação das Matrizes Curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES), como conteúdo obrigatório. Porém, os cursos devem deixar claro nas ementas e no Projeto Pedagógico do Curso essa mudança, conforme publicou o Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União, de 25 de março, com despacho que homologa Parecer CNE/CES nº 948, de 2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

## **2.2 Ingresso da Pessoa com deficiência no setor público**

Para o ingresso da pessoa com deficiência no setor público, a Constituição Federal, de 1988, art. 37, inciso VIII, determinou que a lei dispusesse o percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, e isso de fato foi feito; no entanto, de “forma parcial”, segundo ARAÚJO; MAIA (2016).

Pela disposição da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seu art. 5º, § 2º, estabeleceu-se que até vinte por cento das vagas para o concurso público devem ser reservadas às pessoas com deficiência. O Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, estabeleceu, em seu art. 1º, § 1º, que no mínimo cinco por cento das vagas seriam destinadas às pessoas com deficiência, devendo o quantitativo ser arredondado para o primeiro número inteiro subsequente, caso o número seja fracionado, diz o § 3º do art. 1º. Vale destacar que na Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015) estes percentuais não foram mencionados, tampouco se tratou sobre a reserva de vagas no serviço público.

[...] a Constituição determina que será reservado percentual dos cargos e empregos públicos às pessoas com deficiência, ao passo que a lei (e o decreto que a regulamenta) reserva apenas um percentual das vagas em disputa em cada concurso público. São coisas distintas a reserva de cargos e empregos e a reservas de vagas em concursos. Essa reserva que deve ser estabelecida para a administração pública por lei, propõe-se chamar de reserva real. Da forma como legalmente estabelecida, não se tem um percentual de pessoas com deficiência que irá forçosamente ocupar cargos públicos, mas apenas um percentual de vagas reservadas em cada concurso (ARAÚJO; MAIA, 2016, p.140).

Sobre a questão de vagas, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou que o concurso público sempre deve reservar pelo menos cinco por cento de suas vagas para as pessoas com deficiência, arredondando-se o número de vagas para o primeiro número inteiro subsequente se o percentual definido resultar em número fracionário, desde que, ao proceder tal arredondamento, não se exceda o limite legal de vinte por cento<sup>7</sup>, mencionou ARAÚJO; MAIA (2016). O mesmo autor corroborando com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal<sup>8</sup> afirma que

[...] um concurso que disponibilize entre uma e quatro vagas não precisará, inicialmente, reservar vagas para pessoas com deficiência, tendo em vista que, qualquer vaga reservada resultará em um percentual maior do que os vinte por cento legalmente estabelecidos. No entanto, se um concurso que originalmente previsse apenas o provimento de quatro vagas, pelo fato de surgirem novas vagas no decorrer do certame, passar a disponibilizar cinco ou mais vagas, a reserva de vagas para pessoas com deficiência passa a ser obrigatória, respeitando-se o mínimo e máximo estabelecidos (ARAÚJO; MAIA, 2016, p. 141).

A Lei nº 13.146, de 2015 (LBI), Seção III, do artigo 37, determina que, para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, é necessário constituir colocação competitiva, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, sendo atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

CAMBIAGUI afirma que a Pessoa com Deficiência é

---

<sup>7</sup>Nesse sentido: Supremo Tribunal Federal, MS 26.310/DF, Relator Ministro Marco Aurélio, julgado em 20.09.2007, publicado no DJ de 31.10.2007. Confira-se, a respeito: RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Manual dos Direitos das Pessoas com Deficiência. São Paulo: Editora Verbatim, 2010, p. 52-60.

<sup>8</sup>Nesse sentido: Supremo Tribunal Federal, MS 30.861 (Segunda Turma, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgado em 22.05.2012, Publicado no DJe de 08.06.2012), AgReg no RE 440.988 (Primeira Turma, Relator Ministro Dias Toffoli, julgado em 28.02.2012, publicado no DJe de 30.03.2012), MS 26.310 (Plenário, Relator Ministro Marco Aurélio, julgado em 20.09.2007, Publicado no DJ de 31.10.2007); Superior Tribunal de Justiça, RMS 36.359 (Segunda Turma, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 27.11.2012, Publicado no DJe de 05.12.2012), MS 8.417(Terceira Seção, Relator Ministro Paulo Medina, julgado em 12.05.2004, Publicado no DJ de 14.06.2004).

[...] um indivíduo que tem reduzidas, limitadas ou anuladas as suas condições de mobilidade ou percepção das características do ambiente onde se encontra, mas alguém com redução de mobilidade ou de percepção pode ter sua deficiência minimizada na medida em que lhe sejam oferecidos recursos para que esta relação com o espaço se dê de maneira adequada (CAMBIAGUI, 2017, p.28).

A expressão “oferecidos recursos para que a relação com o espaço se dê de maneira adequada” à pessoa com deficiência ou de mobilidade reduzida pela Norma NBR 9.050 (2020, p.3) refere-se ao “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento, cujas características originais foram planejadas para serem acessíveis”, ou seja, a ideia de disponibilizar espaços e serviços que atendam à diversidade humana. Logo, não há possibilidade de o poder público e de as empresas privadas deixarem de considerar ou observar essas adequações, pois reguladas em legislação vigente.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), buscam-se promover oportunidades para obter um trabalho produtivo e de qualidade, apontando o “trabalho decente” como forma de garantir condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Destacaram-se quatro objetivos estratégicos para o trabalho decente, conforme a Organização Internacional do Trabalho:

1. O respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); 2. A promoção do emprego produtivo e de qualidade; 3. A ampliação da proteção social e o 4. Fortalecimento do diálogo social. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 7/7/2021.

Nessa perspectiva, é fundamental não só atender aos requisitos da legislação para se fazer cumprir a lei, como também promover uma cultura de gestão inclusiva em que o servidor possa interagir com o ambiente, sentindo-se acolhido, pertencente, sobretudo trazendo bem-estar e qualidade de vida, o que antes de tudo já é um direito de qualquer cidadão o direito à acessibilidade.

Dessa forma, tal promoção só será bem-sucedida no serviço público quando houver preparação para receber a pessoa com deficiência<sup>9</sup>, não no sentido de torná-la pessoa especial,

---

<sup>9</sup>TESKE, Otamar...[et.al.]. (2017, p.67-68) com base em SASSAKI (2002) explica: De 1990 até hoje e além a expressão com mais significado hoje e apresenta ao menos dois valores ligados à pessoa com deficiência: 1. O empoderamento, que se traduz em uso de poder pessoal para escolher e tomar decisões; 2. A responsabilidade de contribuir para a mudança da sociedade com seus talentos, em busca da inclusão de todos, com e sem deficiência. Se nesse processo chegarmos a um novo patamar de sociedade, que respeita as diferenças, e, em função disso,

mas de maneira humanizada, ao compreender as suas necessidades e corresponder com questões que são ideais, como um ambiente adaptável e adequado, o que manteria sua permanência no cargo.

---

obtivermos uma nova denominação, tanto melhor. Até lá, continuaremos utilizando e recomendando que se use a expressão *pessoa com deficiência*, mesmo que entre aspas, denotando que ela necessita ser aperfeiçoada.



### 3 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA E DE MOBILIDADE REDUZIDA NO CÂMPUS PALMAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: ARQUITETURA E DIREITO À ACESSIBILIDADE

A Universidade Federal do Tocantins (UFT)<sup>10</sup> é uma instituição pública federal fundada em 2000, quando foi instituída pela Lei nº 10.032, de 23/10/2000. Localizada na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, onde tem sua sede (Reitoria). Apresenta uma estrutura multicampi e se encontra de norte a sul do Estado, conta com sete Câmpus, implantados nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas (objeto deste estudo), Porto Nacional e Tocantinópolis. Cada Câmpus com estruturas diferentes e comunidades distintas, incorporando grande diversidade, como disposto na Figura abaixo:

**Figura 2** – Distribuição geográfica dos Câmpus da Universidade Federal do Tocantins no Estado do Tocantins



Fonte: PDI (2016-2020) da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A Universidade Federal do Tocantins é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, em 2021, oferece 61 cursos de graduação presenciais oferecidos nos sete Câmpus. Oferece cursos de graduação, especialização, extensão, além dos programas de mestrado e doutorado reconhecidos pela Capes, totalizando 982 docentes e 18.881 alunos, consoante a Resolução nº 25, de 3 de junho (UFT, 2020). No entanto, com relação ao quantitativo de servidores, a Resolução nº 27, de agosto (UFT, 2020) menciona que, no campo da Diretoria de Gestão de

<sup>10</sup>Resolução nº 25, de 3 de junho de 2020. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/kigh5AM2RliXB8RIJeTWGA>>. Acesso em: 3/7/2020.

Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, o total de servidores do Câmpus da Universidade Federal do Tocantins é de 2.087 servidores (efetivos, temporários, substitutos), destes, 49,98% são do sexo feminino e 50,02% de sexo masculino, sendo 966 brancos, 761 pardos, 181 pretos, 35 amarelos, 5 indígenas e 139 não declararam.

A Diretoria de Gestão de Pessoas afirma que “os servidores com necessidades especiais<sup>11</sup>” da Universidade Federal do Tocantins totalizam 52 servidores. Segundo a referida Diretoria, os sem necessidades especiais são 1.956 servidores, e 79 não se manifestaram (UFT, 2020, p.121). Do quadro de servidores, 93,4% são estatutários.

Segundo a Resolução nº 27 (UFT, 2020, p.123), estaca-se que “a Reitoria e o Câmpus de Palmas contam juntos com 1.027 servidores, o que representa 49,20% da força de trabalho da UFT”. Seu quadro de pessoal se compõe, majoritariamente, de servidores com faixa etária de 30 a 49 anos de idade com o número total de 1.547 servidores, o que corresponde a 74%. Dentre os Câmpus da Universidade Federal do Tocantins, o Câmpus Palmas é o maior em extensão territorial e no número de servidores efetivos, docentes e técnicos administrativos, que somam 570 (UFT, PROGEDEP, 2020) (ANEXO B).

Para o contexto desta pesquisa, fez-se um levantamento, no Câmpus Palmas, do quantitativo de servidores efetivos da Universidade Federal do Tocantins apenas dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida (temporária e permanente), utilizando-se do *Google Forms*, por meio de questionário *online* (2020), enviado via *webmail* institucional (endereço eletrônico) a todos os servidores efetivos, estáveis, ou não, a fim de identificar o perfil funcional e comportamental dos usuários, analisando o grau de satisfação deles, sob os aspectos das edificações em uso e seus espaços, diante das condições de acessibilidade. As respostas foram obtidas entre abril, maio e junho de 2020 e totalizaram a amostra de 231 servidores respondentes.

O demonstrativo do perfil dos servidores e o quantitativo das respostas são apresentados na Tabela 1. Houve situações em que servidores não responderam à questão, por isso não há correspondência exata entre a quantidade total de respostas.

---

<sup>11</sup>TESKE, Otamar...[et.al.]. (2017, p.66) com base em SASSAKI (2002): De 1990 até hoje “Pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais” inicialmente, a expressão “necessidades especiais” foi apenas uma inovação. Após isso, foi adotada oficialmente e passou a ser um valor agregado às pessoas com deficiência e outras necessidades.

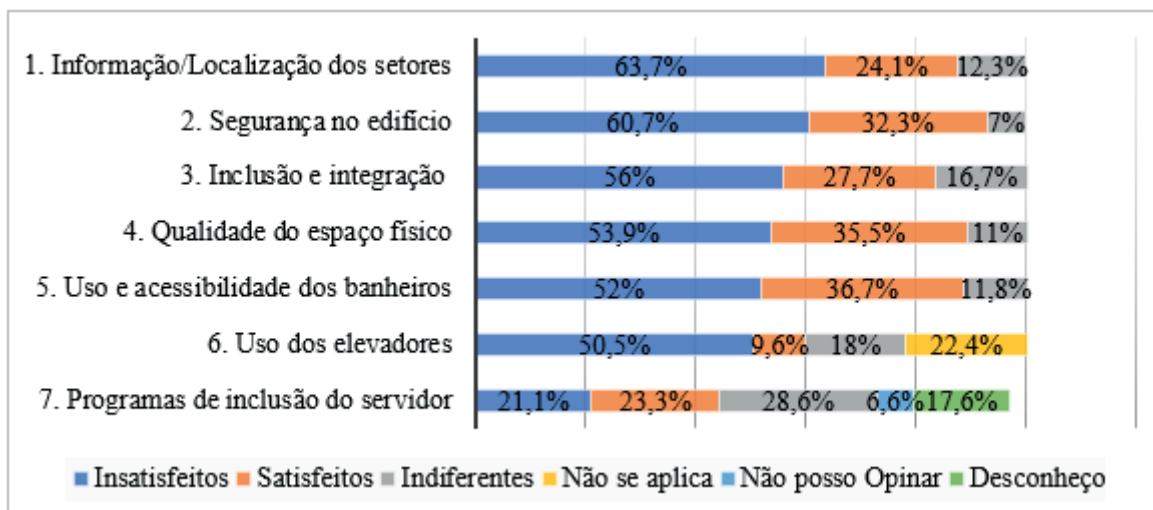
**Tabela 1 – Perfil dos servidores respondentes**

<b>Características</b>	<b>Amostra (percentual%)</b>	<b>Quantidade</b>
Usuários servidores participantes		231
Estáveis	<b>96,5</b>	220
Não estáveis	3,5	8
Sem deficiência	<b>93,4</b>	213
Não informaram se com ou sem deficiência	0,9	2
Com deficiência	1,3	3
Com mobilidade reduzida	5,7	13
Técnicos Administrativos	47,6	109
Professor	<b>52,4</b>	120
<b>Gênero</b>		
Masculino	46,7	107
Feminino	<b>53,3</b>	122
<b>Faixa etária</b>		
até 20 anos	0	0
21 a 30 anos	7	16
31 a 40 anos	<b>43,7</b>	100
41 a 50 anos	30,1	69
51 a 60 anos	15,7	36
acima de 60 anos	3,5	8
<b>Grau de escolaridade</b>		
Ensino médio completo	3,5	8
Superior completo	6,1	14
Especialização	25,8	59
Mestrado	18,3	42
Doutorado	<b>44,1</b>	101
Outros	2,2	5

Fonte: Dados extraídos pela pesquisadora no *Google Forms*, por meio da aplicação do questionário *online*, 2020.

Desse levantamento, investigou-se, por meio de questionário, o grau de satisfação dos servidores (231 respondentes), quanto aos aspectos de acessibilidade descritos abaixo:

**Tabela 2 – Gráfico de (in)satisfação dos servidores respondentes do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins**



Fonte: Dados extraídos pela pesquisadora no Google Forms, por meio da aplicação do questionário online, 2020.

Evidente, pois, que no item grau de insatisfação referente ao espaço físico, 63,7%, o que equivale a 145 participantes, consideraram insatisfatórias a informação e a localização dos setores, sendo desde já importante priorizar a acessibilidade visual e tátil, quanto à orientação espacial no Câmpus Palmas. Outro fator revelou que 60,7%, 139 servidores, estão insatisfeitos com a segurança no edifício, quanto a fatores de percepção subjetiva sobre possíveis riscos no ambiente local, sejam físicos: a sensação de segurança no deslocamento por escadarias, elevadores, piso tátil, rampas, calçadas, acesso aos edifícios; e 56%, equivalentes a 127 destes participantes, perceberam não se sentirem incluídos e integrados no ambiente de trabalho, revelando que 53,9% (123) estão insatisfeitos com a qualidade do espaço físico do referido Câmpus.

Os respondentes correspondem a 231 do total de servidores. Dentre estes, 139 mencionaram sobre a necessidade de segurança dos edifícios, no sentido de adaptação dos espaços físicos, como pisos táteis, rampas, calçadas, segurança no uso de elevadores e escadarias; já 145 expuseram como essencial a informação adequada da localização de setores; 123 falaram sobre a necessidade de melhorias para a qualidade do espaço físico do Câmpus Palmas; por consequência 127 não se sentem incluídos e integrados no seu ambiente de trabalho.

Com relação a esses quesitos sobre a qualidade do espaço físico do Câmpus Palmas:

Servidor 1: a universidade ainda apresenta grande disparidade em seus espaços. Ainda existem locais sem adaptação para pisos táteis, além de inúmeros espaços inacabados. Alguns blocos, mesmo com dois andares, não possuem elevadores e, nos que possuem, os elevadores apresentam problemas regularmente, como no caso do bloco J;

Servidor 2: Alguns prédios da instituição que frequento bastante (ex: biblioteca e Restaurante Universitário) não tem piso tátil, cadeira para obesos, espaço mal dimensionado para deficiente;

Servidor 3: Seria interessante colocar os elevadores, já existentes, para funcionar;

Servidor 4: O acesso a biblioteca é difícil pelas rampas, o elevador não oferece segurança;

Servidor 5: Não há coberturas entre as ligações com outros blocos e o acesso ficaria melhor se assim fosse melhorado;

Servidor 6: É necessária mais eficiência no processo de localização dos setores. Principalmente, para novos usuários e visitantes (Questionário *on line*, Google Forms, 2020).

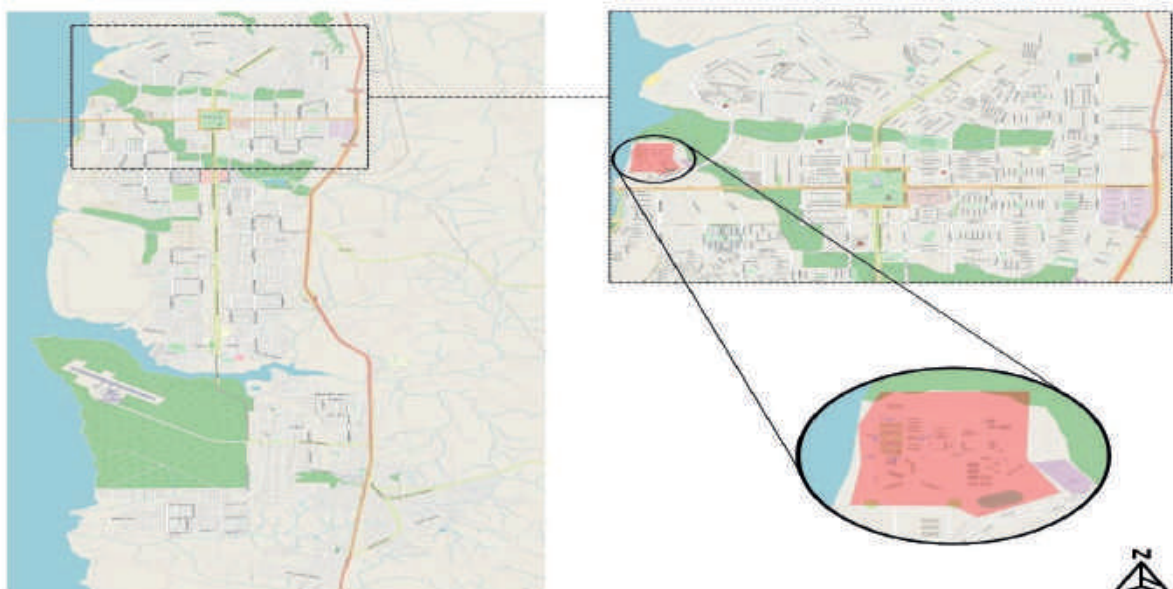
Observa-se, assim, que o grau de insatisfação dos critérios apresentados pelos servidores ainda é elevado no quesito da acessibilidade físico-especial, requer-se, pois, seja alvo de aperfeiçoamento ou de prioridades futuras da gestão.

Corroborando com os dados o Relatório de Avaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (UFT, 2020, p. 38), que diz no Eixo 5 – Infraestrutura Física: as principais reivindicações da comunidade consistiram na ausência de espaços de convivência, na segurança e na acessibilidade.

### 3.1 O lugar e os sujeitos da pesquisa: “servidor com deficiência e de mobilidade reduzida”

O Câmpus Palmas, localizado na Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO-14, no Plano-Diretor Norte, CEP: 770001-090, próximo à Orla da Graciosa.

**Figura** Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.4 – Localização do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, destinada ao centro da cidade de Palmas-TO.



Fonte: Mapa criado no programa OpenStreetMap, pela arquiteta Laryssa Aguiar, março de 2021.

Consoante o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), (UFT, 2016-2020, p. 13) “houve uma expressiva ampliação na área construída da Universidade, de 41.069,60m<sup>2</sup>, em 2003, para mais de 146.000 m<sup>2</sup>, em 2015”.

Os sujeitos da pesquisa são os servidores efetivos, incluindo os com deficiência e mobilidade reduzida (temporária ou permanente) que trabalham nesses ambientes, num total de 16 servidores respondentes. Com deficiência, foram identificados três servidores, e apenas um participou, mesmo depois de muitas e diferentes tentativas para que todos participassem da entrevista.

Relativamente aos servidores com mobilidade reduzida, treze foram identificados; entretanto, um servidor lotado na Reitoria foi desconsiderado, pois o objeto de investigação limitou-se aos servidores vinculados ao Câmpus Palmas. Assim, do total de 12 pessoas, 10 se dispuseram a participar da entrevista.

As atividades laborais desses servidores são exercidas nos edifícios: Bala I, Bala II, Blocos I, II, III, Bloco J, Laboratório de Nutrição, Laboratório de fitoterapia, Laboratório de Engenharia Civil, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, e noutros espaços físicos nos quais esses usuários percorrem, a fim de realizar suas funções.

O Câmpus Palmas é composto por mais de 30 prédios<sup>12</sup> físicos, nos quais funcionam os Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, exclusivos para as salas de aula teóricas; o prédio Cuica, que funciona como Auditório Central da Universidade Federal do Tocantins, com capacidade para 458 pessoas; os laboratórios específicos I, II e III da área da saúde, onde ocorrem as aulas práticas; o prédio da Biblioteca Central, o Restaurante Universitário; a Estação Experimental para desenvolvimento de pesquisas e laboratórios de aulas práticas; os edifícios em uso da Reitoria, como o Bloco IV, Prédio da Comissão Permanente de Seleção da Universidade Federal do Tocantins, Rádio UFT, dentre outros.

Destes edifícios em uso do Câmpus Palmas, devido a pandemia de Covid-19, como, por exemplo, a Biblioteca, o Cuica, o Restaurante Universitário, o Anfiteatro e outros, todos foram fechados. As atividades que eram realizadas presencialmente foram suspensas, desde março de 2020, o que inviabilizou a aplicação do procedimento metodológico para o percurso *Walkthroug* já que as realizações de observação em grupo e em campo não seriam mais possíveis. Tais medidas se fizeram necessárias para manter a segurança e evitar riscos de

---

<sup>12</sup>As informações básicas de infraestrutura e as instalações gerais dos prédios encontram-se disponíveis em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/palmas/infra-estrutura-3>. Acesso em: 27/2/2021.

contágio da doença entre os servidores, oportunizando que os serviços fossem feitos de forma remota.

Com isso, a observação direta aos edifícios se deu pelos edifícios com maior número de acesso de servidores, onde atuam administrativamente, e aqueles indicados pelos servidores participantes da entrevista.

### **3.2 Análise arquitetônica e o direito à acessibilidade no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins**

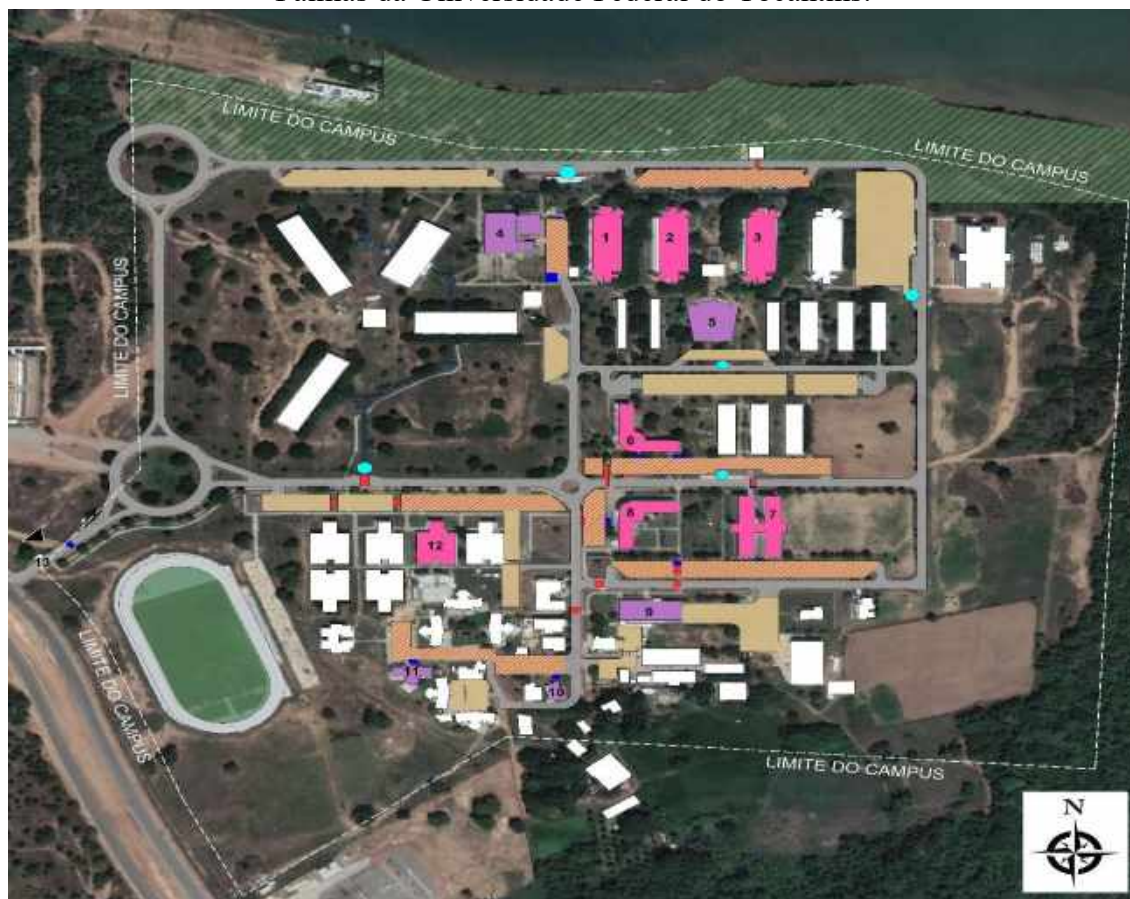
Na caracterização física deste estudo, buscou-se demonstrar as condições físicas dos edifícios pelos quais geram mudanças de comportamentos no modo de utilização dos espaços dos usuários participantes desta pesquisa, em consonância com os relatos percebidos na realização dos questionários e entrevistas sobre o uso do ambiente construído. Para isso, foram avaliados:

- Até que ponto o ambiente construído em uso preenche, ou não, as necessidades dos usuários (aspectos positivos e negativos);
- Inferir até onde o ambiente construído apoia ou interfere na ocorrência dos comportamentos ou atividades dos usuários ou nas relações entre os indivíduos e o ambiente (grau de satisfação dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida).

A Figura 5 indica os edifícios que foram metodicamente observados em relação à circulação interna e à externa, identificados pela cor rosa, 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 12. As demais edificações, identificadas pela cor roxa e números 4, 5, 9, 10 e 11 estiveram fechadas durante a pandemia de Covid-19; por essa razão, foram observadas somente em relação às orientações espaciais de circulação externa destes.



**Figura 5** – Mapa de localização e de identificação dos edifícios públicos em uso no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.



#### LEGENDA

- 1 - Bloco 1
- 2 - Bloco 2
- 3 - Bloco 3
- 4 - Biblioteca central
- 6 - Sala 1
- 7 - Bloco J

- 8 - Sala 2
- 9 - Rest. Universitário
- 10 - Lab. De fitoterapia
- 11 - Programa de pós Graduação em des. Regional
- 12 - Lab. Nutrição
- 13 - Guarita

- Área verde
- Edificações
- Edificações observadas em campo
- Edificações Fechadas
- Estacionamento
- Estacionamento observado

- Faixa elevada
- Guia rebaixada
- Ponto de ônibus
- Acesso principal

Fonte: Aguiar, Larissa. Mapa de localização e identificação dos edifícios públicos em uso no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março 2021.

Para investigação da situação dos espaços físicos, foram utilizados a trena para as medições, máquina fotográfica e um modelo de Roteiro Básico de Avaliação da Acessibilidade nas Edificações do Conselho Nacional do Ministério Público<sup>13</sup>, ver Figura 6. O roteiro foi segmentado em oito itens: calçada, estacionamento, acesso à edificação, circulações, esquadrias, banheiros e mobiliários. O preenchimento do formulário contou com alternativas sim, não e não se aplica.

<sup>13</sup>Roteiro de acessibilidade do Ministério Público encontra-se disponível em: [https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro\\_B%C3%A1sico\\_Avalia%C3%A7%C3%A3o\\_Acessibilidade\\_Sedes\\_MP.pdf](https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro_B%C3%A1sico_Avalia%C3%A7%C3%A3o_Acessibilidade_Sedes_MP.pdf). Acesso em: 27/2/2021.



O mapeamento dos edifícios observados ao longo do percurso está em desacordo com a legislação e com as normas técnicas em vigência, necessitam, pois, receber adequações de espaço.

**Figura 6** – Recorte do modelo da planilha de avaliação de acessibilidade

**ROTEIRO BÁSICO PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**DADOS DA EDIFICAÇÃO**

Órgão: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Uso do imóvel: Institucional:  Comercial:  Residencial:  Misto:  Fórum:

Descrição do imóvel: Próprio:  Cedido:  Alugado:  Conveniado:  Obs: \_\_\_\_\_

Tipo de imóvel: Casa:  Loja:  Edifício:  Pavimentos:  Obs: \_\_\_\_\_

Responsável pelas informações: \_\_\_\_\_ Nome / função / matrícula

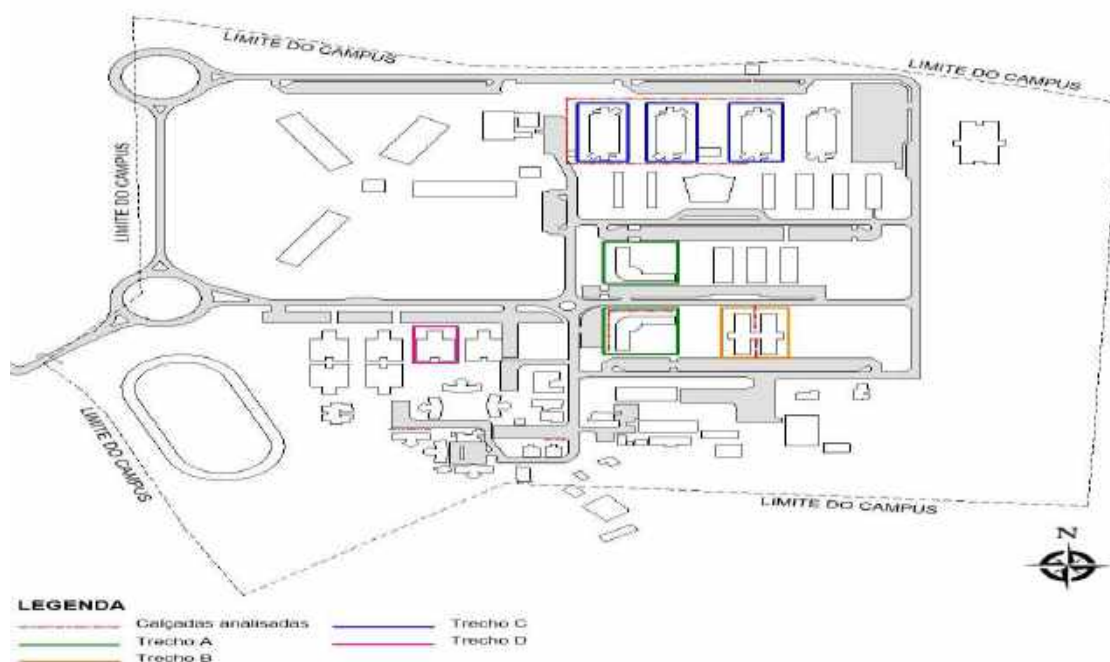
**Por se tratar de um prédio para abrigar edificação de uso público, todos os ambientes devem ser acessíveis, inclusive a área restrita aos funcionários, tendo como base o Desenho Universal.**

DESCRIÇÃO DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA/LEGISLAÇÃO*	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SITUAÇÃO ENCONTRADA
<b>1. CALÇADA</b>				
a) Possui faixa livre para pedestre com largura mínima de 1,50m, sendo admissível 1,20m?				

Fonte: Roteiro CNMP *online*, 2021.

Os problemas de acessibilidade identificados foram organizados por trechos: A, B, C e D (Figura 7). Os itens recomendados pela NBR 9.050, de 2020, e por outras normativas técnicas e legislações de acessibilidade foram apontados nos Quadros 1, 2, 3 e 4, como adiante demonstrados.

**Figura 7 – Avaliação de acessibilidade Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins – trechos avaliados**



Fonte: Aguiar, Larissa. Avaliação de acessibilidade Mapa Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março 2021.

A rota acessível inicia nos estacionamentos na área externa até a área de circulação interna dos prédios. O trecho A foi dividido em Bala 1 e 2, tendo em vista a semelhança de *layout* dos dois edifícios. No Bala 1 estão localizadas a Secretaria Acadêmica, a Prefeitura Universitária, a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Informática, as Coordenações de Curso, a Coordenação de Residência Médica, a Sala de Videoconferência/Reunião, a Sala de Professores e a Coordenação de Gestão de Pessoas. No Bala 2, a Direção do Câmpus Palmas, as Coordenações Administrativas e de Cursos de Graduação, a Sala de Professores e a Copa.

O Trecho B é composto pelo Bloco J que reúne salas para aulas teóricas.

O Trecho C corresponde aos Blocos I, II, III do Câmpus, que constituem o primeiro conjunto de edificações da Universidade Federal do Tocantins, construídos à época da Unitins. O Bloco I, à semelhança dos demais blocos, foi edificado pela técnica de concreto pré-moldado na década de 1990. Em 2020, foram feitas reformas na cobertura dos três blocos, adaptações de espaços para sala de professores, laboratórios de graduação e pesquisa no Bloco II. Os espaços adaptados nesses blocos sofreram mudanças estéticas na pintura interna e reparos nas paredes. As instalações elétrica, hidráulica e de ar-condicionado foram revisadas e modernizadas. Os guarda-corpos em aço dos prédios (Blocos II e III) foram substituídos por alvenaria de tijolo

rebocada, e o do Bloco I foi adaptado, como disposto no (*Site* de notícias UFT<sup>14</sup>, publicado em 25/8/2020). O Trecho C (cor azul) dos Blocos I, II e III também apresenta *layout* semelhante, sendo estes observados em conjunto, devido às mesmas características de circulação interna e externa no ambiente.

O Trecho D trata do Complexo Laboratorial de Nutrição<sup>15</sup>, que é o edifício com uma estrutura física mais nova, inaugurado em 2017.

Finalmente, os trechos traçados em vermelho, contemplam as calçadas analisadas.

Segundo a NBR 9.050 (2020, p. 52, item 6.1.1.2),

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação (NBR 9050/2020, p.52).

O Decreto Federal nº 5.296, de 2004, em seu art.18, diz que

[...] a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso coletivo devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, Dec. Fed.5296/2004, art.18).

O item 3.1.36 da NBR 9.050 (BRASIL, 2020, p. 6) mostra que uso comum compreende espaços, salas ou elementos, externos ou internos, disponíveis para um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes).

Os resultados dos trechos descritos na Figura 6 podem ser observados pelas descrições nos Quadros 1, 2, 3 e 4 e nos registros fotográficos dos locais, como seguem.

---

<sup>14</sup>Reforma dos Blocos I, II e III da UFT: Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/27799-blocos-i-ii-e-ii-de-palmas-passam-por-reforma-e-apresentam-maior-qualidade-em-seu-padrao-de-laboratorios>. Acesso em: 29/3/2021.

<sup>15</sup> Sobre o Complexo Laboratorial de nutrição: Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/19854-complexo-laboratorial-sera-utilizado-a-partir-do-proximo-semester-no-campus-de-palmas>. Acesso em: 29/3/2021.

**Quadro 1 – Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins**

**TRECHO A – PRÉDIOS BALA 1 E BALA 2**

1. Local ou equipamento analisado	2. Referência da NBR 9.050, de 2020, sobre o item analisado	3. Condição do item analisado	4. Resultado de acordo ou em desacordo	5. Itens Recomendados NBR 9.050, de 2020, outras Normas e Legislação
<p><b>Calçadas</b></p> <p>Parte da via, segregada por pintura, nível ou elemento físico, destinada à circulação de pedestres, locação de mobiliário, vegetação e placas de sinalização (BRASIL, 2016, p. 2).</p>	<p>Largura Mínima <math>\geq 1,20\text{m}</math></p>	<p>Há largura <math>&gt;1,20</math>. Na faixa livre de passeio do lado direito do Bala 2, a copa da raiz da árvore saiu para fora e pode tornar-se um obstáculo no caminho.</p>	<p>De acordo em parte</p>	<p>6.12.3 Dimensões mínimas e seguintes</p>
	<p>Rampa <math>\geq 8,33\%</math></p>	<p>Há declividade. Corrimão com 1,10 de altura; o patamar inicial e final com menos de 1,20.</p>	<p>Em desacordo: Não apresenta como elemento a guia de balizamento que é um item obrigatório numa rampa com altura e cor contrastantes na parte superior do piso.</p>	<p>6.6 Rampas e seguintes, 6.6.3., p. 58 6.6.4, p. 59, têm 6.9.3.2, p. 62 e 4.4.2.1 NBR 4.718, de 2019</p>

	Piso com superfície regular, firme, estável e antiderrapante	Piso com superfície irregular, com depressões e que provoca trepidação com dispositivos com rodas, ressaltos e material comprometido	Em desacordo	6.3.1 e 6.3.2 Revestimentos NBR 9.050
	Guia rebaixada na vaga de estacionamento	Apresenta desnível, possui inclinação incorreta, sem sinalização no piso tátil de alerta, sem rota acessível externa que leve para a parte interna dos edifícios (Balas 1 e 2).	Em desacordo	6.12.7.3 Rebaixamento de Calçadas Figura 93 – sobre a inclinação da guia
	Existência de Piso Tátil Direcional (NBR 16.537, de 2016)	No Bala 1, o piso tátil existente não atende à norma: pintura envelhecida, com gramíneas acima do piso, necessitando de manutenção. Não apresenta rota acessível externa para a parte interna do edifício. Inexiste no Bala 2.	Em desacordo	NBR16.537, de 2016, p.24, item 7
Descrição dos itens inadequados	<ul style="list-style-type: none"> <li>* A rampa dos Balas 1 e 2 não possui piso tátil de alerta no início e no final da rampa nem sinalização tátil no corrimão, conforme NBR 16.537, de 2016.</li> <li>* Não possui corrimão em ambos os lados com altura de 0,70m e 0,92m do piso e sem prolongamento do corrimão mínimo de 0,30m.</li> <li>* Sem guia de balizamento com altura mínima de 5cm.</li> <li>* Os patamares da rampa não atendem ao recomendado com dimensão mínima de 1,20m.</li> <li>* As hastes dos guarda-corpos estão com vão aberto, o espaçamento entre perfis não é vertical com distância menor de 0,11m.</li> </ul>			

	<p>* A guia rebaixada e suas abas laterais possuem inclinação incorreta e não possui sinalização tátil de alerta.</p> <p>* As raízes da espécie plantada na lateral direita (frente) no Bala 2 não preserva o piso de passeio.</p>			
<p><b>Estacionamento</b> O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível (6.2.4 NBR 9.050, de 2020, p.52.</p>	<p>2% das vagas reservadas a PcD</p>	<p>No Bala 1, há duas vagas para PcD localizadas próximas à entrada principal do prédio e dão acesso à calçada com guia rebaixada irregular em piso intertravado. As vagas apresentam pintura desgastada, irregularidades na superfície do piso desnivelado, há algumas inclinações. Não havia vagas para idoso próximas à entrada do prédio. Outras duas vagas para PcD no mesmo estacionamento foram previstas, mas longe da entrada do prédio, estão ao fundo.</p> <p>No Bala 2, há duas vagas para PcD localizadas próximas à</p>	<p>Em desacordo, mas houve previsão das vagas.</p>	<p>Lei nº 5.296 (BRASIL, 2004, art. 25)</p>

		<p>entrada principal do prédio, e dão acesso à calçada em piso intertravado com guia rebaixada em cimento liso. As vagas apresentam pintura desgastada, irregularidades na superfície do piso desnivelado, há algumas inclinações, larguras inadequadas (medidas: SAI: 1,65x1,66, lista de embarque e desembarque: 0,94m). Não havia previsão de vagas para idoso.</p>		
	<p>Sinalização adequada tanto vertical quanto horizontal</p>	<p>Bala 1: No estacionamento não havia sinalização vertical nem horizontal para idosos, e das duas placas verticais existentes para PcD na entrada do prédio, havia uma placa de cor azul com a figura da PcR sem informações indicativas nela. As duas placas verticais</p>	<p>Em desacordo</p>	<p>Resolução nº 236, de 2007; 304, de 2008; e 303, de 2008 (idoso) do Contran;</p> <p>NBR 9.050, de 2020, p.35, no item 5.2.8.2.3</p>

		<p>existentes não estão centralizadas na vaga, estando identificadas no canto esquerdo das vagas.</p> <p>Bala 2: A sinalização vertical (existe uma placa vertical Ep/ PcD na altura de 2,36m do piso, com medidas da placa de 0,75x0,50m. A outra placa, toda azul com figura da pessoa em cadeira de rodas, está sem informações indicativas, com altura de 1,94 do piso e instalada torta. Sem sinalização vertical e horizontal para idosos.</p>		NBR 9.050, de 2020, p.81, itens 6.14.1 e seguintes.
	Rampa junto à vaga	Existente, porém sem sinalização e com superfície do piso comprometido	Em desacordo	6.6 Rampas e seguintes.
Descrição dos itens inadequados no estacionamento		*A pintura de ambas as vagas está desgastada, as faixas de delimitação das vagas não atendem às medidas constantes no Manual de Sinalização de Trânsito (vertical e horizontal).		



<b>Acesso à edificação</b>	Tipo de piso regular, estável e não trepidante	Piso que provoca trepidações. O piso da calçada de acesso à edificação encontra-se irregular, instável, ocasionando barreiras e obstáculos. Em ambos os Balas 1 e 2 não há sinalização informativa, indicativa e direcional da localização das entradas acessíveis.	Em desacordo	6.3.1 e 6.3.2 Revestimentos NBR 9.050
	Tipo de revestimento antiderrapante	Cerâmica tipo lisa (parte interna dos prédios)	Em parte: Dependendo do produto a ser utilizado no piso ou quando molhado, ele pode tornar-se escorregadio.	6.3.2 Revestimentos e 6.3.8 Sinalização no piso para riscos NBR 9.050
	Existência de Piso tátil	Inexiste piso tátil direcional e de alerta (Bala 2). No Bala 1, apresenta na área externa, mas não atende à norma técnica, porque o piso tátil vermelho no piso de cimento cinza não apresenta cor contrastante, sendo assim não pode ser uma referência visual, além	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.24, item 6,7

		de o piso se encontrar desgastado ou quebrado ou com obstáculos na sua superfície. Sem falar que o piso tátil direcional se confunde com o piso intertravado, sendo totalmente inadequado.		
	Possui sinalização informativa e direcional dos acessos à edificação?	Inexistente	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.41, item 5.3.2. NBR 16.537, de 2016, itens 5 e seguintes.
	Possui sinalização direcional dos acessos da edificação até o balcão de informação?	Inexistente	Em desacordo	NBR 15.599, de 2008, p.20, itens 5 e seguintes.
<b>Circulação interna – Horizontal</b>	A largura dos corredores é de no mínimo 1,50?	Os corredores do piso inferior apresentam medidas de 1,91m (lado direito) e 1,90m (lado esquerdo) e no piso superior, 1,95m	De acordo	NBR 9.050, de 2020, p.68, item 6.11, c.
	Existência de Piso tátil	Inexistente	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.24, item 7

<b>Circulação interna – Vertical</b>	Além da escada, existe outra forma de acesso para vencer desníveis existentes, como rampa, elevador ou plataforma móvel?	Existe, porém necessita de adequações, quais sejam: Balas 1 e 2: rampas e escadas não possuem sinalização tátil nem direcional nas superfícies do piso, tampouco guia de balizamento, altura dos corrimãos e guarda-corpos, por isso não atendem à norma. Bala1 possui plataforma elevatória, mas sem funcionamento, então para ir ao piso superior somente por escadas. Bala 2: possui plataforma elevatória enclausurada (percurso fechado) em funcionamento para ir ao piso superior e está em uso.	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.10 e 11, item 6.3, requisitos específicos e 6.4, degraus, escadas e rampas.  Na Figura 37, elementos de proteção na projeção da escada).
	<b>Circulação interna – Vertical</b>	Escada sinalizada (piso tátil de alerta antes e depois, faixa cromo diferenciada nos degraus,	Escada com uma sequência de quatro degraus na frente dos edifícios encontra-se sem corrimão e não sinalizada; Escada interna dos Balas 1 e 2	Em desacordo

	<p>aplicação no piso e espelhos nas bordas laterais, em contraste com o piso adjacente (projeção de 7cm comprimento e 3cm de largura) fotoluminescente e retroiluminado. Com elemento de proteção abaixo da escada</p>	<p>não sinalizada e sem elemento de proteção na projeção abaixo da escada.</p>		<p>corrimãos e guarda-corpos</p>
	<p>Corrimão lateral em ambos os lados contínuos, com duas alturas de 0,70m e 0,92m com relação ao piso, prolongamento de 0,30m do corrimão, com diâmetro de 3 a</p>	<p>Apresenta corrimão, mas não possui atendimento à norma técnica, sem guia de balizamento (não há paredes laterais). Com diâmetro do corrimão de 5cm</p>		

	4,5, sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou na parede.			
	Plataforma Elevatória Bala 1, com caixa enclausurada (fechado)	Existe, mas não funciona e sem sinalização no piso.		
	Plataforma Elevatória Bala 2, com caixa enclausurada (fechado). Com cabine com dimensão mínima de 90cm x 1,40m	Existe. Apresenta dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio, mas não apresenta instrução de uso, fixada próxima à botoeira, a que existe encontra-se acima da porta, sem indicação da posição para embarque e desembarque, sem sinalização no piso, sem sinalização sonora. Apresenta dimensão de 1,40m x 1m	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.67, itens 6.10.2 a 6.10.3.4
<b>Esquadrias</b>	Portas – Largura mínima de 0,80m e altura de 2,10m, com maçanetas do	As maçanetas são do tipo alavanca, colocadas a uma altura de 1,04m do piso. As portas possuem largura livre de 0,88m e altura de 2,07.	Em parte, porque a altura não chegou a 2,10m	NBR 9.050, de 2020, p.46, itens 5.4, 5.4.1 NBR 9.050, de 2020, p. 70-71,

	tipo alavanca, estas com altura entre 0,80m e 1,10m	Obs.: Não foram medidas todas as portas desses edifícios, apenas três para exemplo.		itens 6.11.2.4 e 6.11.2.6
	Portas envidraçadas, localizadas nas áreas de circulação são identificadas com sinalização visual de forma contínua: faixa de 50mm de espessura, com altura entre 0,90m e 1,00m, como recomendado no item 6.11.2.13 da NBR 9.050, de 2020, p.72	Inexiste nas portas de vidros na entrada do Edifício Balas 1 e 2 qualquer sinalização visual de forma contínua, para permitir a fácil identificação visual da barreira física.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.72, item 6.11.2.13, a, b, c, d, conforme Figura 88
	Janelas	Não foram identificadas	x	x
<b>Banheiros</b>	Unidade acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, ou pelo menos uma acessível,	Existe banheiro para cada sexo por pavimento, constando nessas unidades uma área de sanitário para PcD ou para pessoas com mobilidade	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.84, item 7.5.  NBR 9.050, de 2020, p.98, item 7.8.1.

	unissex, com entrada independente dos sanitários coletivos; com dimensão de circulação que permita um giro de 360°. Área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para bacia sanitária.	reduzida. No entanto, todas as unidades estão inacessíveis, já que servem como depósito para produtos de limpeza e não estão sendo utilizados para garantir o uso adequado e fora dos padrões descritos na Norma.		
	Ao lado da bacia sanitária há dispositivo de emergência?	Inexistente	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.51, item 5.6.4.1. Ex.: Figura 67.
	Mictório dotado de barras de apoio	Existe. No entanto, não há barras de apoio.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.103, itens 7.10.4 e 7.10.4.3
Descrição dos itens inadequados	* Há um desnível na entrada dos sanitários (banheiros); ausência de barra do lado interno da porta; a barra reta horizontal ao lado da bacia sanitária não possui comprimento mínimo de 0,80m; não há barra vertical de 0,70m acima da barra horizontal da borda frontal da bacia sanitária; ausência de barras de apoio no lavatório. * Sinalização na porta incorreta, sem braille e na altura incorreta. O lavatório possui obstáculo na área que dificulta a aproximação frontal para a pessoa em cadeira de rodas (NBR 9.050, de 2020, p.98, item 7.8.			

<b>Mobiliário</b>	Balcão de atendimento	Não há		NBR 9.050, de 2020, p.116, item 9.2.1.1. Lei nº 5.296, de 2004
	Mapa tátil	Não há.	Em desacordo. Em ambientes de ensino é obrigatório	NBR 15.599, de 2008, p.7, item 5.3.1.1, a

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Feeral do Tocantins, abril de 2021.





No item a) Entrada do edifício Bala 1 apresenta problemas de sinalização interna e externa; b) Porta envidraçada sem sinalização visual de forma contínua; c) Corredor esquerdo sem sinalização de piso tátil no piso, o que torna o bebedouro um obstáculo; d) Plataforma elevatória sem funcionamento.

**Figura 9** – Imagens do Trecho A – Circulação Interna (Bala 1)



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Nas imagens: e) Existem obstáculos debaixo da escada, sem elemento de proteção na projeção dela; f) Escada sem sinalização nos degraus e sem alto relevo, e em braille nos corrimãos ou na parede, não apresenta em ambos os lados corrimão em duas alturas de 0,70 e 0,92; g) Na entrada de acesso ao Edifício há vários galões de água amontoados, sendo obstáculos e servindo como local de depósito; e h) Corredor direito sem sinalização visual e com obstáculos (várias cadeiras à frente encostadas na parede).

**Figura 10 – Imagens do Trecho A – Circulação Interna (Bala 1)**

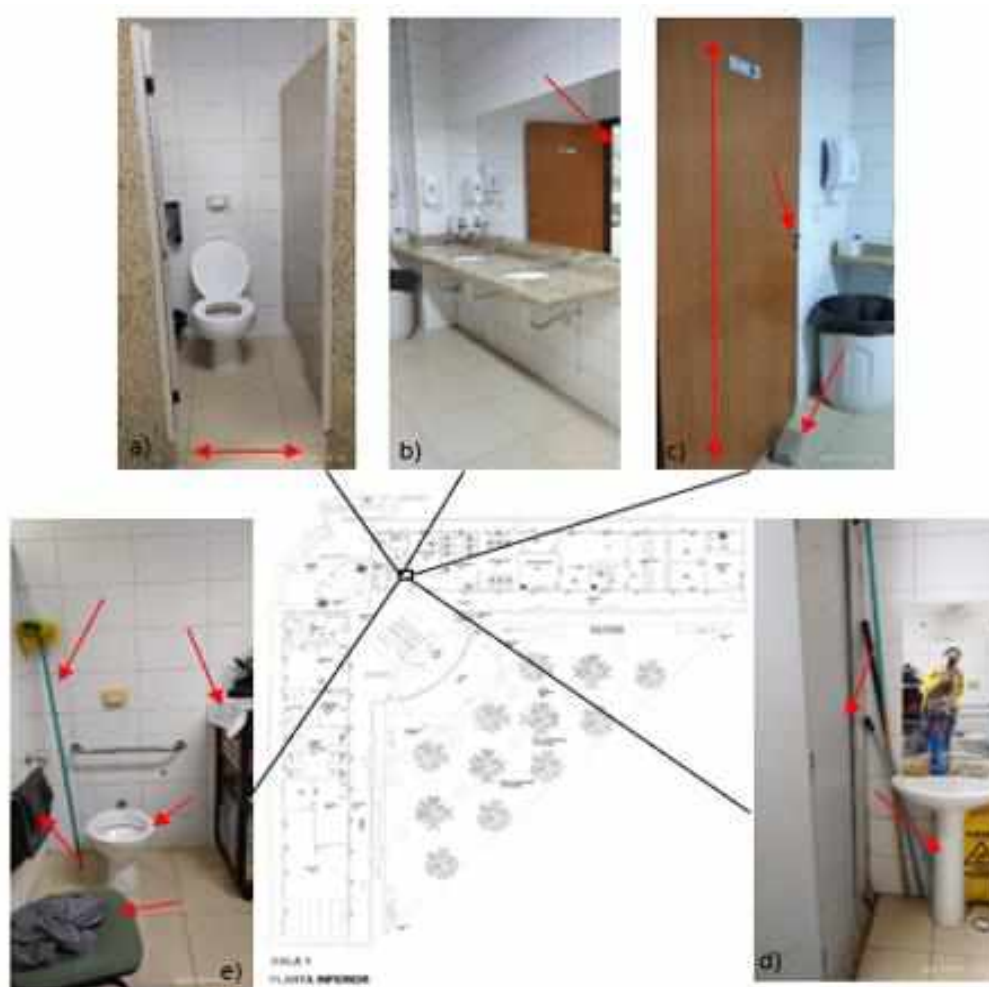


Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As imagens da Figura 11: a) Entre o chão e a porta, o vão livre é de 0,60m e para adentrar com as esquadrias laterais da porta é de 0,52m; b) *Layout* do banheiro com o espelho à frente da porta aberta, as pessoas que fazem uso do banheiro ficam expostas àqueles que passam no corredor do prédio; c) A porta com mola aérea abre para dentro e fica encostada à parede pelo peso do tijolo ao chão, sem sinalização visual adequada (sem alto relevo, braille e composição da altura inadequada) e sem puxador na porta; d) A pia não apresenta barras laterais e impede a aproximação frontal da PcD, e o armário dentro do banheiro serve como depósito; e e) O

banheiro para PcD ou PMR apresenta o vaso sem tampa e vários outros objetos, como sacos de lixo, materiais e utensílios de limpeza.

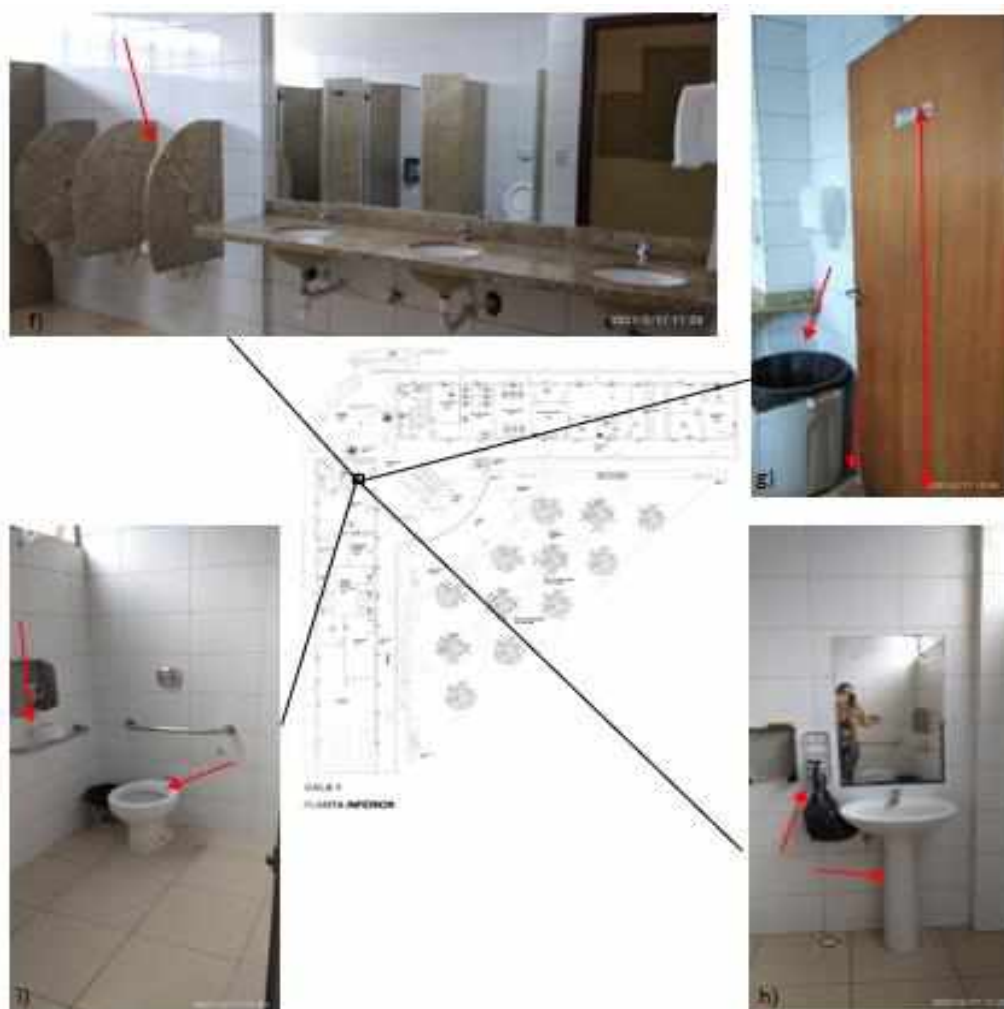
**Figura 11** – Imagens do Trecho A – Banheiro Feminino (Bala 1):



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As imagens fotográficas na Figura 12 mostram nos itens: f) Mictório sem barras laterais; g) Porta encostada à parede pelo peso do tijolo ao chão, sem sinalização visual adequada (sem alto relevo, braille e composição da altura inadequada), lixeira em local inadequado, dificultando o acesso à papelreira; h) Não há barra vertical no lavatório, e a pia impede aproximação frontal da PcR, os itens como papelreira e dispenser de sabão líquido estão sem utilidade; e i) Sanitário PcD ou PMR sem tampa no vaso sanitário, papelreira em lugar inadequado e faltando a barra vertical acima da barra horizontal.

**Figura 12 – Trecho A – Imagens do Banheiro Masculino (Bala 1)**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na Figura 13: a) Piso tátil direcional com obstáculos e não direciona a lugar nenhum, em desacordo com a NBR 16.537 (ABNT, 2016) e com obstáculos na superfície do piso intertravado; b) Sobre a rampa, a NBR 9.050 (ABNT, item 6.9.1, 2020) diz: “quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar elementos de segurança como guia de balizamento e guarda-corpo corrimãos e respeitar o dimensionamento, corrimãos e sinalização”, assim as condições da rampa estão em desacordo por não respeitarem os itens de segurança, além da dificuldade de acesso com obstáculos pelo caminho, como a lixeira no patamar da rampa; c) A superfície do piso intertravado da calçada encontra-se de forma elevada; d) Defronte ao edifício Bala 1, ao subir a guia rebaixada que dá acesso à calçada, a superfície do piso está irregular; e) Há uma árvore no centro da calçada reduzindo a faixa livre de circulação; e f) A superfície do piso intertravado elevado apresenta areia preta sobre o piso.



**Figura 13 – Trecho A – Imagens de Circulação externa do Bala 1**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na Figura 14: a) A sinalização visual na porta apresenta dois adesivos: a informação fica confusa, sendo necessário observar a altura recomendada pela NBR 9.050 (ABNT, item 5.4.1, letras de “a) até e)”, 2020); b) Escada sem sinalização e em desacordo com a NBR 9.050 (2020, itens 5.4.3 e seguintes); c) Sinalização visual da porta com várias informações, o ambiente não possui mapa tátil ou referência de piso tátil direcional para direcionar as salas administrativas; d) Plataforma Elevatória para atender à PcD sem funcionamento.

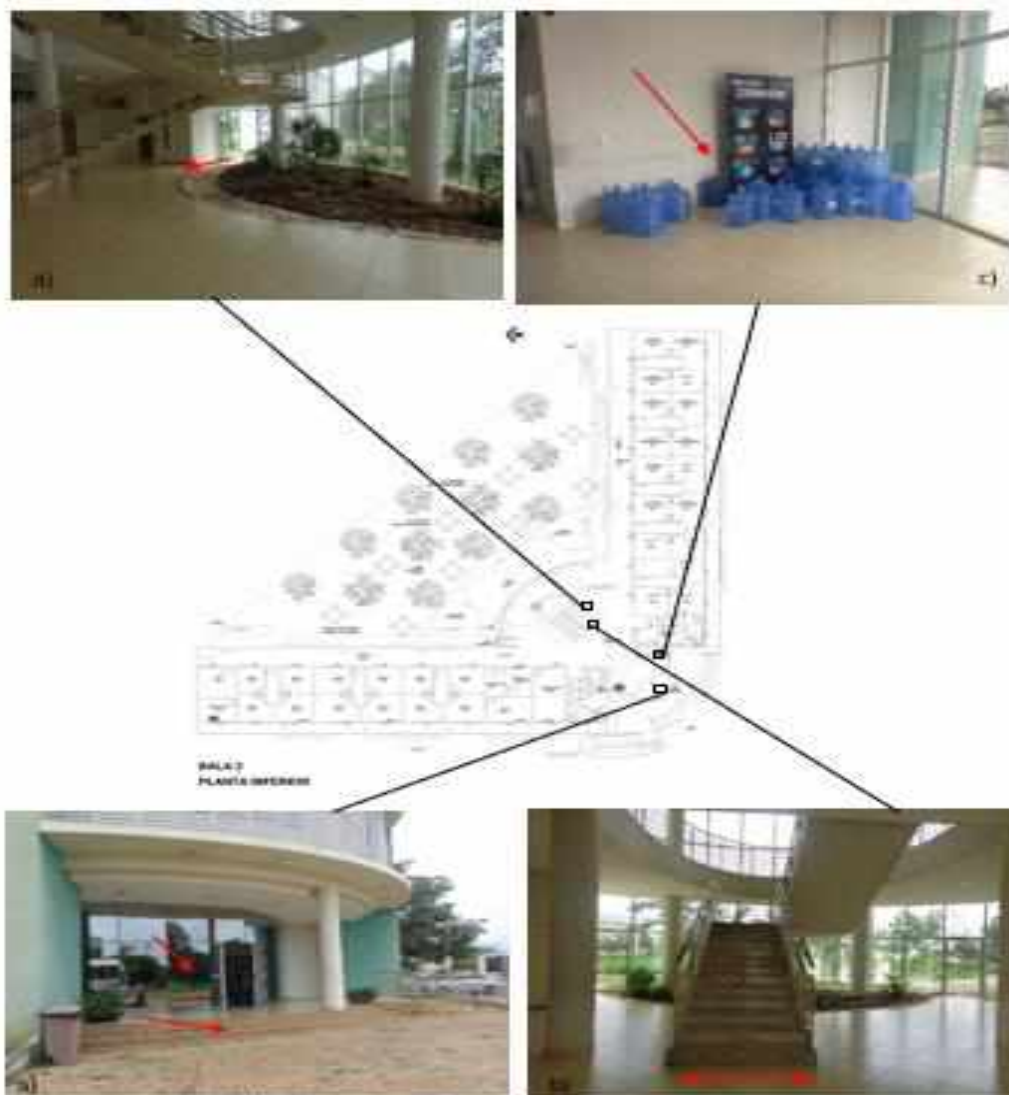
**Figura 14** – Trecho A – Imagens do Piso Superior Bala 1:



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Nas imagens da Figura 15: a) Entrada do edifício Bala 2 apresenta problemas de sinalização interna e externa: a porta envidraçada sem sinalização visual de forma contínua; b) Escada possui sinalização visual no piso, mas com irregularidades e não possui sinalização nos espelhos de cada degrau, não há nos corrimãos alto relevo e em braille ou na parede, bem como não apresenta em ambos os lados do corrimão duas alturas de 0,70 e 0,92; c) Entrada de acesso ao Edifício, vários galões de água amontoados, sendo obstáculos e servindo como local de depósito; e d) Debaixo da escada não tem elemento de proteção na projeção dela.

**Figura 15** – Trecho A – Entrada ao edifício e circulação interna (Bala 2):



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Imagens da Figura 16: e) Corredor esquerdo sem piso tátil e informação visual sobre a localização das salas ou setores; f) Irregularidades no piso da escada; g) Na frente da plataforma elevatória não há piso tátil; h) Do piso até o dispenser de álcool em gel mede-se a altura de 1,35m; segundo a NBR 9.050 (2020, Figuras 16 e 17), para a pessoa em cadeira de rodas a altura recomendada é de 1,20m; i) Corredor direito sem sinalização de piso tátil, o que torna o bebedouro, cadeiras encostadas na parede e pilares um obstáculo.



**Figura 16** – Trecho A – Entrada ao edifício e circulação interna (Bala 2):



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (apo): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As imagens da Figura 17 mostram: a) Porta com mola aérea aberta para dentro, sendo segurada por um tijolo no chão e sem sinalização visual adequada (sem alto relevo, braille e composição da altura inadequada); b) O reflexo do espelho de frente à porta aberta dá visibilidade às pessoas do lado de fora, podendo gerar constrangimento; c) Para adentrar a porta com as esquadrias laterais mede-se 0,52m; e d) Porta com vão livre no piso de 0,60m. Na sequência, serão analisadas as condições das edificações do Trecho A dos sanitários do Câmpus Palmas.

**Figura 17** – Trecho A – Sanitário Feminino térreo (Bala 2):

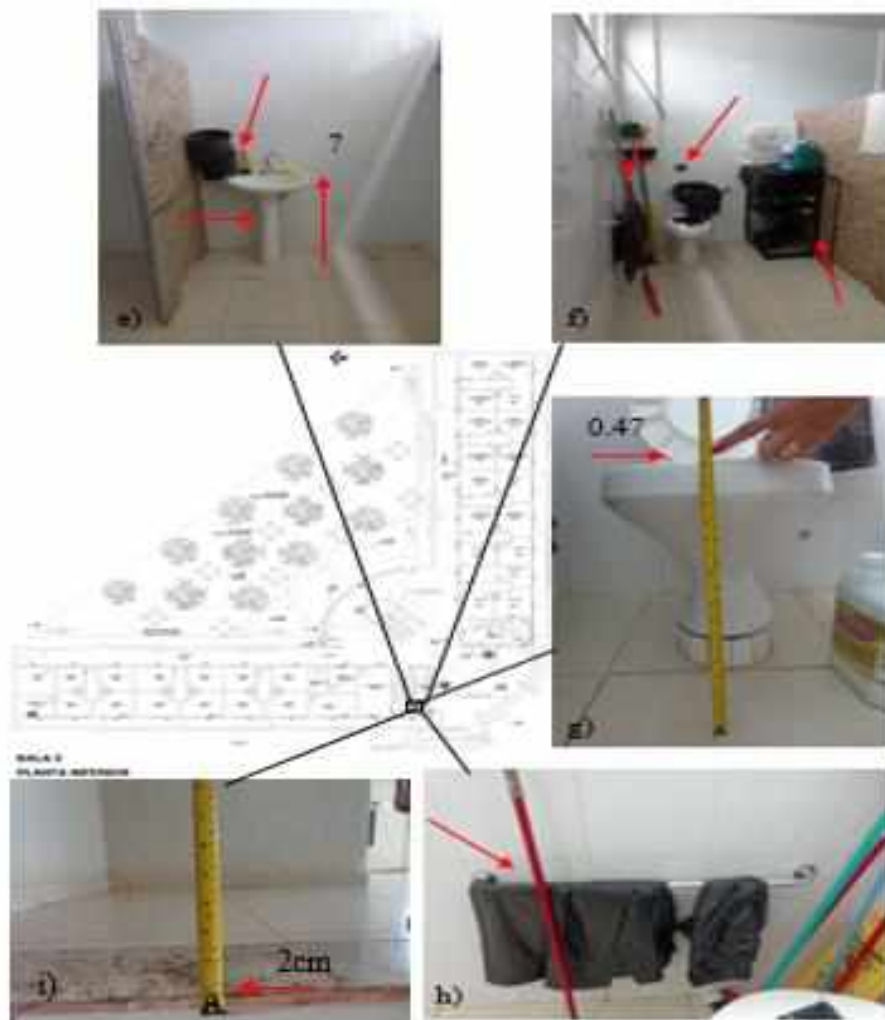


Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na Figura 18, as imagens demonstram: e) a pia impede aproximação frontal da pessoa em cadeira de rodas, não há barra vertical no lavatório, faltam papeleira, dispenser de sabão e espelho, e há materiais de limpeza sobre o lavatório de forma irregular; f) O sanitário para PcD serve como depósito e falta a tampa de acionar a descarga; g) Do piso até a bacia sanitária sem sua tampa medem-se 0,47m. A NBR 9.050 (ABNT, item 7.7.2.1, 2020) diz: “As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43m e 0,45m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46m para as bacias de adulto”; h) Barras de apoio ao lado da bacia sanitária sem uso adequado por estarem ocupados por sacos de lixo; e i) A exemplo da Figura 18i, as portas dos sanitários do Trecho A, tanto masculino quanto feminino

apresentam esse desnível na entrada da porta, o que pode ser uma barreira para a pessoa de cadeira de rodas, bem como à pessoa idosa. Segundo a NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 6.3.4.1), esses desníveis devem ser evitados e eliminados.

**Figura 18** – Trecho A – Sanitário Feminino térreo PcD (Bala 2):

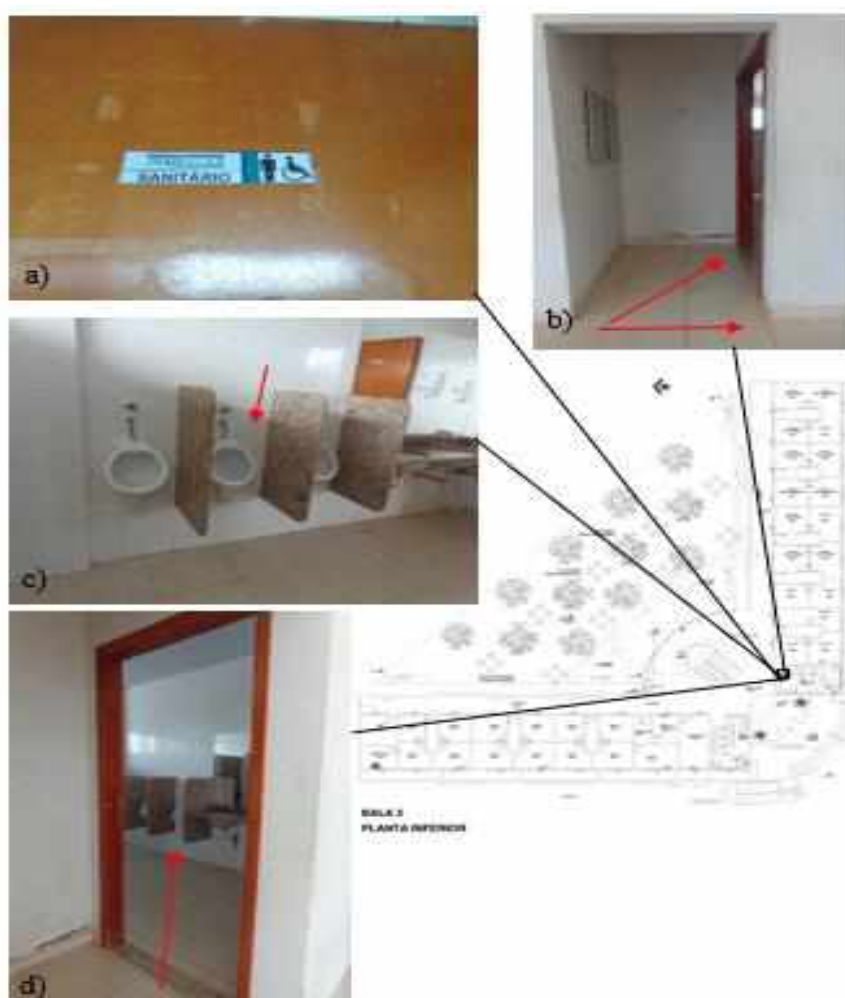


Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A Figura 19a mostra que a placa da porta não está na altura acessível nem tem informação tátil em relevo e braille; além disso, é pequena e seu contraste não é suficiente para quem tem baixa visão, conforme NBR 9.050 (ABNT, 2020, p. 46, item 5.4.1). No Câmpus Palmas, nos sanitários do Trecho A (Balas 1 e 2), as portas da entrada principal apresentam molas aéreas, como exemplifica a Figura 17<sup>a</sup>, este tipo de porta exige um grande esforço do usuário, porque ela nunca está regulada corretamente e, por isso, dificilmente funciona bem. Nestas condições, recomenda a NBR 9.050 (ABNT, 2020, p. 71, item 6.11.2.5) que “o mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a

36N. Neste caso, recomenda-se não utilizar molas nas portas. Nas imagens 19b e 19d observa-se que quem passa no corredor percebe a pessoa em pé defronte o mictório, a mesma questão ocorre nos banheiros femininos com o reflexo dos espelhos dos quais quem passa no corredor verifica a pessoa no banheiro, o que pode gerar certo constrangimento a qualquer pessoa que faça uso do sanitário. Esse posicionamento foi observado pela Servidora A: “*O banheiro do Bala 2, quando em uso, ele é visível do corredor, quem está no banheiro e existe um espelho que reflete, além de sermos vistos de costas, também somos vistos de frente é uma questão de desenho que está inadequado*”; na Figura 19c, os mictórios não apresentam barras de apoio verticais, conforme item 7.10.4.3 da NBR 9.050, de 2020.

**Figura 19** – Trecho A – Sanitário Masculino térreo (Bala 2):



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Nas imagens da Figura 20a, o lavatório não apresenta barras, como no item 7.8.1 da NBR 9.050, de 2020, e a pia impede uma aproximação frontal da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, item 7.8. Além disso, nos sanitários acessíveis, é obrigatória a instalação de espelho no interior do box acessível. E, conforme item 7.11.1 da NBR 9.050, de 2020, a altura de instalação e fixação de espelho deve atender à Figura 122, sendo recomendável que sejam instalados entre 0,50m até 1,80m em relação ao piso. Na Imagem 20b, a pia para sanitário acessível (PcD e PMR) apresenta instalação de torneira inadequada, o item 7.8.2 da NBR 9.050, de 2020, diz que “os lavatórios em sanitários acessíveis e, no mínimo, um em sanitários coletivos deve ser equipado com torneiras acionadas por alavancas, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes, que exijam esforço máximo de 23 N”, nesse ambiente, o equipamento não viabiliza o uso por uma pessoa que não possui todos os dedos da mão. A 20c apresenta o uso inadequado do sanitário, uma vez que serve de depósito de materiais de limpeza e não apresenta uma barra vertical acima da barra horizontal, item 7.7.2.2.1 da NBR 9.050, de 2020, e ausência de alarme de emergência, como no item 5.6.4.1 para casos de queda no sanitário em que o usuário pode pedir ajuda.

**Figura 20** – Trecho A – Sanitário Masculino PcD térreo (Bala 2):



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As barreiras físico-espaciais se referem a qualquer elemento natural ou construído que limite ou impeça a realização de atividades, conforme (BENVEGNÚ, 2009, p. 76), seja no entorno ou no interior dos edifícios de uso público e privado.

Sobre o uso da plataforma elevatória, a NBR ISO 93.861 (ABNT 2013) explica que é destinada ao uso somente “por pessoa que seja capaz de usá-la de forma segura e sem a ajuda ou, se não é tão capaz, que só a use quando adequadamente atendida por um assistente” e acrescenta que, em instalações de acesso público, presume-se que serão fornecidas instruções ou assistência.

A NBR ISO 93.861 (ABNT, 2013, p. 50, item 13.2, 13.2.1, “a” e “b” e item 13.2.2) informa que avisos devem conter informações mínimas para serem exibidas na plataforma, como

carga nominal, em quilogramas, e o número máxima de pessoas que podem ser transportadas (a altura dos caracteres indicando as condições de carga nominal deve ser de no mínima 10 mm para letras maiúsculas e números e 7 mm para letras minúsculas); um exemplo de uma etiqueta típica de carga nominal é mostrado na Figura 11; b) o nome do fabricante, número de série e ano de instalação. 13.2.2 A função de todos os dispositivos controlando a operação da plataforma deve ser identificada. (ABNT NBR ISO 93861, 2013, p. 50, item 13.2, 13.2.1, “a” e “b” e item 13.2.2).

Pelos itens especificados, é importante destacar que deve ser considerada a necessidade de provisão de informações de forma tátil ou audível, como dispõe o item 13 desta Norma Técnica, bem como de informação a exemplo da Figura 21, a seguir:

**Figura 21** – Imagem representativa da carga nominal para uso da plataforma



Fonte: ABNT NBR ISO 93861, 2013.

A plataforma elevatória do Bala 2 é do tipo cabine enclausurada. A Figura 22a adiante mostra a porta de entrada da cabine sem o piso tátil de alerta, e as informações táteis estão elevadas acima, como na Figura 22a, a placa acima não atende às necessidades das pessoas com baixa visão ou com deficiência visual, uma vez que ela deixa de ter a função tátil, fato que está em local inadequado para atender a esses usuários. Na 22b, os botões de pressão, no entanto,



não identificam ao usuário as instruções para o uso adequado e com segurança da plataforma. Para o usuário, a informação apresentada é uma placa azul com a imagem da pessoa em cadeira de rodas e de uso da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, e a quantidade da carga, como se vê na Figura 22b.2. No entanto, não há instruções para controle e operação em casos de emergência, como estabelece o Anexo A da Seção A4:

Assegurar que a operação da plataforma de elevação é demonstrada ao usuário e que o usuário está completamente instruído em seu uso com segurança, incluindo: instrução sobre o procedimento de operação de emergência correto em caso de falha; e os nomes, endereços e números de telefone das pessoas de contato para atendimento de emergência (ABNT NBR ISO 93861, 2013, p. 66, Anexo A, Seção A4).

Na 22c e 22d há um desnível para sair da cabine, podendo ser um obstáculo para a pessoa com mobilidade reduzida e à pessoa com deficiência, que esteja em cadeira de rodas.

**Figura 22 – Trecho A – Imagens da Plataforma elevatória Bala 2**




Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Adiante, o Quadro 2 especificará as condições de acessibilidade do Bloco J, bem como será realizado o reconhecimento do espaço físico do Trecho B com as fotografias selecionadas após as descrições.

**Quadro 2** – Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

## TRECHO B – Prédio Bloco J

1. Local ou equipamento analisado	2. Referência da NBR 9.050, de 2020, sobre o item analisado	3. Condição do item analisado 	4. Resultado de acordo ou em desacordo	5. Itens Recomendados NBR 9.050, de 2020, outras Normas e Legislação
<b>Calçadas</b> Parte da via, segregada por pintura, nível ou elemento físico, destinada à circulação de pedestres, locação de mobiliário, vegetação e placas de sinalização (BRASIL, 2016, p. 2).	Piso com superfície regular, firme, estável e antiderrapante	Na frente e fundo apresenta a identificação do prédio. A calçada é do tipo piso intertravado, o qual pode gerar trepidações e obstáculos para cadeira de rodas, caso não tenha manutenção constante, é o caso de alguns lugares, cuja superfície encontra-se irregular com ressaltos e gramíneas na sua superfície comprometendo uma pequena parte do piso.	Em desacordo	6.3.1 e 6.3.2 Revestimentos NBR 9.050
	Guia rebaixada na vaga de estacionamento	Apresenta uma largura maior para o acesso ao prédio, sendo algo positivo, não sendo perceptível na entrada inclinação. Sem sinalização no piso: tátil de alerta e direcional, sem rota acessível externa que leve para a parte interna do edifício. No fundo do prédio, a guia rebaixada é no piso intertravado, e a faixa zebrada de embarque e desembarque da pessoa com deficiência na vaga não está associada a esta guia.	Em parte	6.12.7.3 Rebaixamento de Calçadas Figura 93 – sobre a inclinação da guia
	Existência de piso Tátil Direcional (NBR 16.537, de 2016	Apresenta um piso de alerta e direcional na calçada da parte do fundo do prédio que dá vistas ao Restaurante Universitário, somente em uma pequena parte, não atendendo à norma: essa pequena parte necessita de manutenção, pois apresenta gramínea acima do piso. Não	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.24, item 7



		apresenta rota acessível externa para a parte interna do edifício.		
<b>Estacionamento</b> O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível (6.2.4 NBR 9.050 de 2020, p.5).	2% das vagas reservadas a PcD e 5% das vagas reservadas a idosos	No fundo do prédio há uma vaga para PcD, localizada próximo ao acesso ao prédio com vista para o Restaurante Universitário e está demarcada com pintura no piso; existe faixa de embarque e desembarque para possibilitar a entrada e a saída de pessoa em cadeira de rodas. Existe a guia rebaixada em piso intertravado. Ao lado desta há três vagas para pessoas idosas.	Em parte: Estacionamento defronte ao Prédio J que dá acesso à faixa de pedestre não possui demarcação de vaga para PcD o mais próximo desta faixa. A vaga prevista encontra-se no mesmo estacionamento, mas à frente do prédio do Bloco H.	Lei nº 5.296 (BRASIL, 2004, art.25). Estatuto da Pessoa Idosa. Resolução Contran nº 303, de 2008.
	Sinalização adequada tanto vertical quanto horizontal	Não há placa vertical na vaga para idosos ao fundo do Bloco J; e na frente deste edifício falta sinalização vertical e horizontal para PcD e idosos o mais próximo da faixa de pedestre, garantindo o menor percurso de deslocamento.	Em desacordo	Resoluções nº 236, de 2007; 304, de 2008; e 303, de 2008 (idoso) do Contran; NBR 9.050, de 2020, p.35, item 5.2.8.2.3 NBR 9.050, de 2020, p.81,

				itens 6.14.1 e seguintes.
<b>6. Descrição dos itens</b>	As faixas de delimitação da vaga não atendem às medidas constantes no Manual de Sinalização de Trânsito (vertical e horizontal).			
<b>Acesso à edificação</b>	Existência de Piso tátil	Inexiste piso tátil direcional e de alerta da parte de circulação externa para a área interna, o que não atende à norma técnica.	Em desacordo	NBR16.537, de 2016, p.24, item 6,7
	Possui sinalização informativa e direcional dos acessos à edificação?	Inexistente	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.41, item 5.3.2. NBR 16.537, de 2016, itens 5 e seguintes
	Possui sinalização direcional dos acessos da edificação até o balcão de informação ou Mapa tátil?	Inexistente	Em desacordo	NBR 15.599, de 2008, p.20, itens 6 e seguintes.

<b>Circulação interna – Horizontal</b>	A largura dos corredores é de no mínimo 1,50?	Corredores 2,30	De acordo	NBR 9.050, de 2020, p.68, item 6.11, c.
	Existência de Piso tátil	Idem informações anteriores	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.24, item 7
<b>Circulação interna – Vertical</b>	Além da escada, existe outra forma de acesso para vencer desníveis existentes, como rampa, elevador ou plataforma móvel?	Existe o elevador	Sua existência é algo positivo; no entanto, são outros fatores estar em funcionamento e dentro dos padrões exigidos.	NBR 16.537, de 2016, p.11, item 6.3.6.4, Figura 37. NBR 9.050, de 2020, p.60, item 6.8. NBR 9.050, de 2020, p. 47, item 5.4.3.
	Escada sinalizada (piso tátil de alerta antes e depois, faixa de cromo diferenciada nos degraus, aplicação no piso e espelhos nas bordas laterais, e contraste com o piso adjacente (projeção de 7cm	Escada não sinalizada. O piso da escada apresenta uma faixa sem contraste e cor. Sem elemento de proteção na projeção abaixo da escada.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.61, itens 6.9, 6.9.1 e seguintes

	comprimento e 3cm de largura) fotoluminescente e retroiluminado. Com elemento de proteção abaixo da escada			
	Corrimãos laterais em ambos os lados contínuos, com duas alturas de 0,70m e 0,92m em relação ao piso, prolongamento de 0,30m do corrimão, com diâmetro de 3 a 4,5, sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou na parede.	Apresenta corrimão, mas em desacordo com a norma técnica, não há duas alturas de corrimão em ambos os lados. Não há sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou sinalização na parede. Com diâmetro do corrimão de 4,5cm.		
	Elevador com sinalização tátil e visual (externa e interna). Instrução de uso próximo à botoeira; indicação da posição para embarque e	A cabine tem dimensão 1,26m x 98,5. A porta possui largura livre de 0,81 cm. Não possui nenhum tipo de sinalização tátil: nem direcional e de alerta ou Mapa tátil que indique a localização de acesso ao elevador. Apresenta espelho e do lado esquerdo as botoeiras com sinalização Braille sobre os botões. A cabine não apresenta sinais sonoros, apenas indica o sentido visual. Possui um corrimão ao fundo, mas não na lateral. Não há instrução de uso.	Em desacordo, pois não apresenta itens importantes para uso da grande maioria de pessoas.	NBR 9.050, de 2020, p.67, item 6.10.2 ).  NBR NM 313, de 2007

	<p>desembarque, indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e batentes, dispositivo de chamada dentro do alcance manual. Deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.</p>			
<b>Esquadrias</b>	<p>Portas – Largura mínima de 0,80m e alturas de 2,10m; com maçanetas do tipo alavanca, estas com altura entre 0,80m e 1,10m;</p>	<p>As maçanetas são do tipo alavanca, colocadas a uma altura até 1,10m do piso. As portas possuem largura livre de 0,90. A altura da sinalização adesiva na porta encontra-se em altura não recomendada pela norma. As portas de vidro não possuem sinalização visual de forma contínua. Obs.: A título de exemplo, apenas três portas desses edifícios foram medidas.</p>	Em parte.	<p>NBR 9.050, de 2020, p.46, item 5.4, 5.4.1 NBR 9.050, de 2020, p.70-71, itens 6.11.2.4 e 6.11.2.6</p>
	<p>Portas envidraçadas, localizadas nas áreas de circulação são identificadas com sinalização visual, de forma</p>	<p>Inexiste nas portas de vidros na entrada qualquer sinalização visual de forma contínua, para permitir a fácil identificação visual da barreira física.</p>	Em desacordo	<p>NBR 9.050, de 2020, p.72, item 6.11.2.13, a, b, c, d, conforme Figura 88</p>

	contínua: faixa de 50mm de espessura com altura entre 0,90m e 1,00m, como recomendado no item 6.11.2.13 da NBR 9.050, de 2020, p.72			
	Janelas	Não foram identificadas	x	x
<b>Banheiros</b>	Unidade acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, ou pelo menos uma acessível, unissex, com entrada independente dos sanitários coletivos; com dimensão de circulação que permita um giro de 360°. Área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para bacia sanitária.	Existe banheiro para cada sexo por pavimento, constando nessas unidades de uso comum uma área de sanitário para PcD ou para pessoas com mobilidade reduzida. A porta possui vão livre de 0,90, o sentido da porta é para fora. A altura da bacia sanitária não é a recomendada pela NBR: com assento de 0,49m e sem o assento é de 0,47,5m. Não possui barra vertical acima da barra horizontal. As barras de apoio possuem seção circular de 2,5cm de diâmetro.  * Sinalização na porta incorreta, sem braille e na altura incorreta.	Em parte. Altura da bacia com assento teria de ser de 0,46m e sem assento de 0,43 a 0,45.	NBR 9.050, de 2020,p.84, item 7.5.  NBR 9.050, de 2020, p.98, item 7.8.1.  NBR 9.050, de 2020, p.89, item 7.7.2.1  NBR 9.050, de 2020, p.90, item 7.7.2.2

	Ao lado da bacia sanitária há dispositivo de emergência?	Inexistente	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.51, item 5.6.4.1, exemplo: Figura 67.
	Mictório dotado de barras de apoio	Existe, no entanto, não há barra barras de apoio.	Em parte.	NBR 9.050, de 2020, p.103, itens 7.10.4 e 7.10.4.3
<b>Mobiliário</b>	Balcão de atendimento	Não há	Não tem.	NBR 9.050, de 2020, p.116, item 9.2.1.1. Lei nº 5.296, de 2004
	Mapa tátil	Não há.	Não tem. Em ambientes de ensino é obrigatório	NBR 15.599, de 2008, p.7, item 5.3.1.1, a

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, abril de 2021.

Os registros fotográficos do Trecho B das circulações externas (calçadas, guias rebaixadas) e circulações internas (elevador, banheiros, obstáculos) serão relacionados nas figuras a seguir:

A Figura 23 mostra as imagens: a) entrada ao prédio pelo estacionamento defronte a parada do ponto de ônibus e não apresenta nas calçadas piso tátil direcional e de alerta; b) guia rebaixada na entrada do prédio no piso intertravado; c) obstáculos nas calçadas; d) acesso ao prédio pelo estacionamento defronte ao Restaurante Universitário (RU) não apresenta piso tátil direcional e de alerta nas calçadas; e e) pequena parte apresenta piso tátil direcional e de alerta com muitas gramíneas sobre a superfície do piso.

**Figura 23** – Trecho B – Imagens de circulação externa



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Os itens de acessibilidade de elevadores estão previstos na NBR NM 313 (ABNT, 2007), assim como na NBR 9.050 (ABNT, 2020, p. 65, 66, 67, itens 6.10 a 6.10.2.4). As imagens da Figura 24 mostram nos itens: a) ausência de piso tátil de alerta na frente da porta do elevador, sem o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), conforme item 5.3.2.2, “g”, da NBR



9.050, de 2020, para PcD ou com mobilidade reduzida, e ao lado da porta do elevador as cadeiras estão em local inadequado, servindo de obstáculos; falta a identificação do pavimento fixada em ambos os lados do batente do elevador, colocada entre 0,90m e 1,10m do piso acabado, devendo ser a identificação do pavimento visível a partir do interior da cabine e do acesso externo; b) a cabine do elevador possui uma dimensão de 1,25,5m x 98,5m, uma barra ao fundo e um espelho; no entanto, não há corrimãos laterais, e apresenta sinalização visual da indicação da posição para embarque e indicação dos pavimentos, mas ausente a sinalização sonora. (Nesse item pode ter o atendimento do item 5.2.7 da NBR 9.050, de 2020 (Tabela 1), casos em que a informação permanente pode se apresentar de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos; c) as botoeiras estão localizadas a 1,20m do piso e possuem informação em Braille, mas elas não apresentam instruções de uso fixado próximo delas (informações para caso de emergência); d) a largura da porta livre do elevador é de 0,81m; e e) a botoeira encontra-se a 0,94m do piso.

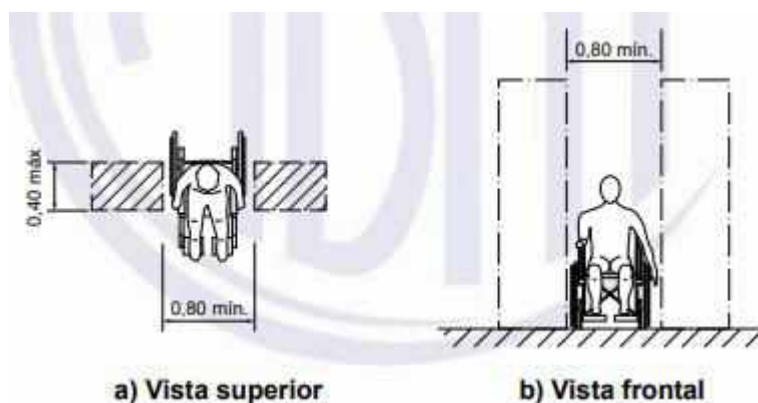
**Figura 24** – Trecho B – Imagens de circulação interna (elevador):



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Sobre o item 24d, a NBR 9.050 (ABNT, Figura 5, 2020) mostra as dimensões referenciais para a transposição de obstáculos isolados por pessoas em cadeiras de rodas, diz que “a largura mínima necessária para a transposição de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40m deve ser de 0,80m e quando o obstáculo tiver uma extensão acima de 0,40m, a largura mínima deve ser de 0,90m”. Essas dimensões em metros são mostradas da seguinte maneira na Figura 25:

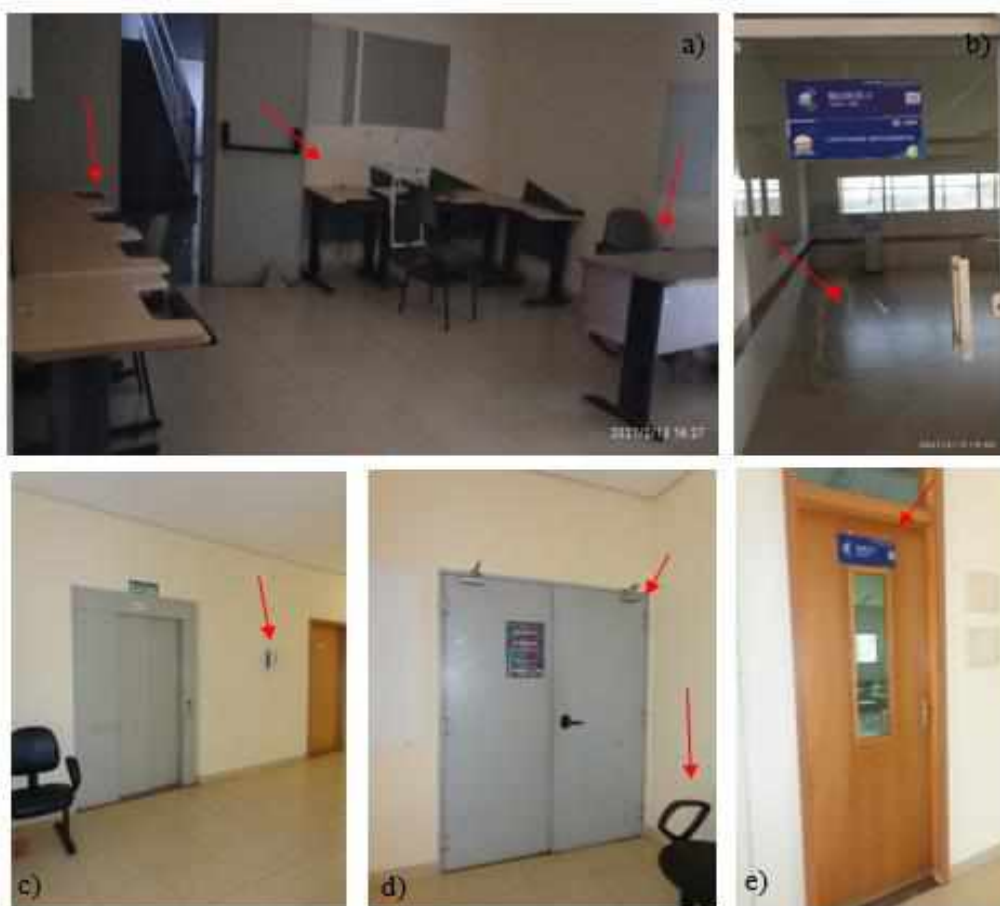
**Figura 25 – Transposição de obstáculos isolados**



Fonte: ABNT, NBR 9.050, Figura 5, pg.10, 2020.

Nas imagens da Figura 26, são demonstrados os itens: a) nos corredores e próximo às portas de entrada das escadas estão dispostos mobiliários de mesas e cadeiras; b) às portas de vidro, a NBR 9.050, de 2020, item 6.11.2.13, recomenda que deve ter sinalização visual de forma contínua para permitir a fácil identificação visual da barreira física; c) do piso até o dispenser para álcool em gel mede-se 1,44m, mas, segundo a NBR 9.050 (ABNT, Figura 16, 2020, p. 20), o alcance manual máximo confortável para a pessoa em cadeira de rodas é de 1,20, sem deixar de observar as condições das pessoas de baixa estatura que apresentam as mesmas necessidades de uso; d) a porta apresenta molas aéreas; no entanto, este tipo de porta exige um grande esforço ao usuário, quando não regulada corretamente e de forma periódica, por isso, dificilmente funciona bem. Para essas condições, recomenda a NBR 9.050 (ABNT, item 6.11.2.5, 2020, p. 71) que “o mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36N”; e e) a altura da “sinalização deve estar instalada a uma altura que favoreça a legibilidade e clareza da informação, atendendo às pessoas com deficiência sentadas, em pé ou caminhando, respeitando a Seção 4”, conforme dispõe a NBR 9.050 (ABNT, item 5.2.8.2.1, 2020).

**Figura 26 – Trecho B – Imagens de obstáculos**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As imagens das Figuras 27 e 28 exibem a planta do segundo pavimento do Bloco J, identificando os banheiros, respectivamente, os do sexo feminino e masculino: a) a placa na porta não está numa altura acessível nem tem informação em Braille; b) as portas das cabines do banheiro apresentam vão livre de 0,90m, como recomendado pela NBR 9.050 (ABNT, item 6.11..2.7, 2020); c) acessórios, como saboneteira, porta-toalhas e espelho, devem ter área de utilização dentro da faixa de alcance acessível estabelecida no item 7.11, conforme Figura 122 da NBR 9.050, de 2020.

Nessa imagem, o porta-toalhas e o dispenser estão a 1,34m do piso, e a lixeira debaixo do porta-toalhas impede a aproximação frontal da pessoa em cadeira de rodas e com mobilidade reduzida; e d) o sanitário para PcD ou de PMR não apresenta tampa na bacia sanitária, e sua altura não está como recomenda a NBR 9.050 (item 7.7.2.1, 2020) já que o assento apresenta 0,49m e sem assento de 0,47,5m, tampouco há dispositivo de sinalização de emergência, e a

papeleira deve ser colocada à vista na lateral da bacia sanitária, conforme observação da NBR 9.050 (Figuras 125 e 126, 2020).

**Figura 27 – Trecho B – Imagens do banheiro feminino**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A Figura 28 identifica as mesmas situações das imagens da Figura 27, como nos itens:

a) a placa na porta não está numa altura acessível nem há informação em Braille, tampouco possui maçaneta na porta; b) acessórios, como saboneteira, porta-toalhas e espelho, devem ter área de utilização dentro da faixa de alcance acessível estabelecida no item 7.11, conforme Figura 122 da NBR 9.050, de 2020. Nessa imagem, a lixeira debaixo do porta-toalhas impede a aproximação frontal da pessoa em cadeira de rodas e com mobilidade reduzida; e c) o mictório não apresenta as barras de apoio, como recomenda a NBR 9.050 (item 7.10.4.3, 2020, p.103).

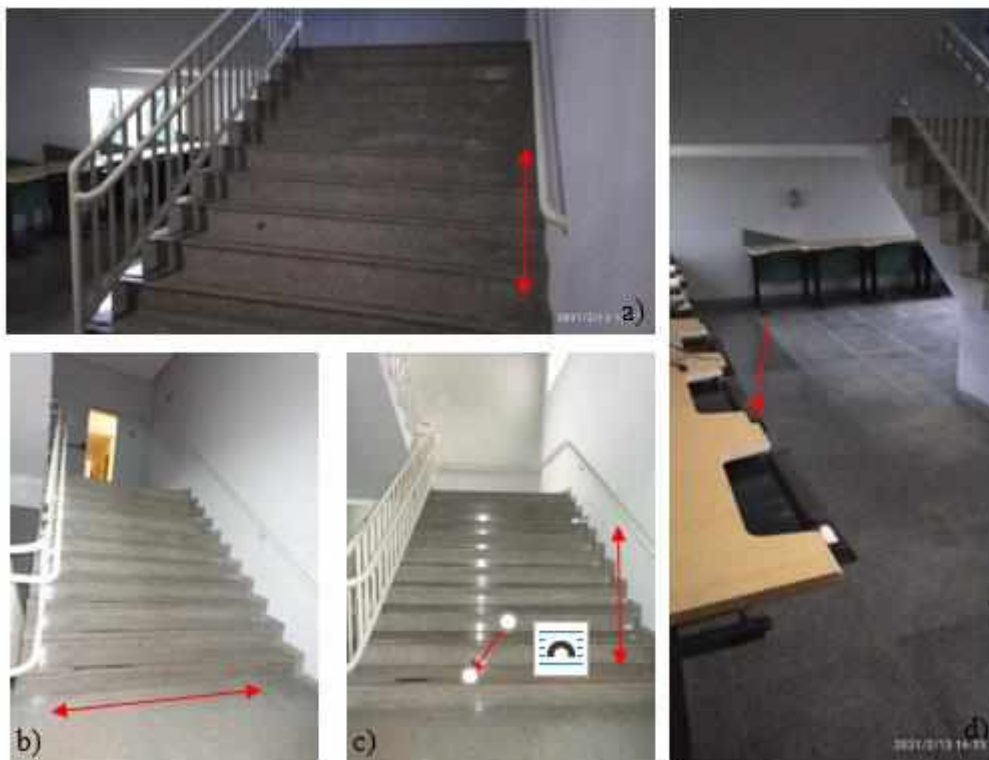
**Figura 28** – Trecho B – Imagens do banheiro masculino



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

b) a escada não apresenta corrimãos laterais em ambos os lados em duas alturas, de acordo com a NBR 9.050 (ABNT, item 6.9.3.2, 2020, p. 62); b) Não há piso tátil de alerta nos patamares; c) escada com sinalização irregular com faixa sem contraste e cor, sendo necessário ser sinalizado o espelho do piso e seus degraus, conforme NBR 9.050 (ABNT, item 5.4.4.2, 2020, p.48); e d) vários mobiliários estão depositados nas laterais das escadas.

**Figura 29** –Trecho B – Imagens das escadas






Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na sequência, considerar-se-á o panorama de análise das condições de acessibilidade dos Blocos I, II e III do Câmpus Palmas, os quais serão analisados de forma conjunta, devido às plantas do ambiente construído serem bastante semelhantes; além disso, serão caracterizados no momento da escrita para melhor identificação, conforme abordado no Quadro 3, sendo expostos os registros fotográficos, na sequência:



**Quadro 3 – Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins**

TRECHO C – Prédios do Bloco I, II e III

1. Local ou equipamento analisado	2. Referência da NBR 9.050, de 2020, sobre o item analisado	3. Condição do item analisado			4. Resultado de acordo ou em desacordo	5. Itens Recomendado NBR 9.050, de 2020, outras Normas e Legislação
		BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III		
						
<b>Calçadas</b> Parte da via, segregada por pintura, nível ou elemento físico, destinada à circulação de pedestres, locação de mobiliário, vegetação e placas de sinalização	Piso com superfície regular, firme, estável e antiderrapante	Na calçada de acesso à entrada de cada bloco defronte ao lago de Palmas, o piso é de concreto em algumas partes e apresenta rachaduras. No fundo de cada bloco, o piso acompanha a faixa livre de passeio, sendo do tipo piso intertravado. Nesses blocos, há áreas causando obstáculos para cadeira de rodas, até mesmo para qualquer pedestre, pois se encontra com a superfície do piso irregular, com ressaltos e gramíneas e em algumas partes sem blocos na faixa de circulação de passeio, comprometendo o piso e podendo causar acidentes.			Em desacordo	6.3.1 e 6.3.2 Revestimentos NBR 9.050
	Guia rebaixada na vaga de estacionamento	Não apresenta guia rebaixada na vaga de estacionamentos em frente desses blocos. A guia rebaixada encontra-se no Bloco IV e ainda assim, faz-se necessária a manutenção, pois o piso encontra-se irregular.			Em desacordo	6.12.7.3 Rebaixamento de Calçadas

(BRASIL, 2016, p. 2).				Figura 93 – sobre a inclinação da guia
<b>Estacionamento</b> O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível” (6.2.4	2% das vagas reservadas a PcD e 5% das vagas reservadas a idosos	Há previsão de estacionamento de vaga para PcD e idosos; no entanto, a demarcação de embarque e desembarque na vaga não leva ao acesso da guia rebaixada em frente a cada bloco.	Em parte: Não tem no estacionamento defronte ao prédio vaga para PcD nem guias rebaixadas para acesso.	Lei n.º 5.296 (BRASIL, 2004, art.25). Estatuto da Pessoa Idosa. Resolução Contran nº 303, de 2008.
	Existência de piso Tátil Direcional (NBR 16.537, de 2016)	Apresenta um piso de alerta e direcional na calçada (frente, fundo e lateral dos edifícios); no entanto, o piso encontra-se desbotado, sem contraste de cor; apresenta gramíneas sobre a superfície; partes quebradas, desniveladas; e em outros casos o piso não leva à direção alguma. Não atendendo à norma, uma vez que o piso intertravado se confunde com o piso tátil direcional, o que não é o ideal, pois o piso adjacente deveria ser liso. Além disso, a cor usada do piso tátil vermelho no piso de cimento cinza não será uma referência visual para quem tem baixa visão, sendo totalmente inadequado. Não há rota acessível, quanto à circulação da parte externa para a parte interna do edifício.	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.24, item 7



NBR 9.050, de 2020, p.52.	Sinalização adequada tanto vertical quanto horizontal	Existe a sinalização vertical, mas não houve medição dessas placas para verificar a altura correta (período de chuva). A sinalização horizontal não obedece ao disposto pelo órgão de trânsito Cotran.	Em Parte.	Resoluções nºs 236, de 2007; 304, de 2008; e 303, de 208 (idosos) do Contran; NBR 9.050, de 2020, p.35, no item 5.2.8.2.3 NBR 9.050, de 2020, p.81, itens 6.14.1 e seguintes.
<b>Acesso à edificação</b>	Existência de Piso tátil	Inexistem piso tátil direcional e de alerta na circulação interna dos edifícios.	Em desacordo	NBR16537(2016, p.24, item 6,7)
	Há sinalização informativa e direcional dos acessos à edificação?	Possui identificação do nome dos edifícios e placa informativa na porta com o nome de alguns setores; entretanto, não há mapa tátil ou piso direcional que sirva como referência até estes setores.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.41, item 5.3.2. NBR 16.537, de 2016, itens 5 e seguintes
	Há sinalização direcional dos acessos da edificação até o balcão de informação ou mapa tátil?	Inexistente	Em desacordo	NBR 15.599, de 2008, p.20, itens 6 e seguintes

<b>Circulação interna – Horizontal</b>	A largura dos corredores é de no mínimo 1,50?	Corredor no térreo é maior que 1,50.	De acordo	NBR 9.050, de 2020, p.68, item 6.11, c.
	Existência de Piso tátil	Inexiste	Em desacordo	NBR16537(2016, p.24, item 7)
<b>Circulação interna – Vertical</b>	Além da escada, existe outra forma de acesso para vencer desníveis existentes, como rampa, elevador ou plataforma móvel?	Inexiste	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.11, itens 6.3, 6.4, Figura 37.
	Escada sinalizada (piso tátil de alerta antes e depois, faixa cromada diferenciada nos degraus, aplicação no piso e espelhos nas bordas laterais, com contraste com o piso adjacente (projeção de 7cm de comprimento e	Escadas destes edifícios não estão sinalizadas corretamente. O piso e o espelho não apresentam faixa em cor e contraste.	Em desacordo  Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.60, item 6.8.  NBR 9.050, de 2020, p. 47, item 5.4.3)

	3cm de largura) fotoluminescente e retroiluminado.			NBR 9.050, de 2020, p. 61, itens 6.9, 6.9.1 e seguintes
	Corrimão laterais em ambos os lados contínuos, com duas alturas de 0,70m e 0,92m com relação ao piso, prolongamento de 0,30m do corrimão, com diâmetro de 3 a 4,5, sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou na parede.	Apresenta corrimão, mas não de acordo com a norma técnica, não há duas alturas em ambos os lados. Não há sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou sinalização na parede, como também não há o prolongamento dos corrimãos. As escadas que se encontram no meio dos edifícios apresentam desenho com espelho vazado, o que não é recomendado pela Norma Técnica. Além disso, não possui guia de balizamento, como forma de proteção no piso, além de outros fatores como os mencionados no item anterior.		
	Elevador com sinalização tátil e visual (externa e interna). Instrução de uso próximo à botoeira; indicação da posição para embarque e desembarque, indicação dos pavimentos atendidos nas	Inexiste	Em desacordo.	NBR 9.050, de 2020, p.67, item 6.10.2  NBR NM 313, de 2007

	botoeiras e batentes, dispositivo de chamada dentro do alcance manual. Deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.			
<b>Esquadrias</b>	Portas – Largura mínima de 0,80m e alturas de 2,10m, com maçanetas do tipo alavanca, estas com altura entre 0,80m e 1,10m;	As maçanetas são do tipo alavanca, colocadas a uma altura de até 1,10m do piso. As portas possuem largura livre de 0,80. A altura da sinalização adesiva na porta encontra-se em altura não recomendada pela norma.	Em parte	NBR 9.050, de 2020, p.46, itens 5.4, 5.4.1 NBR 9.050, de 2020, p.70-71, itens 6.11.2.4 e 6.11.2.6
	Janelas	Não foram identificadas	x	x
<b>Banheiros</b>	Unidade acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, ou pelo menos uma acessível, unissex, com entrada independente dos sanitários	Existe banheiro para cada sexo por pavimento, mas não há nessas unidades de uso comum área de sanitário acessível para PcD ou para pessoas com mobilidade reduzida. Os sanitários encontram-se inadequados, uma vez que estão em péssimo estado de conservação e uso. * Sinalização da porta incorreta, sem braille e em alto relevo na altura incorreta.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.84, item 7.5.  NBR 9.050, de 2020, p.98, item 7.8.1.  NBR 9.050, de 2020, p.89, item 7.7.2.1

	coletivos; com dimensão de circulação que permita um giro de 360°. Área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para bacia sanitária.			NBR 9.050, de 2020, p.90, item 7.7.2.2
	Ao lado da bacia sanitária possui dispositivo de emergência?	Inexistente	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.51, item 5.6.4.1. Exemplo: Figura 67
	Mictório dotado de barras de apoio	Existe. No entanto, não há barras de apoio	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.103, itens 7.10.4 e 7.10.4.3
<b>Mobiliário</b>	Balcão de atendimento	Não há	Não tem.	<b>NBR</b> 9.050, de 2020, p.116, item 9.2.1.1). Lei nº 5.296, de 2004
	Mapa tátil	Não há.	Não tem. Em ambientes de ensino é obrigatório	NBR 15.599, de 2008, p.7, item 5.3.1.1, a

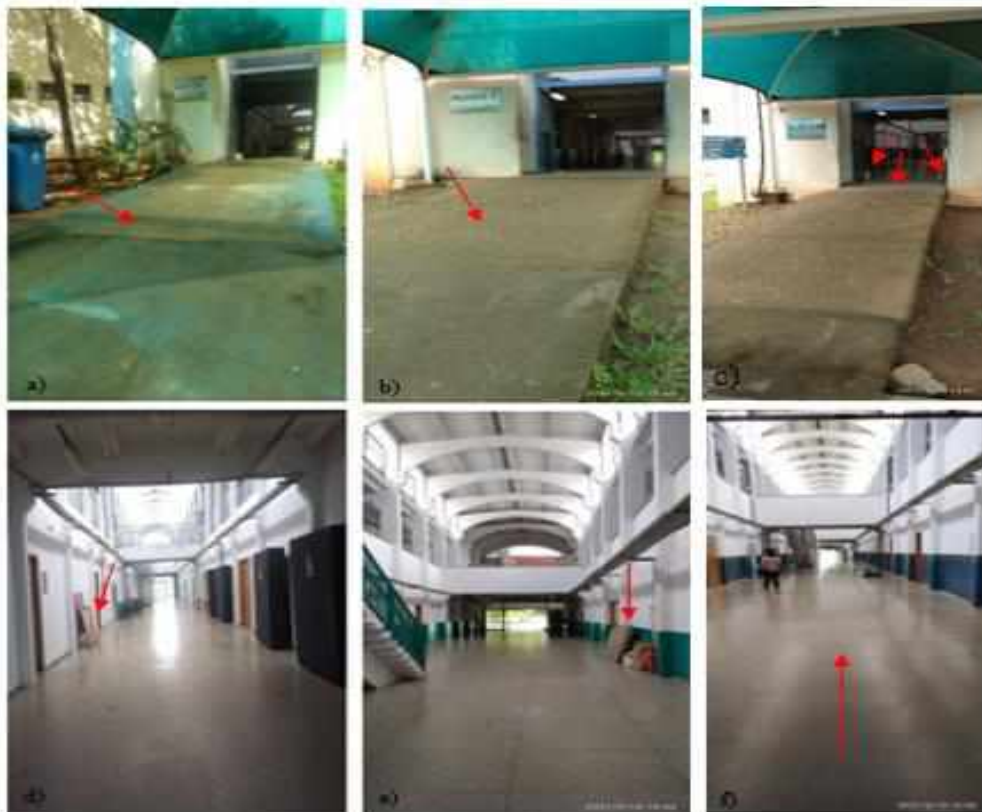
Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, abril de 2021.

Os registros fotográficos dos Blocos I, II e III possuem semelhanças entre si, tanto na forma de acesso à circulação interna, quanto externa, como se verá adiante.

As imagens da Figura 30, letras *a*, *b* e *c*, referem-se ao acesso de entrada aos edifícios; nas letras *d* e *f*, trata-se do pavimento inferior dentro dos edifícios, relacionados à circulação interna, respectivamente após a reforma do Bloco I (com pintura branca com cinza), o Bloco II (pintura branca com verde) e o Bloco III (pintura branca com azul). Em tais blocos tem-se a opção de acessá-los por ambos os lados, tanto pela entrada principal que se encontra defronte para o lago de Palmas, como também pelo lado, cuja entrada fica defronte ao Cuica.

Na Imagem 30, letras *a* e *b*, a calçada não apresenta o piso tátil direcional e de alerta para a entrada do edifício, e a rampa de acesso não possui corrimãos, guarda-corpo e guia de balizamento como meios de segurança, devido ao desnível na lateral, bem como para proteção aos riscos de queda na entrada do edifício; letra *c* apresenta um desnível não nivelado ao piso e nas laterais das portas têm-se obstáculos; nas letras *d* e *e* há outros obstáculos; e na *f*, o corredor é largo e não apresenta piso tátil direcional ou mapa tátil de localização dos setores;

**Figura 30** – Trecho C – Imagens de acesso à entrada principal e corredores de circulação interna dos Blocos I, II e III.



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Importante notar, como já identificados nos edifícios anteriores mostrados da Universidade Federal do Tocantins, que, nos interiores dos Blocos I, II e III, muitos objetos de uso se tornam obstáculos para pessoas com e sem deficiência ou que apresentem mobilidade reduzida, quando não há sinalização adequada nos espaços físicos de uso. Em muitos objetos também sem uso, mobiliários podem ocasionar riscos de acidentes, podendo se evitar a ocupação nos corredores dos edifícios, se alocados em locais apropriados, como em depósitos.

Foi identificado o padrão dos sanitários e, conforme a planta destes blocos, em cada um deles há no pavimento inferior 2 sanitários femininos e 2 sanitários masculinos que estão em lados opostos do edifício; no pavimento superior tem-se a mesma quantidade de sanitários. O padrão dos aspectos físicos do sanitário feminino e do masculino do Bloco I, pavimento inferior, se assemelha ao *layout* da mesma estrutura física dos Blocos II e III (pavimento inferior). Assim, como referência, as imagens dos sanitários do Bloco I demonstram caracterizar as condições destes.

No sanitário feminino mostrado na Figura 31, letras *a* e *b*, a placa de orientação fixada na porta encontra-se em altura inadequada e contém na placa orientação para uso da PcD – imagem de uma pessoa em cadeira de rodas; no entanto, a imagem não condiz com a realidade do ambiente, já que a cabine dos sanitários são de atendimento ao uso comum do coletivo e não há cabine preparadas com as dimensões e larguras específicas aos padrões recomendados pela NBR 9.050, de 2020, para o uso da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, e a maçaneta não é do tipo alavanca, como dispõe a NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 4.6.6.1, pg. 24); c) acessórios, como saboneteira, porta-toalhas e espelho, devem ter área de utilização dentro da faixa de alcance acessível, estabelecida no item 7.11, conforme NBR 9.050 (ABNT, 2020, Figura 122); d) o sanitário necessita de reparos para o uso; e e) não há previsão de cabines de sanitários acessíveis; logo, estão inadequadas para uso da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

**Figura 31** – Trecho C – Imagens dos sanitários femininos do Bloco I, pavimento inferior



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

O sanitário masculino na Figura 32 mostra: a) as mesmas características identificadas no sanitário feminino da Figura 31a; b) acessórios, como saboneteira, porta-toalhas e espelho, devem ter área de utilização dentro da faixa de alcance acessível, estabelecida no item 7.11, conforme NBR 9.050 (ABNT, 2020, Figura 122); c) o mictório encontra-se na altura de 0,60m, como recomendado pela NBR 9.050, de 2020; e d) o mictório não apresenta as barras de apoio, conforme NBR 9.050 (ABNT, 2020, Figura 120, b, p. 103).



**Figura 32** – Trecho C – Imagens do sanitário masculino do Bloco I, pavimento inferior



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As imagens da Figura 33 mostram o sanitário feminino com vestuários, e as condições identificadas nos sanitários da Figura 31 também são perceptíveis nas imagens abaixo; no entanto, inadequadas para uso, de forma satisfatória, e são ainda inacessíveis para a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

**Figura 33** – Trecho C – Imagens do sanitário feminino do Bloco I, pavimento superior



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As imagens da Figura 34 mostram o sanitário masculino com vestiários; no entanto, possuem as mesmas características dos sanitários da Figura 32, estando inadequados para uso, de forma satisfatória, além de estarem em condições inacessíveis para a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

**Figura 34** – Trecho C – Imagens do sanitário masculino do Bloco I, pavimento superior



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Para garantir a orientação espacial, de forma adequada, não só para as pessoas com baixa visão ou com deficiência visual, mas de modo a atender à maioria de seus usuários, é importante considerar como se dão o uso e a utilização do ambiente, assim determinam os princípios do desenho universal, observam-se: evitar segregar ou estigmatizar qualquer usuário; oferecer adaptabilidade ao ritmo do usuário; utilizar meios diferentes de comunicação – símbolos, informações sonoras, táteis etc.; tornar fáceis as instruções de uso do espaço ou equipamento; disponibilizar recursos que reparem as possíveis falhas de utilização (CAMBIAGHI, 2017).

As imagens da Figura 35, letras *a, b, c, d, e, f*) são exemplos de como se dá a funcionalidade do espaço físico, como: depósito inadequado de mobiliários pelos corredores ou espaços dos blocos no contexto educativo, a falta do piso tátil de alerta para equipamentos e

objetos suspensos acima de 0,60m, tornando-se obstáculos, conforme requisitos específicos na NBR 16.537 (2016, item 6.3).

**Figura 35** – Trecho C – Imagens de obstáculos nos Blocos I, II e III



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Outro fator importante, explica a NBR 9.050 (2020, itens 6.8 e seguintes) sobre a escada, que é uma forma de circulação vertical, assim como as rampas ou equipamentos eletromecânicos, sendo considerada acessível quando no mínimo duas formas de deslocamento vertical forem atendidas, sendo escada e rampa; ou escada e elevador; ou rampa e elevador.

As escadas devem ser sinalizadas e, para serem acessíveis, devem atender aos itens e acessibilidades, como: o piso tátil de alerta, prolongamento do corrimão (30cm), placas no corrimão (para o usuário saber onde está), corrimão contínuo com duas alturas em ambos os

lados (corrimão inferior com 70cm e superior com 92cm, escadas também precisam de guia de balizamento, no piso e no espelho dos dois lados no mínimo, deve-se colocar uma faixa de 3cm x 7cm em cor contrastante), de preferência fotoluminescente para poder sinalizar o degrau para quem tem baixa visão.

A norma explica que um passo em média na escada representa de 63cm a 65cm, ou seja, para subir um degrau. É o que aparece no item 6.8.2, letra *a*. Por isso, é importante notar que “Toda escada que compuser uma rota acessível, não poderá ter espelho vazado”.

Na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Palmas, todos os três blocos referidos possuem apenas um tipo de deslocamento vertical, sendo possível se chegar ao pavimento superior do edifício somente pelo acesso às escadas. As imagens das Figuras 36 e 37 irão demonstrar os itens já mencionados.

**Figura 36 –Trecho C – Imagens das escadas dos Blocos I e II**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

**Figura 37 –Trecho C – Imagens das escadas dos Blocos II e III**





Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Nesse caso, é preciso repensar o propósito do espaço físico para promover o acesso ao direito de conviver em condições de equiparação de oportunidades com as outras pessoas. Esse direito passa pelo conceito de integração e se fundamenta em tornar a pessoa com deficiência

apta a conviver em uma sociedade que já está organizada para o convívio das pessoas sem deficiência. Por exemplo uma pessoa com deficiência física deve encontrar meios para conseguir subir uma escada. Para isso, faz uso de todo tipo de recurso, pois a escada é parte integrante do mundo das pessoas sem deficiência, que podem andar e que não a consideram um obstáculo (CAMBIAGHI, 2017, p.33).

No que diz respeito a essa questão, a inclusão é um processo que visa a uma mudança de olhar sobre o mundo, sobre as relações, sobre os direitos e está relacionada à percepção interna de cada indivíduo. Por isso que se impõe o desenvolvimento de projetos de arquitetura e *design* que encontre soluções, a fim de atender às necessidades específicas de alguns tipos de deficiências e passando a ver a diversidade como valor (CAMBIAGHI, 2017).

Sobre as calçadas, na lateral do Bloco I, sentido biblioteca, os galhos das árvores invadem a calçada de passeio, impedindo o que a NBR 9.050, de 2020, chama de faixa livre para que as pessoas circulem livremente por esse espaço, pois a galha encontra-se a um metro do piso (Figura 38, *a* e *b*), como disposto no item 8.8.1 da referida norma. Outro fato a ser considerado é o de segurança, quanto à circulação de pessoas que forem ao pavimento superior do Bloco I, pois, na parte da sacada, há uma abertura lateral em ambos os lados que expõe a risco de acidente, caso não haja grades de proteção adequada para evitar maiores consequências (Figura 38 *c*).

**Figura 38** – Trecho C – Barreiras nas circulações externas do Bloco I



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A rampa indicada na Figura 39 foi construída para vencer os desníveis e promover a circulação até a calçada, proporcionando acesso aos Blocos I, II e III. Entretanto, é necessário realizar adequações para que o usuário consiga vencer os desníveis com o menor esforço possível. A NBR 9.050 (ABNT, 2020) define o cálculo de inclinação, verifica a largura de 1,20m, ou 0,90, desde que o comprimento não seja maior que 4 metros, aliado à existência de piso tátil de alerta, prolongamento do corrimão, placa no corrimão em Braille, guia de balizamento, guarda-corpo e outros elementos que podem ser observados a partir dos itens 6.3 e seguintes e 6.6 em diante da referida norma.

**Figura 39** – Trecho C – Imagens da rampa que dá acesso à frente do Bloco I



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A Figura 40 apresenta as calçadas nas proximidades da parada de ônibus que necessitam de manutenção, sendo necessária a retirada da vegetação gramínea que invade a superfície do piso, até mesmo em locais próximos aos das lixeiras nos quais o piso encontra-se irregular.

São frequentes nas calçadas analisadas e localizadas no Trecho C (Blocos I, II e III) obstáculos e más condições físicas. Segundo a NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 3.1.29), “o piso tátil é caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão”.

Pisos táteis são de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional. Dessa forma, é imprescindível que as pessoas com deficiência visual ou baixa visão possam ter um ambiente universitário com sinalização tátil adequada; para isso, é preciso observar o que dispõe a NBR 16.537 (ABNT, 2016). As imagens das Figuras 41, 42 e 43 demonstram a necessidade de manutenção das calçadas do Câmpus Palmas, e a falta de reparos prejudica a mobilidade da maioria de seus usuários, quando não realizada de forma periódica.

**Figura 40** – Trecho C – Imagens das calçadas na proximidade da parada de ônibus do Bloco I



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.



**Figura 41** – Trecho C – Imagens das calçadas na proximidade do Cuica – Blocos I, II e III



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

**Figura 42** – Trecho C – Calçadas com pisos táteis, localizadas nas proximidades dos Blocos I, II e III.



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

**Figura 43** – Trecho C – Pisos táteis direcionais e de alerta no entorno do Bloco I



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021

**Quadro 4 – Das condições de acessibilidade do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins**

**Trecho D – Complexo laboratorial de Nutrição**

1. Local ou equipamento analisado	2. Referência da NBR 9.050, de 2020, sobre o item analisado	3. Condição do item analisado	4. Resultado de acordo ou em desacordo	5. Itens Recomendados NBR 9.050, de 2020, outras Normas e Legislação
<p><b>Calçadas</b></p> <p>Parte da via, segregada por pintura, nível ou elemento físico, destinada à circulação de pedestres, locação de mobiliário, vegetação e placas de sinalização</p>	<p>Piso com superfície regular, firme, estável e antiderrapante</p>	<p>A parte de circulação externa das calçadas apresenta o piso intertravado que confunde as texturas com o piso tátil direcional, o que não é o ideal, pois o piso adjacente junto ao piso tátil deveria ser liso. Além disso, a cor usada do piso tátil direcional de cor vermelha junto com a cor adjacente do cimento não é uma referência visual para quem tem baixa visão, sendo inadequada. Nesta área, o piso intertravado se encontra em melhores condições de uso, do que as de outros edifícios da Universidade Federal do Tocantins, porém necessita de manutenção devido às gramíneas estarem por cima do piso.</p>	<p>Em parte</p>	<p>NBR 9.050, de 2020, itens 6.3.1 e 6.3.2 (Revestimentos) NBR 16.537, de 2016, item 7.3.8</p>
	<p>Guia rebaixada na vaga de estacionamento</p>	<p>Não apresenta guia rebaixada na vaga de estacionamentos em frente deste bloco; no entanto, há próximo às vagas PcD uma faixa de pedestres elevada que pode ajudar no acesso.</p>	<p>Em desacordo.</p>	<p>6.12.7.3 Rebaixamento de Calçadas Figura 93 – sobre a inclinação da guia</p>

(BRASIL, 2016, p. 2).				
	Existência de piso Tátil Direcional (NBR 16.537, de 2016)	Há gramíneas no piso tátil direcional e de alerta na calçada defronte ao edifício, e está em desacordo com a norma, como especificado nos edifícios dos Quadros 1, 2 e 3.	Em desacordo	NBR 16.537, de 2016, p.24, item 7
<b>Estacionamento</b> O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível (6.2.4 NBR 9.050, de 2020, p.52.	2% das vagas reservadas a PcD e 5% das vagas reservadas a idosos	Há previsão de estacionamento de vagas para PcD e idosos; no entanto, a demarcação de embarque e desembarque na vaga não leva ao acesso da guia rebaixada em frente à vaga.	Em parte: Não tem na vaga de estacionamento defronte ao prédio nem guias rebaixadas para PcD ter o acesso.	Lei nº 5.296 (BRASIL, 2004, art.25). Estatuto da Pessoa Idosa. Resolução Contran nº 303, de 2008.
	Sinalização adequada tanto vertical quanto horizontal	Existem umas duas placas de sinalização vertical no estacionamento, mas não houve medição destas para verificar a altura correta (período de chuva). Além disso, as outras vagas demarcadas para idosos e para PcD defronte ao edifício não possuem sinalização vertical, apenas a pintura no piso localiza as vagas. A sinalização horizontal não obedece ao disposto pelo órgão de trânsito Cotran.	Em Parte.	Resoluções nºs 236, de 2007; 304, de 2008; e 303, de 2008 (idosos) do Contran; NBR 9.050, de 2020, p.35, no item 5.2.8.2.3 NBR 9.050, de 2020, p.81)

				itens 6.14.1 e seguintes.
<b>Acesso à edificação</b>	Existência de Piso tátil	Inexistem piso tátil direcional e de alerta na circulação interna aos edifícios.		NBR 16.537, de 2016, p. 24, item 6,7
	Há sinalização informativa e direcional dos acessos à edificação?	Possui identificação do nome do edifício na parede externa do edifício. Não possui mapa tátil para servir como referência para localização dos setores.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.41, item 5.3.2. NBR 16.537, de 2016, itens 5 e seguintes
	Há sinalização direcional dos acessos da edificação até o balcão de informação ou mapa tátil?	Inexistente	Em desacordo	NBR 15.599, de 2008, p.20, itens 6 e seguintes.
<b>Circulação interna – Horizontal</b>	A largura dos corredores é de no mínimo 1,50?	Corredor é maior que 1,50.	De acordo	NBR 9.050, de 2020, p.68, item 6.11, c.

	Existência de Piso tátil	Inexiste		NBR 16.537, de 2016, p.24, item 7
<b>Circulação interna – Vertical</b>	Além da escada, existe outra forma de acesso para vencer desníveis existentes, como rampa, elevador ou plataforma móvel?	Existe rampa	De acordo, em parte.	NBR 16.537, de 2016, p.11, item 6.4
	Corrimãos laterais em ambos os lados contínuos, com duas alturas de 0,70m e 0,92m com relação ao piso, prolongamento de 0,30m do corrimão, com diâmetro de 3 a 4,5, sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou na parede.	Apresenta corrimão, mas não de acordo a norma técnica, não há duas alturas em ambos os lados. Não há sinalização no corrimão em braille e alto relevo ou sinalização na parede, como também não há o prolongamento dos corrimãos. Não possui guia de balizamento de um lado da rampa, como forma de proteção.		NBR 9.050, de 2020, p.60, item 6.8.  NBR 9.050, de 2020, p. 47, item 5.4.3)  NBR 9.050, de 2020, p. 61, itens 6.9, 6.9.1 e seguintes



<b>Esquadrias</b>	Portas – Largura mínima de 0,80m e alturas de 2,10m; com maçanetas do tipo alavanca, estas com altura entre 0,80m e 1,10m;	As maçanetas são do tipo alavanca, colocadas a uma altura até 1,10m do piso. As portas possuem largura livre de 0,80. A altura da sinalização adesiva na porta encontra-se em altura não recomendada pela norma.	Em parte.	NBR 9.050, de 2020, p.46, item 5.4, 5.4.1 NBR 9.050, de 2020, p. 70-71, itens 6.11.2.4 e 6.11.2.6
	Janelas	Não foram identificadas	x	x
<b>Banheiros</b>	Unidade acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, ou pelo menos uma acessível, unissex, com entrada independente dos sanitários coletivos; com dimensão de circulação que permita um giro de 360°. Área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e	Existe banheiro para cada sexo neste edifício, constando nessas unidades de uso comum uma área de sanitário para PcD ou para pessoas com mobilidade reduzida; no entanto, fazem-se necessárias adequações, como barra de apoio vertical acima da barra horizontal ao lado do sanitário. Não existe um sanitário independente, unissex, com entrada independente dos sanitários coletivos. * Sinalização da porta não apresenta braille e alto relevo.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.84, item 7.5. NBR 9.050, de 2020, p.98, item 7.8.1. NBR 9.050, de 2020, p.89, item 7.7.2.1 NBR 9.050, de 2020, p.90, item 7.7.2.2

	diagonal para bacia sanitária.			
	Ao lado da bacia sanitária possui dispositivo de emergência?	Inexistente	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.51, item 5.6.4.1. Exemplo: Figura 67.
	Mictório dotado de barras de apoio	Existe; no entanto, não há barras de apoio.	Em desacordo	NBR 9.050, de 2020, p.103, itens 7.10.4 e 7.10.4.3
<b>Mobiliário</b>	Balcão de atendimento	Não há	Não tem.	NBR 9.050, de 2020, p.116, item 9.2.1.1). Lei nº 5.296, de 2004
	Mapa tátil	Não há.	Não tem. Em ambientes de ensino é obrigatório	NBR 15.599, de 2008, p.7, item 5.3.1.1, a

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, abril de 2021.



A imagem da Figura 44 mostra a existência de outras barreiras nos percursos de circulação externa do Câmpus Palmas. O piso tátil na calçada apresenta uma barra de ferro não nivelada ao piso, formando desnível, e quebra a sequência do piso tátil direcional.

**Figura 44** – Trecho D – Imagem do Complexo de Laboratório de Nutrição



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A Imagem 45, letra *a*, mostra que no período chuvoso o *hall* de entrada do complexo laboratorial de nutrição fica alagado; na letra *b*, o álcool em gel encontra-se acima da lixeira, cujo alcance manual não permite o acesso para pessoas cadeirantes e às crianças, podendo ser difícil a gestantes e idosos por não garantir o acesso e o espaço adequado para aproximação. Logo, o local pode ser inapropriado para a instalação do objeto, por não se encontrar ao lado do caminho de circulação de acesso à entrada do edifício. A letra *c* mostra outro ângulo da rampa em que o piso se encontra alagado, e os objetos suspensos não apresentam sinalização tátil de alerta em seu entorno, como dispõe a NBR 16.537 (ABNT, 2016, item 6.8); e a letra *d* não apresenta sinalização tátil direcional e de alerta ou outra referência para localização dos setores, objetos suspensos, mobiliários.

**Figura 45 – Trecho D – Obstáculos**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na Figura 46, outras barreiras são identificadas: a) como a lixeira à frente da barra, cujo local é inapropriado para aqueles que precisam utilizá-la, e a papeleira fora da faixa de alcance NBR 9.050 (2020, figura 122, p.104), cuja faixa de alcance é de 1,20; b) os vãos dos sanitários possuem 0,90m e as esquadrias laterais 0,87,5m; c) o sanitário para pessoa com deficiência e pessoa com mobilidade reduzida apresenta a altura da bacia sanitária sem assento de 50cm e com assento de 52cm, o que não atende à altura das bacias sanitárias recomendadas na NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 7.7.2.1, p.89), falta uma barra vertical acima da barra horizontal e válvula ou tampa da descarga; d) no lavatório é importante que os acessórios, saboneteira, papeleira e espelho, estejam na faixa de alcance, conforme a NBR 9.050, de 2020.

**Figura 46** – Trecho D – Complexo de Laboratório de Nutrição – Banheiro Feminino



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As condições demonstradas na Figura 47 mostram: a) a lixeira à frente da barra encontra-se em local inapropriado, pois impede a aproximação ao lavatório; a placa na porta não está numa altura acessível nem tem informação em Braille; os acessórios e a papelreira estão fora da faixa de alcance NBR 9.050 (2020, Figura 122, p.104), cuja faixa de alcance é de 1,20; b) no mictório faltam as barras de apoio, conforme NBR 9.050 (ABNT, 2020, Figura 120, p.103); c) o sanitário para pessoa com deficiência e pessoa com mobilidade reduzida apresenta falha na instalação, uma vez que a tampa do vaso sanitário não fecha, pois está restrito dentro das barras, o que impede o uso da forma correta. A medição da altura da bacia sanitária sem assento é de 50cm e com assento é de 52cm, o que não atende à altura das bacias sanitárias recomendadas na NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 7.7.2.1, p.89), e falta uma barra vertical acima da barra horizontal; e d) no lavatório é importante que os acessórios, saboneteira, papelreira e espelho, estejam na faixa de alcance, conforme a NBR 9.050, de 2020.

**Figura 47** – Trecho D – Complexo de Laboratório de Nutrição – Banheiro Masculino



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

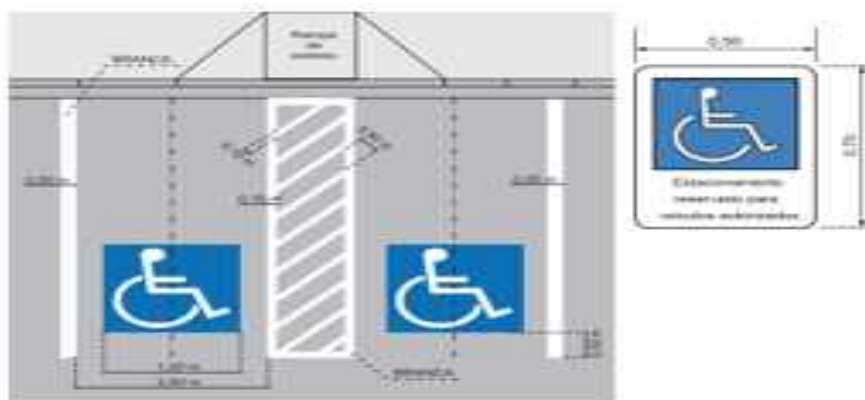
### 3.2.1 Estacionamentos

Nota-se que a quantidade total de vagas existentes no local deve ser demarcada com no mínimo uma vaga para veículo em que pessoa com deficiência conduza ou esteja sendo conduzida, e mais uma vaga para veículo em que pessoa idosa conduza demarcada com no mínimo uma vaga para veículo em que pessoa com deficiência conduza ou esteja sendo conduzida. Foi identificada no Câmpus Palmas a reserva de tais vagas, em outros casos, como no estacionamento do Programa de Desenvolvimento Regional e Laboratório de Fitoterapia não, mas com demarcação divergente das Leis e Normas de Acessibilidade.

Vale destacar que a pintura das vagas não atende ao Manual de Sinalização Horizontal de Vagas do Contran, e as demarcações da faixa de embarque e desembarque para a vaga acessível e a sinalização vertical das vagas não atendem ao Manual de Sinalização do Cotran.

Por isso, deve-se observar que há itens a serem atendidos para a demarcação da vaga, e seguir o que está definido no Volume IV do Manual de Sinalização Horizontal, da seguinte forma:

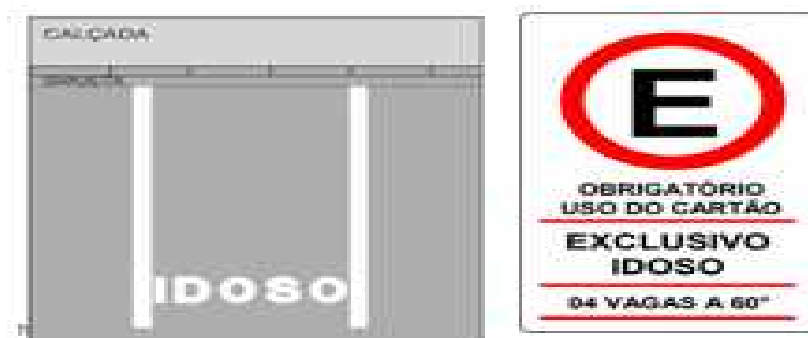
**Figura 48** – Modelo da demarcação da vaga de sinalização horizontal



Fonte: Manual Volume IV de Sinalização Horizontal do Contran, 2007.

As faixas de embarque e desembarque e as faixas de delimitação da vaga devem ser pintadas de BRANCO, com o pictograma do Símbolo Internacional de Acesso (SIA) nas dimensões de 1,20m x 1,20m. O tamanho da vaga acessível é de no mínimo 2,50 x 5,00m, ou maior se a Prefeitura assim determinar, estabelecido no código de obras municipal. A placa vertical deve ser exatamente como descrita abaixo e instalada a uma altura de 2,50m do piso.

**Figura 49** – Modelo de sinalização horizontal e vertical



Fonte: Resolução nº 303 do Contran, 2008, *online*.



A demarcação da vaga para pessoa idosa deve seguir o estabelecido na Resolução nº 303 do Contran, de 2008, e seu dimensionamento conforme estabelecido no código de obras municipal. A placa vertical para a vaga reservada para pessoa idosa deve ser exatamente como descrita ao lado, atualizando o texto com a quantidade de vagas reservadas para *01* e o ângulo para *90 graus (01 VAGA A 90)*, e instalada a uma altura de 2,50m do piso.

As vagas devem estar localizadas a menos de 50 metros de distância da entrada principal. Caso não seja possível, deve ser justificado tecnicamente o motivo pelo qual não é possível criar uma nova entrada a menos de 50 metros, conforme prevê a NBR 9.050, de 2020.

Dessa forma, quanto aos estacionamentos dos edifícios dos Trechos A, B, C e D se verificou que em alguns o piso se encontra com pintura desgastada, e as faixas pintadas de branco para sinalizar não atendem ao Manual de Sinalização Horizontal do Contran, de 2007, noutros não há guia rebaixada adequada no estacionamento que dê acesso à calçada defronte ao edifício para o acesso da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, o que destaca observação para adequação da sinalização vertical e horizontal das vagas, mesmo para PcD e a idosos. Adiante serão demonstrados os registros fotográficos dos estacionamentos do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, como se seguem:

**Figura 50 – Trecho A – Estacionamento do Bala I**



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

**Figura 51** – Trecho A – Estacionamento do Bala II: sinalização vertical



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Imagens da Figura 52: a) faixas pintadas de branco para sinalização horizontal estão em desacordo com o Manual Contran, de 2007; b) guia rebaixada possui desnível, e o piso está irregular; c) no início da rampa de acesso falta o piso tátil de alerta, a altura dos corrimãos está em desacordo com a NBR 9.050, de 2020, o guarda-corpo não atende ao disposto na NBR 14.718 (ABNT, 2019); e d) falta guia de balizamento, e o início da rampa possui desnível, mato e rachaduras no piso.

**Figura 52** – Trecho A – Estacionamento do Bala II



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A imagem da Figura 53 mostra: a) na frente do edifício do Bloco J não há, próximo à faixa de pedestres, vagas destinadas à Pcd e à pessoa idosa; b) há vagas no mesmo estacionamento defronte ao Bloco H, mas com necessidade de adequação: o mato alto sobre a placa de sinalização vertical e as faixas horizontais não atendem ao Manual Contran, de 2007; c) as faixas não atendem ao Manual Contran, de 2007; e d) falta placa de sinalização vertical.

**Figura 53** –Trecho B – Estacionamento Frente e Fundo do Bloco J



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A imagem da Figura 54 mostra: a) que consta placa indicando o estacionamento dos Blocos I, II, III e IV; b) tanto a faixa de pedestres quanto as vagas destinadas à Pcd e à pessoa idosa não atendem ao Manual Contran, de 2007; c) a pintura está apagada no piso; d) a sinalização horizontal não atende ao Manual Contran, de 2007, e não há faixa de embarque e desembarque para PcD, as galhas das árvores estão por cima da sinalização vertical (placas); e e) o piso da guia rebaixada está irregular e a rampa é íngreme e sem corrimão.



**Figura 54** – Trecho C – Estacionamento dos Blocos I, II e III



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A imagem da Figura 55 mostra: a) falta a placa de sinalização vertical; b) falta a placa de sinalização vertical e no piso o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) está com a pintura desbotada; c) o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) está com a pintura desbotada; e d) não apresenta a placa de sinalização vertical.

**Figura 55** – Trecho D – Estacionamento do Complexo de Laboratório de Nutrição



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021

A imagem da Figura 56 mostra: a) no estacionamento não há vagas demarcadas, nem para pessoa com deficiência nem para idoso, falta, pois, sinalização vertical e horizontal; b) o mato cobre a entrada da portam e as laterais do piso e não apresentam guia rebaixada.

**Figura 56** – Estacionamento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A imagem da Figura 57 mostra: a) no estacionamento as faixas das vagas demarcadas estão com a pintura desgastada, não há vagas demarcadas para a pessoa idosa, e a placa vertical não se encontra ao centro da vaga nem obedece à Resolução Contran nº, de 2008; e b) necessidade de retirada do mato na frente da guia rebaixada e do desnível.

**Figura 57** – Estacionamento do Laboratório de Fitoterapia



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

### 3.2.2 Principais faixas de pedestres do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas, ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação, segundo a NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 6.1.1.2, p.52). Foram registradas as principais travessias de pedestres do Câmpus Palmas e assim foram selecionadas:

Na imagem 58: a) na faixa de pedestres há inúmeras barreiras, dentre elas, no início da faixa, o piso está cimentado e quebradiço, estacas de ferro e meio fio não concluídos; b) no meio da faixa há um desnível, e a faixa já se encontra com a pintura desgastada e a guia rebaixada não possui piso tátil de alerta.

**Figura 58** – Faixa de pedestre no percurso entre os Balas I e II



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

As travessias de pedestres nas vias públicas, nas vias de áreas internas de edificações ou em espaços de uso coletivo e privativo, com circulação de veículos, devem ser acessíveis das seguintes formas: com redução de percurso, com faixa elevada ou com rebaixamento de calçada. A definição da localização das travessias nas vias públicas é de responsabilidade do município, conforme a NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 6.12.7, p.78).

**Figura 59** – Rebaixamento de calçadas no fluxo da faixa de pedestre



Fonte: ABNT NBR 9050, 2020, Figura 94.

Na imagem da Figura 60, letras *a* e *b*, a guia rebaixada não possui piso tátil de alerta e direcional.

**Figura 60** – Faixa de pedestre no percurso para o Bloco J



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e de mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na imagem da Figura 61, letras *a* e *b*, a calçada não tem sequência com o percurso da travessia de pedestres, pois há buraco, mato e falta o piso tátil de alerta e direcional no início dessa travessia.



**Figura 61** – Faixa de pedestre defronte aos Blocos I, II e III no percurso para a cantina



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Os padrões e critérios para a instalação de travessia elevada para pedestres em vias públicas são estabelecidos pela Resolução nº 738, de 6 de setembro de 2018, e “sua implantação em vias públicas depende de autorização expressa do órgão ou entidade executivos de trânsito com circunscrição sobre a via” (art. 2º). A implantação de travessia elevada para pedestres deve ser acompanhada da devida sinalização, com, no mínimo:

I - Sinal de Regulamentação R-19 - "Velocidade máxima permitida", limitando a velocidade em até 30 km/h, sempre antecedendo a travessia, devendo a redução de velocidade da via ser gradativa, conforme critérios estabelecidos no Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, do Contran;

II - Sinais de advertência A-18 - "Saliência ou lombada" antecedendo o dispositivo e junto a ele, e A-32b - "Passagem sinalizada de pedestres" ou A-33b - "Passagem sinalizada de escolares" nas proximidades das escolas, acrescidos de seta como informação complementar, conforme desenho constante no ANEXO II da presente Resolução;

III - **Demarcação em forma de triângulo, na cor branca**, sobre o piso da rampa de acesso da travessia elevada, conforme Anexo I; III e IV; **Para garantir o contraste, quando a cor do pavimento for clara, o piso da rampa deve ser pintado de preto**

IV -

e 6,0m na plataforma da travessia elevada, conforme critérios estabelecidos no Volume

IV - Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Contran, admitindo-se largura superior, conforme previsto no inciso II, do artigo 4º;

V - A área da calçada próxima ao meio-fio deve ser sinalizada com piso tátil, de acordo com a norma ABNT NBR 9050, conforme mostrado no Anexo I da presente Resolução;

VI - Linha de retenção junto a travessia elevada semaforizada, a ser implantada de acordo com o disposto no Volume IV - Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro

de Sinalização de Trânsito do Contran, respeitada distância mínima de 1,60 m antes do início da rampa (RESOLUÇÃO N.º 738, 2018, art. 6º, grifo nosso).

Observa-se que a faixa de travessia elevada da Figura 62 apresenta as demarcações da sinalização horizontal, mas não atende às recomendações, como a pintura do triângulo deve ser branca e quando a cor do pavimento da rampa for clara o piso deve ser pintado de preto, e a demarcação do piso tátil de alerta não possui a distância correta. Outro ponto é que não apresenta a passagem de sinalização vertical (placas indicativas sobre a faixa elevada, a velocidade máxima permitida).

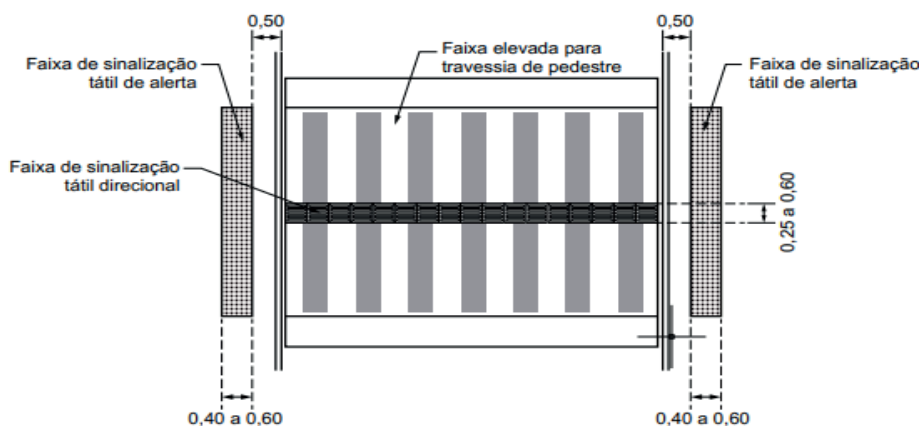
**Figura 62** – Faixa de pedestre defronte ao Complexo do Laboratório de Nutrição



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

A imagem da Figura 63 demonstra a forma correta e recomendada para a faixa de sinalização tátil de alerta, não constituída na Figura 62b.

**Figura 63** – Modelo da faixa elevada para travessia de pedestres



Fonte: NBR 16537, 2016, Figura 73.

Na imagem da Figura 64, nos itens *a* e *b*, o piso da faixa elevada de pedestres encontra-se irregular, pois o piso tátil de alerta não sinaliza toda a faixa de pedestres e a placa de metal torna-se uma barreira para o usuário que tem riscos de cair com o pé nos buracos das laterais, e a pintura no piso não obedece às recomendações da Resolução nº 738, de 2018; *c*) a guia rebaixada apresenta desnível, e o piso tátil de alerta não atende à NBR 9.050, de 2020, e à NBR 16.537, de 2016. Além disso, o mato e os buracos são barreiras que, no percurso, dificultam o acesso em segurança; *d*) o piso tátil direcional encontra-se quebrado, e a pintura da faixa não apresenta a cor de contraste no piso expressa pelo órgão ou entidade executiva de trânsito.

**Figura 64** – Faixas de pedestre no percurso para o Restaurante Universitário



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

### 3.2.3 Acesso à entrada principal do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

O acesso à entrada principal do Câmpus Palmas se dá com a circulação do fluxo de veículos e de pedestres, a fim de auxiliar a maioria das pessoas, mesmo aquelas com baixa visão e com deficiência visual. É importante haver faixa de segurança e semáforo para pedestres, até porque na frente do Câmpus existem calçadas onde inúmeras pessoas diariamente circulam para



realizar caminhadas. Por isso, é importante manter o portão de fácil identificação e cor contrastante, calçadas regulares, obstáculos sinalizados com piso tátil de alerta e, caso haja parada de ônibus nessa área externa, o ideal é que seja próxima à entrada do Câmpus. No caso de entradas de garagem nos passeios públicos, deve-se prever sinalização sonora e luminosa alertando todos os usuários (DISCHINGER, BINS ELY, BORGES, 2012).

A entrada para pedestres é separada do fluxo de veículos, sendo ideal, dessa forma, que o piso do portão de pedestres seja regular para não ocasionar riscos de acidentes, e haja piso tátil direcional e de alerta nas guias rebaixadas. As imagens adiante demonstram a necessidade de adequações que possibilitem à maioria das pessoas, até mesmo aos servidores com deficiência e mobilidade reduzida fazerem parte desse espaço físico, deslocando-se e usando-o de maneira independente. Vejamos:

A imagem da Figura 65, letra *a*, mostra que a entrada dos veículos e de pedestres apresenta uma vegetação alta no acesso de entrada; na letra *b* apresenta vegetação alta e na entrada, próxima à porta de pedestres, as calçadas estão sem sequência do piso; nas letras *c*, *d* e *e*, aparecem as mesmas imagens tiradas semanas depois, mas apresentam problemas, como nos da Figura 58, letra *c*, em que a vegetação gramínea invade a superfície do piso tátil direcional; na Figura 65, letra *d*, o piso encontra-se quebrado, e na letra *e* a vegetação gramínea invade a superfície do piso tátil direcional até a chegada da portaria. É essencial a sinalização para manter a forma, a iluminação, as cores e a disposição dos lugares e equipamentos com informações escritas e desenhos que auxiliam a compreensão dos lugares (DISCHINGER, BINS ELY, BORGES, 2012).

**Figura 65** – Entrada principal do Câmpus Palmas para fluxo de carros e de pedestres





Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

**Figura 66** – Entrada principal do Câmpus Palmas: guia rebaixada e calçada



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, março de 2021.

Na Figura 66, foi identificado um piso tátil de alerta e direcional em cor desbotada e com gramíneas sobre o piso. A guia rebaixada encontra-se com o piso irregular demonstrando desnível e com um buraco na frente da guia. O local necessita de uma faixa de pedestre para que os usuários possam circular com segurança ao outro lado da calçada, tendo em vista que este é um local com grande acesso de veículos.

Quanto aos aspectos positivos no panorama de análise das condições de acessibilidade do espaço físico estudado, identificou-se nos Quadros de 1 a 4 aquilo que estava em parte e de acordo com os critérios da NBR 9.050, de 2020.

## 4 NORMATIVA BRASILEIRA PARA A ACESSIBILIDADE

### 4.1 Dimensão normativa geral

Neste capítulo serão apresentadas as principais leis, decretos e normas referentes à acessibilidade, com destaque para a acessibilidade físico-espacial, a fim de auxiliar a gestão do Câmpus Palmas acerca da proteção de direitos e garantias por questões trazidas pela legislação para a pessoa com deficiência e às com mobilidade reduzida, de modo a entender como se garante esse acesso.

A Resolução nº 31/123 instituiu o ano de 1981 como “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. No Brasil, a exemplo da Constituição Federal, de 1988, que arrola no art.1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana; o art.3º informa o objetivo fundamental de nossa República, ou seja, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem-estar de todos sem preconceitos e quaisquer formas de discriminação; e o art. 5º proclama o direito à igualdade (RIBEIRO, 2010).

**Quadro 5 – Leis de Acessibilidade**

<b>Lei n.º 7.405, de 1985</b>	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências (BRASIL,1985).
<b>Artigo 1º</b>	É obrigatória a colocação, de forma visível, do "Símbolo Internacional de Acesso", em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.
<b>Artigo 2º</b>	Só é permitida a colocação do símbolo em edificações: I - que ofereçam condições de acesso natural ou por meio de rampas construídas com as Especificações contidas nesta Lei; II - cujas formas de acesso e circulação não estejam impedidas aos deficientes em cadeira de rodas ou aparelhos ortopédicos em virtude da existência de degraus, soleiras e demais obstáculos que dificultem sua locomoção; III - que tenham porta de entrada com largura mínima de 90cm (noventa centímetros); IV - que tenham corredores ou passagens com largura mínima de 120cm(cento e vinte centímetros);V - que tenham elevador cuja largura da porta seja, no mínimo, de 100cm (cem centímetros); e VI - que tenham sanitários apropriados ao uso do deficiente.
<b>Artigo 3º</b>	Só é permitida a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" na identificação de serviços cujo uso seja comprovadamente adequado às pessoas portadoras de deficiência.
<b>Artigo 4º</b>	[...] é obrigatória a colocação do símbolo na identificação dos seguintes locais e serviços [...]: inciso II: “prédios onde funcionam órgãos ou entidades públicas, quer de administração ou de prestação de serviços” [...]

<b>Artigo 5º</b>	O "Símbolo Internacional de Acesso" deverá ser colocado, obrigatoriamente, em local visível ao público, não sendo permitida nenhuma modificação ou adição ao desenho reproduzido no anexo a esta Lei.
<b>Lei nº 7.853, de 1989</b>	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (BRASIL, 1989).
<b>Decreto nº 3.298, de 1999</b>	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências (BRASIL, 1999).
<b>Lei nº 10.048, de 2000</b>	Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo, e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência).</u>
<b>Lei nº 10.098, de 2000</b>	Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, “mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (BRASIL, 2000, art.1º).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na Legislação (BRASIL, 1985,1989,1999, 2000).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, irá regulamentar:

Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL,2004).

O Capítulo IV destaca a “Implementação da Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística”, o que podemos apontar, com relação direta a esta pesquisa, os seguintes artigos:

**Quadro 6 – Artigos importantes do decreto nº 5.296, de 2004.**

<b>Artigo 10</b>	A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto.
<b>Artigo 11</b>	A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para esses tipos de edificação deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<b>§ 3º</b>	O Poder Público, após certificar a acessibilidade de edificação ou serviço, determinará a colocação, em espaços ou locais de ampla visibilidade, do "Símbolo Internacional de Acesso", na forma prevista nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na <a href="#">Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985</a> .

<b>Artigo 19</b>	A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público devem garantir pelo menos um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.
<b>Artigo 20</b>	Na ampliação ou reforma das edificações de uso público ou de uso coletivo, os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
<b>Artigo 21</b>	Os balcões de atendimento e as bilheterias em edificação de uso público ou de uso coletivo devem dispor de pelo menos uma parte da superfície acessível para atendimento às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
<b>Artigo 22</b>	A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<b>Artigo 23</b>	Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres para pessoas em cadeira de rodas e assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, conforme o disposto no <u>art. 44, § 1º, da Lei nº 13.446, de 2015</u> .
<b>Artigo 24</b>	Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, até mesmo salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
<b>Artigo 25</b>	Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados pelo menos dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual definidas neste Decreto, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
<b>Artigo 26</b>	Nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Fonte: Modelo elaborado pelo autor FILHO (2020) e adaptado pela pesquisadora com base em BRASIL, 2004.

Os artigos destacados são relevantes para serem observados nas edificações de uso público, caso do objeto deste estudo, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Palmas.

Vê-se o quão importante é que os edifícios públicos devem atender às PcD e às com mobilidade reduzida, de modo a permitir o acesso a banheiros adequados e adaptados,

sinalização visual e tátil, estacionamentos, dentre outros, com destaque ao artigo 24 que aponta ambientes de ensino.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”.

Em seu capítulo, IV que se refere à “Da Acessibilidade nos edifícios Públicos ou de Uso Coletivo”, podemos citar os artigos relacionados diretamente a este estudo, quais sejam:

**Quadro 7 – Artigos relevantes à pesquisa da Lei nº 10.098, de 2000**

<b>Artigo 11</b>	A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<b>I.</b>	Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e ao estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;
<b>II.</b>	Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
<b>III.</b>	Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei;
<b>IV.</b>	Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<b>Artigo 12</b>	Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, até mesmo acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Fonte: Modelo elaborado pelo autor FILHO (2020) e adaptado pela pesquisadora com base em BRASIL, 2000 (grifo nosso).

O chamado Decreto de acessibilidade determina que toda nova construção, reforma, mudança de uso e licenciamento deve contemplar a acessibilidade, cujo parâmetro técnico são as normas da ABNT, até 2015 (até a atualizada de 2020), por tratar da acessibilidade e da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, cabendo responsabilização aos



profissionais de engenharia e arquitetura que descumprirem este Decreto e pelo atendimento das normas de acessibilidade (CAMBIAGHI,2017).

O Decreto nº 5.296 (BRASIL,2004) demonstrou como contempla a acessibilidade em edifícios de uso público, assim como a Lei nº 10.098 (BRASIL,2000) discute a garantia de acesso, permanência e comunicação em edifícios públicos, como de ambiente de ensino.

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Autores como RIBEIRO (2010, p. 24) afirmam “com status de emenda constitucional se espera que sua eficácia tenha sido melhor que as legislações anteriores”, podemos observar os artigos citados abaixo, senão vejamos:

**Quadro 8** – Artigos relevantes para este estudo tratados no Decreto nº 6.949, de 2009

Definições Artigo 2º	[...] “Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;
Princípio Artigo 3º	a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) A não-discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.
Artigo 9º Acessibilidade	1. [...] assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: 2. a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;
Artigo 27	[...] o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados

Trabalho e emprego	partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros: g) Empregar pessoas com deficiência no setor público; i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;
--------------------	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em BRASIL, 2009.

O referido Decreto foi o primeiro (e até agora único) tratado internacional aprovado com força equivalente ao da Emenda Constitucional e que melhor tratou de modificar o sistema legal vigente, impondo seus valores e suas regras e que melhor adotou a terminologia mais adequada para o tema: Pessoa com Deficiência. Dessa forma, o que a Convenção propõe é uma mudança no pensar dos brasileiros, trazendo um conceito mais amplo, voltado ao ambiente da pessoa (FERRAZ et.al., 2012).

Em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, art.1º), e que determina que qualquer novo documento ou licenciamento que o responsável técnico requeira para a edificação deve estar vinculado à comprovação de que a edificação é acessível (artigo 55, § 2º).

Dentre as seções da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destaco possuir relevância para esta pesquisa o capítulo VI sobre o Direito ao Trabalho, artigo 34, o qual garante que “a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Por isso, as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos (BRASIL, 2015, art.34, §1º). Vale ressaltar a interligação com o artigo 35, cuja finalidade primordial é a de “promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho”. Para a ocorrência desses critérios no ambiente público, é de suma importância eliminar as barreiras da acessibilidade físico-espacial. Cambiagui (2017) constatou

{...} que não só as barreiras subsistem como a própria legislação criada ao longo desse período nem sempre é cumprida e chega mesmo a enfrentar impedimentos para se impor. A problemática da acessibilidade arquitetônica e urbanística foi incluída como questão marginal, cujo alvo é uma população que não foi acostumada a reivindicar seus direitos (CAMBIAGHI, 2017, p. 64).



Por isso, não se pode perder de vista que para atender ao ideal de um local adequado a todos os tipos de usuários, é necessário considerar vários aspectos, entre os quais a vontade política e legislação adequada. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 53, diz que a “acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

#### 4.2 Evolução e Conceitos da NBR 9.050, de 2020

A ABNT NBR 9.050, de 3 de agosto de 2020, é uma versão atualizada da Norma. Todavia, para se chegar a essa nova nomenclatura houve outras edições, como as de 1985, 1994, 2004 e 2015. Ela “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações quanto às condições de acessibilidade” (ABNT, 2020, p. 1).

Segundo Cambiaghi (2017, p.64), a evolução da Norma assim ocorreu:

Em **1985**, foi criada a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade, intitulada “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência”. Essa norma teve revisões em **1994 e 2004**, e, mesmo sendo revisada novamente e publicada em setembro de **2015**, e estando novamente em processo de revisão, a realidade das cidades brasileiras está longe de atender às necessidades das pessoas com dificuldade de locomoção (CAMBIAGHI, 2017, p. 64, grifo nosso).

Seu objetivo é “proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção” (ABNT, 2020, p. 1).

Além da Norma 9.050, outras normas técnicas devem ser consideradas como diretrizes para elaboração de projetos e instalação, trata-se da ABNT NBR 16.537, de 2016 (Acessibilidade – Sinalização tátil no piso), que

Estabelece critérios e parâmetros técnicos observados para a elaboração do projeto e instalação de sinalização tátil no piso, seja para construção ou adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual ou surdo-cegueira (ABNT NBR 16537, 2016, p. 1).

A Norma referida traz orientações sobre a mobilidade às pessoas com deficiência visual e para as pessoas com surdocegueira, baixa visão, cegueira e outros.

A presença de tantas normativas técnicas é tão necessária para que o direito seja contemplado em espaços físicos e edificações existentes, haja vista que, em plena era moderna, a desigualdade continua acentuada, assim como se observam atos de ação e falas individualistas; logo, ações centradas na busca de uma ética que possa reconhecer politicamente as diferenças culturais, sociais e individuais devem ser fundamentais para que muitos problemas sejam solucionados, como os de espaços físicos inacessíveis.

#### **4.3 Exigências da NBR 9.050, de 2020: condições mínimas para transformar o espaço físico em um ambiente com acessibilidade**

As condições mínimas para um ambiente acessível devem atender aos princípios do desenho universal, conforme orientações das Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT, sendo necessárias ações permanentes e direcionadas para que projetos acessíveis sejam elaborados para atender a todos os cidadãos, tendo em vista quais sejam suas limitações e restrições. Nesse sentido, segundo Eduardo Ronchetti<sup>16</sup> (2021), não existe edifício com “meia acessibilidade”, pois um edifício é considerado acessível se todos os requisitos das normas técnicas de acessibilidade forem atendidos e incorporados, cabendo adaptar: calçadas, acesso ao interior da edificação, acesso a todos os ambientes de uso comum e abertos ao público, balcão de atendimento, sanitários acessíveis, sinalização visual e tátil, elevador acessível e vagas de estacionamento.

As orientações técnicas de acessibilidade foram elaboradas para oferecer diretrizes básicas de acessibilidade em vias públicas e edificações, com base na NBR 9.050, de 2020, e na NBR 16.537, de 2016, no Decreto Federal nº 5.296, de 2004, e noutras legislações vigentes.

Segundo a NBR 9.050, de 2020, é muito importante e necessário que o espaço físico apresente as informações completas, precisas e claras, segundo o critério de transmissão e o princípio dos dois sentidos: por meio do uso visual e tátil ou visual e sonoro (itens 5.1.1 e 5.1.3, grifo nosso), devendo a sinalização ser autoexplicativa, perceptível e legível para todos, até mesmo às pessoas com deficiência (item 5.2.1).

Os sinais podem ser classificados como de localização (orientam para a localização de determinado elemento em um espaço); de advertência (têm a propriedade de alerta prévio a uma instrução); e de instrução (têm a propriedade de instruir uma ação de forma positiva e afirmativa), e podem ser utilizados individualmente ou combinados.

---

<sup>16</sup>Conceitos principais de o que adaptar. Disponível em: <https://www.eduardoronchetti.com.br/como-adaptar-o-seu-imovel-1>. Acesso em: 15/3/2021.

Diz a NBR 9.050 (2020, p. 34) que as informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos assumem as seguintes formas, como:

Item 5.2.6.1 Sinalização Visual: realizada por meio de mensagens de textos, contrastes, símbolos e figuras. As informações visuais estão associadas a caracteres de relevo. A identificação visual é feita nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos, é feita por meio do Símbolo Internacional de Acesso na NBR 9.050(2020, Figura 35) para indicar onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida que tenham padrão internacional de cores e proporções.

**Figura 67 – Desenho do Símbolo Internacional de Acesso**



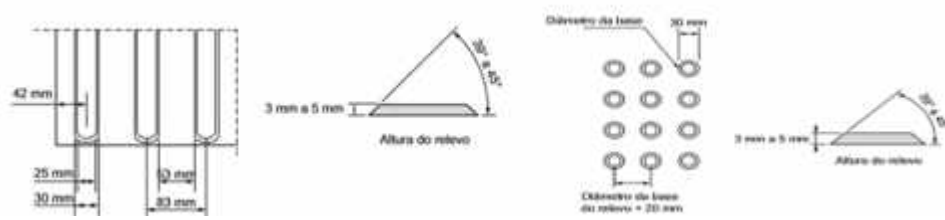
Fonte: ABNT NBR 9.050, 2020, Figura 35.

Podem ser afixadas em local visível ao público, como entradas; áreas reservadas para veículos que pessoas idosas ou com deficiência conduzam ou que sejam conduzidas; áreas de embarque e desembarque de passageiros com deficiência; sanitários; áreas de resgate para pessoas com deficiência; espaço reservado para P.C.R.; equipamentos e mobiliários preferenciais para o uso de pessoas com deficiência (item 5.3.2.2).

Item 5.2.6.2 Sinalização Sonora: é composta por conjuntos de sons que permitem a compreensão pela audição.

Item 5.2.6.3 Sinalização Tátil: se manifesta por informações em relevo, como textos, símbolos e braille. A sinalização tátil no piso é utilizada para auxiliar pessoas com deficiência visual a trafegarem sozinhas. A sinalização deve ser consistente e ter um leiaute simples, lógico e de fácil decodificação, facilitando a movimentação de pessoas com deficiência visual em lugares familiares e o reconhecimento de espaços por onde trafegam pela primeira vez. A sinalização tátil e visual, NBR 16.537 (ABNT, 2016, Figura 5), no piso deve assegurar sua identificação por pessoas de baixa visão tanto quanto por pessoas cegas. Para esse propósito, os pisos devem ser facilmente detectáveis pela visão. Isto é, conseguido pela aplicação de um mínimo de contraste de luminância (LRV) entre os pisos e o pavimento adjacente NBR 9.050, de 2020.

**Figura 68** – Desenho do Piso Tátil direcional e de alerta: com dimensões



Fonte: ABNT NBR 16.537, de 2016.

Certamente um local que conte com os recursos de sinalização necessários estará com a orientação espacial do ambiente físico segura aos seus usuários.

## **5 AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) CÂMPUS PALMAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

A Avaliação Pós-Ocupação (APO) surgiu apoiada no compromisso com o desempenho ambiental do ambiente construído, nos países desenvolvidos, nos anos 1960, e no Brasil, em 1984. Cabe destacar que sua vantagem é se valer de multimétodos e técnicas num contexto multidisciplinar (ONO et al., 2018). Apresenta o foco nos ocupantes e suas necessidades, levando em consideração avaliar a influência e as consequências das decisões projetuais no desempenho do ambiente observado, tendo em vista a percepção e o uso por parte dos diferentes grupos de atores ou agentes envolvidos (RHEINGANTZ et. al., 2009).

Essa metodologia permite ao indivíduo perceber seu entorno e atuar nele, devido à inadequação de ambientes, percursos e usos de objetos que causem efeitos prejudiciais à saúde da pessoa. Por isso, para aplicar a Avaliação Pós-Ocupação foi preciso realizar o levantamento de dados por meio de múltiplos métodos, com vista à elaboração de um diagnóstico da situação encontrada, e em seguida pela comparação desses dados obtidos por meio dos usuários e da observação de o espaço físico propor recomendações (aprimoramentos e correções) para situação encontrada (ONO et. al., 2018).

A Avaliação Pós-Ocupação permitiu obter a percepção, sentimentos/emoções, atitudes, expectativas e preferências dos usuários servidores efetivos com deficiência e mobilidade reduzida do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins e incorporá-los à avaliação do ambiente construído, como esses usuários percebem sua satisfação com o ambiente e suas reais necessidades diante do espaço físico das edificações.

### **5.1 Categorias e subcategorias temáticas**

Após a organização dos dados de pesquisa, as informações coletadas das entrevistas foram categorizadas e trabalhadas em quatro categorias e subcategorias, com base nas diretrizes da Análise de Conteúdo Bardin (2011), que se implementou as análises apresentadas, como aponta o quadro 9.

**Quadro 9 – Categoria e Subcategorias da Análise de Bardin**

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
1. Perfil demográfico dos servidores participantes da entrevista.	1. Identificação: Nome, idade, gênero, escolaridade, cargo, lotação, local de trabalho. 2. PcD ou com mobilidade reduzida. Tipo de deficiência ou limitação de mobilidade.
2. Visão dos servidores do ambiente construído em uso.	1. O edifício é adaptável e adequado à acessibilidade? 2. Experiências dos servidores: limitações e dificuldades no uso do espaço físico do Câmpus Palmas. 3. Melhorias que promoveriam mais satisfação.
3. Percepção do servidor resultante da relação com o espaço físico.	1. Percepção sobre acessibilidade e observações sobre a gestão do Câmpus Palmas. 2. Observações dos servidores sobre a Coordenação de Gestão de pessoas e Setor de Acessibilidade do Câmpus Palmas.
4. Poema dos Desejos	1. Eu desejo que minha Universidade...

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

## 5.2 Categoria 1: Perfil demográfico dos servidores participantes da entrevista

A população pesquisada será identificada pela expressão servidor. O perfil foi composto pelas variáveis: sexo, idade, nível de formação, tipo de deficiência, tipo de mobilidade, cargo que ocupa na universidade, Cota para PcD e local de trabalho, colhidos mediante entrevista. Esse conjunto de dados compõe o Quadro 10 a seguir apresentado.

**Quadro 10 – Perfil demográfico dos servidores da Universidade Federal do Tocantins – participantes da entrevista**

Quantidade	Participantes (S)	Sexo	Idade	Formação	Deficiência	Mobilidade	Tipo de Deficiência/mobilidade	Cargo	Cota PCD	Local em que trabalha
1	Servidor (A)	Feminino	57	Doutorado	x	permanente	Osteotomia pé esquerdo com parafuso	Docente	não	Bala II, Bloco J e H
2	Servidor (B)	Masculino	35	Graduação	x	permanente	Coluna Lombar	Administrador	não	Bala II
3	Servidor (C)	Feminino	36	Mestrado	x	permanente	Talassemia	Docente	não	Bloco J
4	Servidor (D)	Masculino	39	Doutorado	x	permanente	Crises de artrite, reumatismo e de gota	Secretário Executivo Bilingue	não	Prédio do Programa de Desenvolvimento Regional
5	Servidor (E)	Feminino	33	Doutorado	x	temporária	Gestação	Docente	não	Bloco J, Complexo de Laboratórios da Eng. Civil
6	Servidor (F)	Feminino	46	Especialização	x	permanente	Artrose/sobrepeso	Pedagoga	não	Bloco 1, térreo
7	Servidor (G)	Masculino	44	Doutorado	x	permanente/ temporária	Obeso	Docente	não	Bloco de laboratórios de nutrição
8	Servidor (H)	Feminino	41	Doutorado	x	permanente/ temporária	Os dois pés quebrados/ sequelas	Docente	não	Bloco 3, 1º andar; Laboratório no Anfiteatro
9	Servidor (I)	Masculino	61	Doutorado	x	permanente	Idoso/ Obeso	Docente	não	Bloco J: 2º/ 3º andar; Bloco 2, 1º andar
10	Servidor (J)	Masculino	51	Graduação	Audição	x	Anacusia: sem audição no ouvido esquerdo e 50% audição ouvido direito.	Assistente Administrativo	sim	Bloco 2, 1º andar
11	Servidor (K)	Feminino	32	Doutorado	x	temporária	Gestação de risco	Téc. de laboratório	não	Laboratório de fitoterapia

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

Do total dos 11 servidores entrevistados, 6 são de sexo feminino e 5 do masculino. A maioria destes servidores são doutores (7), graduados (2), Mestre (1) e Especialista (1). Dos 3 servidores com deficiência somente 1 aceitou participar da entrevista. É assistente administrativo e ingressou no serviço público como cotista. Os servidores com mobilidade reduzida permanente são adultos maduros, o mais velho tem 61 anos e também é obeso e sente dificuldades para subir escadas, pois realiza as atividades de trabalho no Bloco 2, 1º andar, cujo edifício possui somente escadas para ascender ao andar superior. Para Pinto; Oliveira (2015, p. 63), “Um dos determinantes para uma boa qualidade de vida é a autonomia por parte dos idosos, os que têm autonomia têm a liberdade para gerenciar a própria vida, que é considerada condição primordial para o envelhecimento prazeroso e bem-sucedido”. Os outros servidores que têm 57, 51, 41, 44 e 46 anos apresentam limitações de mobilidade, exceto o servidor de 51 anos que possui deficiência auditiva. Diz a NBR 9.050 (ABNT, 2020, item 6.3) que a circulação vertical



pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de deslocamento vertical, escada e rampa; ou escada e elevador ou rampa e elevador; logo, no caso em tela só há o atendimento de um tipo de circulação vertical, por isso, não é considerada acessível.

Os outros 5 servidores encontram-se na casa dos 30 anos; entretanto, apesar de jovens, 3 destes já possuem mobilidade reduzida permanente. Evidentemente, a ambiência tem consequências sobre nossa conduta e nosso estado corporal, uma vez que ela pode nos “estimular” ou nos “relaxar”, ou nos “captar” ou nos “impelir”, ou nos “transportar” ou nos “paralisar” etc., podendo ser como um sistema energético que se manifesta no âmbito dos sinais físicos enviados pelo ambiente e no âmbito do tônus do ser vivente. Logo, pontua-se que não existe corte radical entre ser vivente e seu meio, por isso, a ambiência nos lembra de que o ser vivo e seu meio formam uma unidade (ELALI; CAVALCANTE, 2018).

### 5.3 Categoria 2: Visão dos servidores do ambiente construído em uso no Câmpus Palmas

Trata do desempenho do ambiente construído em uso em que os servidores exercem seu trabalho. Foram coletados dados sobre a percepção dos servidores relativamente à acessibilidade.

#### 5.3.1 Subcategoria 1: O edifício é adaptável e adequado a acessibilidade?

O termo acessível, adaptável, adaptado e adequado é definido pela NBR 9.050 (ABNT, 2020, p. 2-3, itens 3.1.2, 3.1.3; 3.1.4; 3.1.5, grifo nosso):

No item 3.1.2, **acessível**, “espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, seus sistemas e tecnologias ou elemento que **possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa**”.

Item 3.1.3, **adaptável**, “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características **possam ser alteradas para que se torne acessível**”.

Item 3.1.4, **adaptado**, “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas **características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis**”.

Item 3.1.5, **adequado**, “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas **características foram originalmente planejadas para serem acessíveis**”.

Considerando esses termos e definições, vejamos como se apresentaram as percepções dos servidores entrevistados, conforme o Quadro 11.

**Quadro 11 – Percepção dos servidores entrevistados sobre os edifícios em uso**

É ADAPTÁVEL E ADEQUADO À ACESSIBILIDADE											
Edifício de uso	Bala II, Bloco J	Bala II	Bloco J	Prédio do PPGDR	Bloco J	Bloco I: térreo Bloco: II	Bloco Laboratório de nutrição	Bloco III, 1º andar Laboratório Anfiteatro	Bloco J: 2º/3º andar; Bloco II: 1º andar	Bloco II: 1º andar	Laboratório de fitoterapia (bloco)
Servidor	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Se sente incluído	Não	Sim	Não	Não	Em parte	Em parte	Em parte	Não	Não	Não	Sim
Adaptável (Sim)		X				X Bloco I (térreo)	X				
Adaptável (Não)			X	X	X			X	X	X	
Adequado (sim)						X Bloco I (térreo)	X				
Adequado (não)		X	X		X	X Bloco II (1º andar)		X	X	X	
Parcialmente	X (Bala II)					X Bloco I (térreo)					X

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

Dentre os 11 servidores entrevistados, a maioria (6 servidores – A, C, D, H, I, J –) não se sentem incluídos no ambiente construído em uso, isto é, na edificação que exerce seu trabalho, porque o ambiente no qual estão não é acessível, revelando que há problemas arquitetônicos e restrições espaciais, como demonstrados na Figura 2, página 32.

Os servidores (E, F e G) afirmam sentirem-se incluídos em parte; a servidora (E) considerou ter sofrido restrições no espaço físico, durante o período de gestação, ela observou muitas dificuldades de mobilidade durante a vivência da gravidez, que, mesmo temporária, devido às restrições encontradas no ambiente construído em uso, naquele momento não a atendia. O servidor (F) encontrava-se com sobrepeso e artrose quando exerceu atividades laborais no Prédio Bloco II, 1º andar, cujo acesso é apenas por escadas, não adequado, pois, à acessibilidade.

Posteriormente, passou a trabalhar no térreo do Bloco I, considerando parcialmente adequado, pois o acesso se dá exclusivamente por escada.

O servidor (G) diz que o Laboratório de Nutrição está adequado e adaptado, “com relação à acessibilidade ele tem rampa, aquele piso tátil, está bem...inclusive é um prédio mais novo”; no entanto, quando considerou estar incluído em parte, observou limitações quanto aos banheiros e mobiliários do prédio; em relação ao primeiro, considerou inadequado: porque o

“espaço das cabines é bastante reduzido. Por conta do meu tamanho é bem complicado utilizar. Apesar de que tem uma parte que é para pessoas com mobilidade reduzida, tem a parte de acesso, mas a maioria das cabines eu não consigo entrar, então, se tiver

ocupado a única cabine que tem para o acesso, eu não consigo usar porque não tem como entrar nas outras cabines” (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR G, 2020).

Já em relação ao mobiliário,

“são as carteiras de sala de aula elas não têm ajuste de tamanho do braço e acabam machucando, porque você não consegue sentar ali de forma adequada. Na sala de aula não tem alternativa, ou fico em pé ou sento numa cadeira desconfortável que não consegue me atender” (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR G, 2020).

Nesse sentido, Cambiaghi (2017) diz que os parâmetros de observação levam em conta o ser humano, a fim de analisar e determinar suas dificuldades e de que modo elas refletem os ambientes construídos, levando em consideração os modos de relacionamento: oral, visual, tátil ou simbólico, porque, no contexto sociocultural e no ambiente físico, esse relacionamento ocorre. Essa avaliação é feita durante “o processo de utilização, quando o espaço passa a cumprir sua função de abrigar o ser humano em suas inúmeras atividades” (CAMBIAGHI, 2017, p. 168).

A pergunta disparadora feita aos servidores foi: “Considera que a edificação pública em uso, cujo ambiente exerce seu trabalho é adaptável e adequada à acessibilidade?”

Dos servidores que não se sentiram incluídos 6 também consideraram os edifícios não adaptáveis e inadequados. Por último, 3 servidores (A, I, K) consideraram estar parcialmente adaptáveis e adequados seus edifícios, os quais serão identificados na subcategoria adiante.

Anteriormente a 2004 não havia obrigatoriedade de acessibilidade demandando, obrigatoriamente, a execução de obras de adaptação e de manutenção às exigências atuais, a fim de potencializar a apropriação do uso com segurança e tornar o ambiente adaptado às necessidades das pessoas.

### **5.3.2 Subcategoria 2: Experiências dos servidores: limitações e dificuldades no uso do espaço físico do Câmpus Palmas**

Compreender o sentido do termo mobilidade é fundamental para melhor entendimento das experiências que serão citadas pelos servidores. O termo mobilidade estuda as relações entre as pessoas e os ambientes e suas influências mútuas; logo, a

mobilidade é própria do processo vital e está relacionada a aspectos subjetivos, como necessidades, vontades ou motivações, esperanças, limitações e imposições. Seu conceito é polissêmico e **integra a ação de se deslocar**, seja uma ação física, virtual ou simbólica – ao conjunto de atividades do indivíduo e da sociedade. Designa, comumente, **deslocamento e superação de fronteiras de vários tipos no espaço e**

**no tempo, a pé ou por meio dos modais existentes, tais como o transporte coletivo, carro, bicicleta e motocicleta.** Caracterizando-se por movimento e retorno cotidiano à origem e por temporalidades curtas, a mobilidade urbana implica o **direito dos cidadãos de ir e vir, de ocupar o espaço público e de conviver socialmente** neste (ELALI; CAVALCANTE, 2018, p.141, grifo nosso).

É crucial entender que qualquer pessoa pode sofrer restrições em sua relação com as distintas características dos meios ambientes, por exemplo: uma criança que não consegue alcançar o interfone para acessar um edifício. Todavia, pessoas com deficiência se sujeitam a situações de maior restrição do que as outras (SARMENTO; COSTA, 2020).

Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), desde uma orientação espacial compreendida pelo ambiente, o indivíduo consegue situar-se e deslocar-se a partir das informações fornecidas, como forma de disposição dos espaços, iluminação, cores, bem como informações sonoras e táteis, mapas, imagens, etc.

Sob a luz dessa premissa, o deslocamento corresponde às condições de movimento que devem ser garantidas pelas características das áreas de circulação, tanto no sentido vertical como no horizontal, em ambientes internos ou externos (SARMENTO; COSTA, 2020). Nesse sentido, corrobora a NBR ABNT 9.050, de 2020, item 3.1.32, que vem justamente atender a um componente de orientação espacial, qual seja, a Rota Acessível para conectar os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, de forma autônoma e segura, dando dimensões adequadas aos fluxos, pisos regulares, presença de rampas e elevadores que favorecem o deslocamento.

As entrevistas serviram para qualificar os dados obtidos pela observação. Os servidores expuseram suas impressões a partir das vivências nos edifícios de trabalho.

**Quadro 12** – Limitações e dificuldades do servidor com deficiência e mobilidade reduzida no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

Edifício	Percepções dos Servidores	Referências
<b>Bala II; e Outros edifícios</b>	Temos problemas de acesso, especialmente com a escada, pois ela tem um <i>design</i> complicado, uma superfície inadequada, por ser escorregadia, tem uma coloração complicada também, porque à minha mobilidade reduzida se acrescenta a insuficiência visual. Eu não enxergo de um olho, então tenho problemas com contraste. Este é o principal problema. Quando ascendo ao primeiro andar, existe problema com identificação visual. Não é uma barreira arquitetônica, é uma barreira de natureza visual. Bloco J: O elevador nunca me foi possível usá-lo. Fiz algumas tentativas, mas ele estava em manutenção, e mesmo depois de consertado eu não me sinto segura de utilizá-lo	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “A”, 2020, grifo nosso.

<b>Bala II</b>	<p>Eu tenho dificuldade de subir escadas e de ficar muito tempo sentado. Ou de carregar peso e de flexionar a coluna.</p> <p>Já houve situações de eu precisar acessar o piso superior de algum desses blocos e não conseguir. Ter de ligar para alguém, para a pessoa descer para conversar comigo ou assinar algum documento porque eu não podia subir. Ou às vezes eu ser obrigado a subir por necessidade de trabalho e passar depois por problema de saúde, por dores, porque eu subi vários lances de escada, só que o meu corpo hoje não permite mais fazer isso. Só que eu preciso acessar outros prédios que não têm acessibilidade. Às vezes, preciso ir a um prédio que está longe. Então eu tenho que fazer uso do meu próprio carro porque eu não posso caminhar. O Campus de Palmas são quarenta e quatro mil metros quadrados. Então para você sair de um prédio a outro, dependendo, você chega a andar quase um quilômetro. São mil metros de um prédio a outro.</p> <p>As ações são paliativas, porque ela resolve o problema pontual, naquele momento que você está com aquele problema. Mas se você precisar utilizar de outros serviços você fica limitado. A exemplo meu, conseguiram consertar a plataforma de elevação. Quando eu estava doente, antes da cirurgia, a plataforma não funcionava. Então transferiram a minha sala para o térreo. Eu mudei de sala, justamente para não ter que subir escadas. Depois da cirurgia eu precisei voltar ao trabalho, me realocaram para o piso superior, mas consertaram a plataforma.</p>	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “B”, 2020, grifo nosso.
<b>Bloco J; e Outros edifícios</b>	<p>Tem o elevador, mas ele não funciona. Eu trabalho lá há seis anos e olha que o usei pouquíssimas vezes. Eu tenho insegurança exatamente porque ele volta e meia não funciona. Eu prefiro usar as escadas. Na Universidade Federal do Tocantins faltam bancos e mesas para estudar ao ar livre e áreas de convivência e não ter nenhuma sombra durante o dia, além do hall da biblioteca. Ficamos chateados pelas obras sem consulta do prédio da biblioteca, no hall, que eles estão fechando, que era o que usávamos para fazer atividades que atendemos do projeto de extensão, é inaceitável uma coisa dessas, dentro da universidade não ter um espaço com sombra, principalmente na Universidade Federal do Tocantins que fica em Tocantins.</p>	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “C”, 2020.
<b>PPGDR</b>	<p>A maior dificuldade que eu tenho mesmo, quando eu tenho uma crise, é chegar no prédio em que eu trabalho, mas, às vezes, eu tenho que me locomover para outros setores. Do ponto final do ônibus até o prédio onde eu trabalho, tem alguns metros, acho que uns 500 metros de distância. Esse percurso que eu faço a pé do ponto de ônibus até o prédio em que eu trabalho, não tem cobertura para caso de chuva e sol, e não tem calçamento. Então, a única dificuldade que eu tenho para acessar o prédio é essa, porque no campus, do ponto de ônibus ao prédio em que eu trabalho, é linha reta, não tem subida, mas falta essa estrutura: falta calçamento, falta cobertura para chuva e para sol, mas, por exemplo, quando eu tive crise reumática uma vez, eu tive que andar de cadeira de roda. Se eu chegasse hoje com a cadeira de rodas para entrar no meu prédio,</p>	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “D”, 2020, grifo nosso.

	<p>eu teria dificuldade, porque ali não tem aquela rampa de acesso, tem apenas o meio fio e a calçada. Então teria que dar um jeito de subir a cadeira de rodas na calçada, passar por cima do meio fio para poder entrar no prédio. Não tem aquela pequena rampa para cadeira de rodas.</p>	
<b>Bloco J; e Outros edifícios</b>	<p>Tem o problema que tem os elevadores, mas a maior parte do tempo, desde que ele foi inaugurado, esses elevadores não funcionavam. Isso é um problema, inclusive para alunos, que às vezes quebram o pé, alguma coisa assim, temos que mudar a turma toda de sala, porque não tem como subir as escadas. O Bloco J, apesar de ser um prédio mais novo, não foi previsto rampa e ele funcionaria bem se os elevadores funcionassem, se tivesse manutenção. Às vezes até tem uma semana que está funcionando, mas nem ficamos sabendo, porque temos medo de entrar, ter algum problema e depois não ter ninguém para socorrer. Isso é lamentável, porque é um prédio novo e com uma série de problemas já. Nesse período que eu estive com mobilidade reduzida, a sala que estava disponível não tinha os recursos necessários. Por exemplo, eu dava aula com Datashow, não tinha na sala. Eu tinha que carregar o data show. Eu estava gestante e tinha que carregar mais peso. Além do meu computador, ainda tinha que levar o Datashow, ou tinha que buscar, tinha que andar até o local para buscar o Datashow, depois andar até a sala. Aumentava o percurso de deslocamento, porque a sala não tinha o recurso multimídia. Por exemplo, o <i>Datashow</i> fica no Bloco dois, eu tinha de ir buscá-lo e havia vários trechos sem calçada, às vezes com mato alto, aí eu tinha de dar a volta pelo asfalto. Você está gestante e ainda tem de aumentar o percurso. O Bloco dois ainda tem a escada, que também não tem elevador, tinha que subir o lance de escada. Outra questão é que mesmo nos trechos de calçada, às vezes que são aqueles blocos intertravados que estão mal encaixados, ainda corria o risco de virar o pé. Porque ficamos com instabilidade articular. Eu tinha muito esse problema, mesmo andando de tênis ou com sapato baixo, às vezes era ruim. Às vezes eu dava a volta para passar pelo asfalto, para não correr o risco de virar o pé, sofrer uma queda por causa disso.</p>	<p>ENTREVISTA <i>ONLINE</i>, SERVIDOR “E”, 2020, grifo nosso.</p>
Universidade Federal do Tocantins e outros edifícios	<p>O deslocamento é uma dificuldade para mim. Justamente por causa da artrose. Então nós nos deslocamos muito, devido ao nosso trabalho, para fazer oficina nas salas de aula. Então esse deslocamento gera certa dor. A limitação pelas distâncias, um prédio muito distante do outro. Nós temos que transitar por todos eles, e o acesso por escada para mim, é o maior dificultador. As salas de aula, onde o acesso é só por escada, porque lá no bloco três P, que tem, por exemplo, o elevador, eu nunca cheguei lá que ele estivesse funcionando.</p>	<p>ENTREVISTA <i>ONLINE</i>, SERVIDOR “F”, 2020.</p>
<b>Laboratório de Nutrição</b>	<p>As limitações são principalmente em relação aos banheiros e ao mobiliário do prédio porque acho que não são adequados. A questão dos mobiliários eles não atendem a essa necessidade principalmente para quem tem excesso de peso como eu. As carteiras, o lugar em que você chega para sentar, eles não estão adequados para você sentar. Você fica meio receoso de sentar e</p>	<p>ENTREVISTA <i>ONLINE</i>, SERVIDOR “G”, 2020.</p>

	quebrar a cadeira, por exemplo. Então isso gera um desconforto. Eu acho que seria realmente essa necessidade de adequação para todos mesmo.	
<b>Bloco III, 1º andar; e outros edifícios</b>	Precisei andar de cadeira de rodas por determinado período, mas não conseguia dar aula, porque, para você subir sozinho, é complicado, eu teria de ter ajuda de outra pessoa. O tempo que eu estava com os pés engessados, na realidade, eu não podia realmente andar, eu não pude dar aula porque não tinha como entrar com cadeira de rodas no laboratório. Eu precisei ficar seis meses suspensa. Mas depois que eu comecei a andar de cadeira de rodas, lá não tinha condições porque a sala não era adaptada. A universidade, em geral, não é preparada para um cadeirante. Você tem aqueles Laboratórios, os Blocos Um, Dois, Três e Quatro e até Reitoria, você não consegue ir para o segundo andar. Eu tive a sorte de ter o primeiro andar. Nem no P-três, no Bloco J, tem um elevador lá, mas o elevador um dia funciona, o outro não. Já aconteceu de conseguirmos subir, mas teve que descer, e o subir e descer escadas, subir e descer rampa, ainda machuca muito meus pés. Aquela rampa da biblioteca para mim é um ... para eu subir aquilo eu chego lá em cima e meu pé está desse tamanho, é com muita dor. Contudo, se eu parar meu carro na frente do meu laboratório, na frente do Bloco Três, para eu poder subir de cadeira de roda eu teria que dar uma volta enorme, porque ali só tem uma escada.	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “H”, 2020, grifo nosso.
<b>Bloco II, 1º andar; Bloco J</b>	Então não está adaptado ainda às novas realidades de acessibilidade. Então o que foi feito há poucos anos, fizeram alguns remendos talvez, alguns acessos. Mas fica muito distante. Só escadas não tem um acesso mais tranquilo. Tem que subir degraus para poder chegar a trabalhar. Sobrepeso. Eu já vi professores também com sobrepeso que sofrem muitas vezes para subir se tem alguma deficiência na perna ou que...Porque se quiser, por exemplo, a pessoa atender outro colega que tenha problemas de acessibilidade não pode ir porque não tem acesso ao segundo andar com cadeira de rodas, por exemplo. Não teria. Já no J, por exemplo, eu já tive problemas com aluna que estava recém-operada ou grávidas. E eu tinha aulas no terceiro andar. Acho que no terceiro. Aí tive problemas por causa disso. Até solicitei a coordenação do curso para ver se trocava a sala com outro professor. E às vezes se torna difícil você mudar a sala entre professores. Não tinha esse acesso. Então são problemas. Mesmo talvez tendo, diz que tem, eu nunca vi isso, tem elevador no Bloco J. Mas parece que às vezes funciona, às vezes não funciona. Não sei.	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “I”, 2020, grifo nosso.
<b>Bloco II, 1º andar</b>	Os blocos não têm rampas, para quem tem mobilidade reduzida. Não tem rampa nem para ter acesso ao vão principal, quanto para subir aos andares de cima. A sala não tem cadeira especial, móveis, nada adaptado. Tudo é como se fosse para uma pessoa normal. A única coisa que para mim não seria interessante, é o uso contínuo de telefone. Porque afeta minha audição. Hoje não tenho muitas dificuldades, porque hoje meu	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “J”, 2020, grifo nosso.



	trabalho é mais e-mail. Hoje eu trabalho 90 por cento em e-mail, WhatsApp, celular.	
<b>Laboratório de Fitoterapia e outros edifícios</b>	A maior dificuldade era a escada, se fosse outro tipo de escada que não fosse tão íngreme, se fosse mais rebaixada, menos inclinada, talvez eu conseguiria subir e descer com maior facilidade, mas sabemos que não é uma coisa fácil também. Eu uso o <b>bloco J</b> , fui lá umas duas vezes quando estava grávida e eu fui subindo a escada, bem complicado para mim também, foi assim subia um degrau parava um pouquinho, subia outro parava um pouquinho para poder respirar, porque era assim para poder subir e descer ela. Foi assim, por isso que eu não sei falar, acho que não estava funcionando porque eu vi todo mundo usando a escada.	ENTREVISTA <i>ONLINE</i> , SERVIDOR “K”, 2020, grifo nosso.

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos servidores, em praticamente todas, foi citado o elevador como um dos principais problemas de acesso no Bloco J, nos Blocos I, II e III a restrição apontada foi a falta de rampas de acesso em frente a estes blocos, exceto nos Blocos I e IV em que há rampas, embora inadequadas e longe do acesso aos estacionamentos.

O estacionamento também não apresenta guias rebaixadas para dar acesso à entrada aos prédios recém-referidos, sendo necessário contornar os Blocos I e IV para acessá-los. Além disso, há falta de manutenção e conservação das boas condições dos pisos, de forma geral; nas calçadas, existem degraus, ausência de rebaixamentos de meio fio adequados; há falta de adequação ergonômica de mobiliário, a exemplo: de cadeiras, como citado pelo servidor (G); há falta de sinalização visual e inexistem áreas que estimulem a interação social entre os usuários, como citado pelo servidor (C).

Nesse contexto, na entrevista foi perguntado o que proporcionaria melhores condições de trabalho, seja no edifício de uso ou no espaço físico da Universidade Federal do Tocantins. O resultado deu origem à categoria a seguir.

### 5.3.3 Subcategoria 3: Melhorias que promoveriam mais satisfação.

A QVT tem sido entendida como a aplicação concreta de uma filosofia humanista, visando alterar aspectos do e no trabalho, a fim de criar uma situação mais favorável à satisfação das necessidades e ao aumento da produtividade organizacional (KUROGI, 2008, p.54). Nesse sentido, da situação mais favorável ao servidor, expõem-se os aspectos de melhorias esperadas pelos servidores no espaço físico, a seguir:

Se nós tivéssemos uma melhoria com o elevador estaria resolvido. Ele precisa parecer seguro, ter iluminação, conforto interno, e ser higienizado. Eu não uso porque ele parece uma sucata. No Bloco J, o atendimento da NBR já estaria OK (SERVIDOR “A”);

No caso, seria a substituição dessa plataforma por um elevador automatizado e construção de rampas de acesso também. E questão de mobília, nem todas as cadeiras são reguladas para a altura (SERVIDOR “B”);

Essa do elevador seria uma melhoria significativa que, para o meu caso, já seria suficiente. Em relação a conforto, eu colocaria mais áreas cobertas na Universidade Federal do Tocantins (SERVIDOR “C”);

Um setor específico, um balcão ou um protocolo em que os servidores que tivessem dificuldade de locomoção pudessem ir lá levar o documento para protocolar, e esse setor específico poderia levar ao destino final esse material (SERVIDOR “D”);

Esse período de restrição de mobilidade seria em relação à calçada, manutenção das vias, já existentes, de acesso, importante durante todo o período. Não adianta fazer a rampa uma vez e abandoná-la. Muitas vezes alguns dos problemas que observamos são pela falta de manutenção (SERVIDOR “E”);

Seria você ter outra forma de acessar os andares elevados, que não por escada (SERVIDOR “F”);

Seria um ajuste no tamanho dessas cabines do banheiro. E com relação ao mobiliário, são as carteiras das salas de aula. Elas não têm um ajuste de tamanho no braço da cadeira (SERVIDOR “G”);

A questão da rampa. No estacionamento dos Blocos I, II e III, a rampa das extremidades fica longe. A forma do piso precisa ser pensada, ou seja, os bloquetes. Arrumar os degraus, a princípio, teríamos de ter blocos por andar; pelo menos dois elevadores, pois se um estiver quebrado, o outro estará funcionando. Ficar só com um elevador é muito complicado (SERVIDOR “H”);

Ter salas no térreo, por exemplo. Teria de ter outro espaço para os professores que têm problemas de mobilidade, com melhor acesso (SERVIDOR “I”);

Penso que uma rampa seria mais interessante do que escada. Com aquela proteção, acho que seria o adequado, em toda a Universidade Federal do Tocantins. Eu preferia não ter de subir escada todo dia e ficar em baixo em algum lugar (SERVIDOR “J”);

A escada, se ela fosse doutro tipo, não tão íngreme, mais rebaixada, talvez eu conseguisse descer e subir com mais facilidade. Um acesso melhor para a Fazendinha (restaurante), mais reto, uma calçadinha que todo mundo pudesse ter acesso (SERVIDOR “K”).

A percepção dos servidores está relacionada à acessibilidade físico-espacial no trabalho e são fatores importantes para o melhor desempenho e desenvolvimento humano no ambiente. Mudanças das condições físico-espaciais no trabalho são fatores imprescindíveis e contribuem para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar no âmbito do Câmpus Palmas.

A resposta à pergunta: Dos edifícios públicos em uso, os quais você percorre? São satisfatórios e agradáveis para o exercício de seu trabalho como servidor? Dos 11 servidores entrevistados, todos apresentaram descontentamento com o espaço físico da Universidade Federal do Tocantins, considerando-o insatisfatório quanto ao seu edifício de trabalho, bem como noutros edifícios, e o espaço físico percorrido no Câmpus para o exercício do trabalho restringia seu acesso, como se evidencia pelas respostas a seguir elencadas:

A minha resposta é não. Ele não é agradável, porque eles são sujos, tem desordem, existem depósitos de materiais nos saguões. Por exemplo: as bombonas de água que ficam atiradas, tem mobiliário velho, que atrapalha o processo de acesso, as plantas que deveriam deixar o ambiente mais agradável estão normalmente murchas ou velhas e sem cuidado, então é muito desagradável, o que melhoraria é corrigir estes aspectos que acabei de colocar porque eles são fundamentalmente estéticos e existe obra de engenharia que poderia ser feita. Não é uma questão de segurança **é uma questão de bem-estar** (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR A, 2020, grifo nosso).

Totalmente inadequados. A falta de rampa, a falta de acessibilidade. Nos estacionamentos não tem acessibilidade, se tivesse um cadeirante entre os servidores seria um Deus nos acuda. As únicas rampas que têm são na entrada do Bala I, II e só. Nos outros, são totalmente inadequados. **Quem projetou não teve esse olhar.** É, da biblioteca, **mas está faltando muito ainda, nós não podemos nos conformar com pouco** (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR J, 2020, grifo nosso).

A resposta é não. Porque como eu trabalho no Câmpus Palmas e a natureza do meu trabalho é uma natureza móvel, não trabalho somente com o que acontece no meu espaço físico, então eu preciso visitar outros setores, eu preciso participar de reuniões, eu preciso às vezes levar processos para outros blocos. E nem todos os blocos da universidade são adequados e tem acessibilidade, a exemplo dos blocos I, II e III, o piso superior é acessível somente através de escadas. Não tem nem plataforma de elevação, nem elevador, nem rampa (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR B, 2020, grifo nosso).

#### 5.4 Categoria 4: Percepção do servidor resultante da relação com o espaço físico

Para um ambiente alcançar o status de agradável e cômodo, existem alguns princípios a considerar. Cambiaghi (2017) afirma que esse ambiente deve possibilitar a chegada a todos os lugares, até mesmo aos edifícios públicos e privados, bem como à sua entrada e à utilização de todas as instalações e espaços externos em que as pessoas estão inseridas, pois há relação de funcionalidade, acessibilidade, circulação, utilização, orientação e segurança, princípios estes

que, em consonância com a manutenção da autonomia e da segurança do usuário, assegurarão a mobilidade e o pleno uso do ambiente.

O servidor com deficiência participante desta pesquisa apontou que sua experiência com o espaço físico foi muito ruim, porque o seu local de trabalho não era apropriado para o exercício de suas atividades, disse ele: “Eu trabalhava em um espaço horrível, cheio de coisas, depois dessa reforma melhorou um pouco, mas foi uma luta de quatro anos falando a mesma coisa. A ideia foi sempre esperar, ninguém nunca procurou uma alternativa. Nós, às vezes, como servidores, sentimo-nos meio abandonados, não temos voz e vamos meio que aceitando as coisas que não são para serem aceitas” (SERVIDOR J).

Os servidores com mobilidade reduzida mencionam a falta de cuidado para com o espaço físico que ocupam, no sentido de que esse ambiente pode ser plenamente adaptado para atender a todas as pessoas e buscar melhorias para que isso aconteça e não gere restrições. Segundo o servidor (D), “é muito importante a gestão ter um olhar atento sobre isso, porque muitos podem estar lotados em locais que lhes dificulte acessar o prédio, acessar outro setor que tenham de ir de vez em quando realizar um trabalho”.

De acordo com Critelli, habitar o mundo é sempre habitar um modo de se habitar o mundo,

[...] os modos de habitar o mundo com-os-outros estão inscritos nos signos e são estes modos que perfazem o que podemos chamar de **significação**. As coisas não são simples coisas, mas a objetivação de modos de ser. Simultâneo à significação de tudo o que há, constitui-se e desenvolve-se o sentido de ser. **O sentido de ser – o rumo do ser- expressa-se como um modo de cuidar dos modos de se cuidar da vida**. Vejamos: habitar o mundo e construí-lo, preservar a vida biológica e atender às suas necessidades, tratar de ser si mesmo em sua singularidade e pluralidade é o que ontologicamente podemos chamar, de cuidado. **Cuidando de existir**, os homens, então tomam para seu cuidado tudo o que pertence à existência: o mundo, as coisas do mundo, os outros homens, si mesmos (CRITELLI, 2006, p. 132, grifo nosso).

Portanto, habitar um lugar, seja o espaço físico público ou privado ele deve ser adequado a todos, no sentido de preservar o cuidado da vida, a fim de atender às variadas necessidades daqueles que o habitam; constitui o sentimento de pertencimento e objetiva o modo de ser, de sentir, de se encontrar, de viver ao desvelar todo seu significado.

#### **5.4.1 Subcategoria 1: Percepção sobre acessibilidade e observações sobre a gestão do Câmpus Palmas**

Sobre a acessibilidade foi perguntado aos servidores: O que você entende por acessibilidade? As respostas obtidas foram sintetizadas, a seguir:

- É a capacidade que prédios e outros locais ou outros instrumentos têm de atender a singularidades de cada sujeito (SERVIDOR “A”).

- Uma forma de dar acesso a todas e quaisquer pessoas que tenham alguma dificuldade de locomoção (SERVIDOR “B”).

- São as condições do espaço em promover o acesso, deslocamento e utilização para todas as pessoas (SERVIDOR “C”).

- É o direito que as pessoas têm de ir e vir, de acessar qualquer local que desejam. Se eu não consigo acessar um local em que desejo ir, não vou ter acessibilidade. Isso está tolhendo o meu direito constitucional, o de ir e vir, de entrar em qualquer lugar, qualquer ambiente que eu deseje (SERVIDOR “D”).

- É você ter condição de acesso à atividade que deseja realizar. Isso vai englobar várias coisas. Por exemplo, hoje estamos vivendo um momento que acessibilidade a algumas atividades significa você ter internet. Podemos trabalhar com essa questão em relação ao deslocamento, mas imagino que seja também o de ter os recursos disponíveis de acordo com as suas necessidades físicas e sociais, para conseguir realizar aquela atividade desejada. (SERVIDOR “E”).

- É a possibilidade de as pessoas transitarem, sem se sentirem fisicamente incomodadas. Conseguir chegar aos lugares sem sentir dor (SERVIDOR “F”).

- É eu poder me locomover, ir e vir, sem, de repente, ter a necessidade da ajuda de alguém ou de algum instrumento que faça com que eu consiga sair de um ponto a outro. Eu acho que ser acessível é isso. É ter essa independência e autonomia de movimento sem ter ajuda de pessoas ou equipamentos ou instrumentos, enfim... (SERVIDOR “G”).

- Seria acesso a todos, independentemente de suas dificuldades (SERVIDOR “H”).

- Uma proteção para uma pessoa que tenha alguma deficiência. Ter um acesso mais adequado a algum ambiente de trabalho, ambiente de lazer. Algum tipo de acesso livre, desimpedido para as pessoas (SERVIDOR “I”).

- É a iniciação de quem tem alguma limitação. Ele precisa ser equiparado a uma pessoa normal. Um cadeirante ter a possibilidade de pegar um ônibus sozinho, de ir ao cinema, de ter uma vida normal como outro qualquer (SERVIDOR “J”).

- É a pessoa conseguir se locomover, ir ao ambiente de que necessita ir, igual a outras pessoas, sem precisar de muito auxílio, da ajuda de outra pessoa para conseguir aquilo ali. A pessoa ter independência, ir e vir do jeito que ela puder, mas sozinha e não ficar na dependência de outros (SERVIDOR K).

Para os servidores respondentes, a acessibilidade é a capacidade de edifícios e de espaços proporcionar o acesso a todas as pessoas, considerando o direito de ir e vir, sendo necessário que tenham autonomia para se movimentar sem a ajuda de ninguém, dando a possibilidade de qualquer pessoa ter uma vida normal, como qualquer outra, uma vez que o ambiente ou outros instrumentos encontrem-se desimpedidos de restrições ou dificuldades para que possam se locomover, podendo atender às singularidades de cada sujeito (UFT, SERVIDOR, de A a K, 2020).

Nesse sentido, buscou-se sintetizar alguns apontamentos feitos pelos servidores, à medida que foram identificados, tais aspectos estão descritos abaixo:

**Quadro 13** – Sugestões dos servidores à gestão do Câmpus Palmas, relacionados à acessibilidade.

GESTÃO DO CÂMPUS PALMAS		
Servidor	Observação/Sugestão dos Servidores	Fatos realizados pela gestão
A	Essa questão de natureza estética e de má utilização, isso é problema de gestão. Qualquer criatura que passe ali, o profissional responsável pela manutenção do prédio tem que dizer: "Olha, não pode. Esses equipamentos não podem ficar aqui".	Não houve fatos pontuais citados pelo servidor.
B	Estão fazendo ações paliativas. Por exemplo, se um aluno e um servidor trabalham em um edifício que não tem elevador e ele está no piso superior, então eles transferem a sala dele para o térreo para que ele não tenha dificuldade. A parte da autonomia, é uma parte que, infelizmente, não está em nossas mãos. Está na mão da gestão, está na mão de obras dos engenheiros. E nós ficamos um pouco reféns.	Conseguiram arrumar a plataforma (Bala II) para eu poder trabalhar. Mas outras questões poderiam ser melhoradas em relação ao acesso de outras pessoas.
C	Mesmo antes da pandemia já havia uma limitação de recursos, e, agora, cada vez mais. Acho que dá para resolver problemas, de acessibilidade, inclusive, tendo um pouco de criatividade e empatia com o próximo. Por isso, penso que criatividade pode ser uma boa palavra por esses motivos, de que com criatividade conseguimos fazer as coisas que queremos mesmo sem recursos.	Não houve fatos pontuais citados pelo servidor.
D	Eu percebo que há um esforço do lado da gestão de promover melhorias na acessibilidade, mas eu não me sinto incluído nessa discussão porque eu nunca fui incluído, nunca me procuraram, nunca fizeram esse levantamento de saber quais são os servidores que tem dificuldade de	Não houve fatos pontuais citados.

	<p>locomoção. Então não me sinto incluído e parte desse processo, mas eu vejo que há uma boa intenção de realizar melhorias, mas eu penso que, para realizar essas melhorias, para que elas sejam efetivadas e possam contemplar a todos, é necessário ouvir toda a comunidade acadêmica que tenha dificuldade de locomoção.</p>	
E	<p>Eu acho que uma sugestão seria justamente essa da informação. Disponibilizar os canais de comunicação, para nós sabermos onde procurar, quem procurar. Acho que seria isso mesmo. Talvez eu tenha deixado passar algum suporte, alguma coisa que eu poderia ter tido do setor por desconhecimento. É um tema muito relevante, que a universidade precisa dar mais atenção. Como eu falei, teve essa discussão, eu sei que existe uma preocupação, mas como isso se desdobrou em ações? Como que está o atendimento às pessoas que continuam com necessidades de alguma atenção especial de acessibilidade. Eu não tenho essa informação, então eu sei que existe essa preocupação, mas o que está sendo feito talvez pudesse ser melhor divulgado.</p>	<p>Bom, a universidade conseguiu resolver a minha demanda no período, com a mudança de sala, houve uma preocupação. Eu procurei primeiro a coordenação, a coordenação procurou o setor de reserva de salas, houve essa preocupação.</p>
F	<p>Nós somos muito invisibilizados. Principalmente quem não entra como deficiente. O servidor, que já declara que é deficiente, acho que ele fica mais visível, eu acho, não sei. Mas no caso servidor, que tem uma outra limitação, acho que fica mais invisibilizado.</p>	<p>Não houve fatos pontuais citados.</p>
G	<p>Falta um pouco mais de divulgação das coisas. Porque a não ser que você tenha uma necessidade muito grande e corra atrás de resolver o seu problema, muitas vezes essas informações não chegam até o servidor. Então talvez precisasse, um pouco mais de deixar mais transparente isso que na universidade existe essas políticas e o que elas atendem, quais seus objetivos, suas finalidades e fazer com que a comunidade da universidade fique sabendo dessas coisas.</p>	<p>Não houve fatos pontuais citados.</p>
H	<p>A universidade não está preparada para atender a todos. Eles se preocuparam um pouco em colocar umas rampas, mas a rampa não é suficiente. Salvo engano, em alguns lugares tem piso tátil, mas também não é na universidade como um todo. Para, realmente, a universidade ter uma acessibilidade, uma inclusão social cem por cento, teria que mudar muita coisa na universidade. Para isso, nós teríamos que ter algum gestor que queira fazer isso. Não só o fato de querer, mas poder também.</p>	<p>Não houve fatos pontuais citados.</p>
I	<p>Talvez trabalhar com a direção do Campus em uma forma mais estreita. Ver de que maneira poderia estar ajudando os Recursos Humanos, à Direção a dar uma visualização de</p>	<p>Não houve fatos pontuais citados.</p>



	melhorar as condições de trabalho tanto dos professores com deficiência fisiológica, física. Então seria trabalhar mais junto. Recursos Humanos com a Direção do Câmpus para poder melhorar essas condições de trabalho dos professores que têm problemas de acessibilidade.	
J	Acho que eles deviam acompanhar mais de perto um profissional. Saber da nossa necessidade, saber da nossa limitação, saber como anda o nosso trabalho, ver o nosso ambiente de trabalho. Eu tenho deficiência auditiva. Eu posso atender telefone? Quando evitar? Eu acho que esse acompanhamento mais de perto. Esse apoio, suporte que nós não temos.	Não houve fatos pontuais citados.
K	Eu faria uma estradinha ali, um local mais acessível para a fazendinha. Eu acho que é até um pouco arriscado porque tem bicho, tem formiga, pode ter escorpião, pode ter tudo no chão ali. Eu acho que se eles fizessem um acesso mais reto, uma calçadinha que todo mundo pudesse usar aquele acesso ali acho que ficaria bem legal, porque é um ambiente que querendo ou não usamos bastante.	Não houve fatos pontuais citados.

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

Dentre as observações e sugestões dos servidores, depreende-se que há falta de uma integração social na organização de trabalho para que haja melhor qualidade de vida. Para (Walton 1973, apud Kurogi, 2008, p.59), a integração é considerada boa quando houver um clima de trabalho no qual o trabalhador seja aceito, seja tratado com igualdade de relação aos seus colegas de trabalho, obtenha o apoio do grupo e compartilhe sentimentos e ideias. Por isso, vale destacar que os ideais aqui demonstrados são percepções dos servidores que buscam ser ouvidos, quanto às suas dificuldades e necessidades, bem como de se sentirem pertencentes nesse espaço físico, sendo atendidas suas necessidades de comunicação quanto às divulgações de informações, seja de orientação espacial, como de informações de setores para eficácia do trabalho, meios que facilitem as condições de trabalho em inúmeros aspectos, seja estético, para melhorias da acessibilidade física e conseqüentemente atitudinais.

Assim sendo, o servidor B, sugeriu que,

para garantir a acessibilidade universal, a todos de qualquer forma e de qualquer natureza e aspecto, seja deficiência ou mobilidade, o caminho seria inverso, o que seria criar uma política de assistência que fosse tanto voltada a adequação dos ambientes já existentes, seja ele prédio, refeitório, ou ruas ou estacionamentos ou

passarelas, mas também pensar numa política de construção de novos ambientes, porque senão nós vamos voltar ao mesmo problema daqui dois, cinco anos, porque não para de construir. Aí vão se construir novos prédios e vão construir novas ruas, novos estacionamentos, novas passarelas sem acessibilidade para depois ter que fazer adequação, que é hoje o caminho que a universidade está seguindo constantemente, de estar só remendando os problemas e não pensando em resolvê-los para efeitos futuros (ENTREVISTA PELO GOOGLE MEET, SERVIDOR B, 2020).

#### 5.4.2. Subcategoria 2: Observações dos servidores referentes à Coordenação de Gestão de pessoas e Setor de Acessibilidade do Câmpus Palmas.

Nessa categoria foram realizadas quatro perguntas aos servidores:

1. Se consideravam que a Coordenação de Gestão de Pessoas tem auxiliado para integrá-los no ambiente de trabalho;
2. Se há percepção acerca da política institucional voltada ao servidor, diante de sua singularidade e especificidades;
3. Se conheciam o Setor de Acessibilidade do Câmpus Palmas; e
4. Se compreendiam qual função e que auxílio ou atendimento exercem diante dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida.

As respostas foram sintetizadas e identificadas no quadro abaixo:

**Quadro 14** – Observações de conhecimento dos servidores sobre os setores

Servidor	Coordenação de Gestão de Pessoas	Políticas institucionais voltadas ao servidor	Setor de acessibilidade
A	Plenamente, com relação a acessibilidade de natureza atitudinal, psicológica colaboração em termos de execução e de outros trabalhos.	Políticas institucionais em relação ao aluno conheço, mas com relação aos servidores desconheço.	Conheço o setor de acessibilidade, mas sua atuação é só para discentes.
B	Não. Percebo que esperam ser provocados para que se busque solução.	Os gestores, eles estão pouco a pouco se preocupando e tomando medidas para melhorar, mas o lado do aluno	Conheço o setor mais como uma política de assistência ao aluno e não ao servidor
C	Não. Quando entrei na Universidade Federal do Tocantins não houve um acolhimento padrão nem por parte da coordenação da época e nem por parte do RH. Me senti perdida com informações descentralizadas.	Eu nunca vi um projeto sobre isso.	Nem sabia que existia, mas não sei o que exatamente produz.

D	Não consigo responder em sua plenitude.	Há um esforço por parte da gestão de promover melhorias, mas eu não me sinto incluído nessa discussão e nunca fui incluído.	Não conheço
E	Talvez eu não tenha procurado tanto esse apoio.	Eu sinto falta na Universidade Federal do Tocantins é ter um pouco mais de acesso à informação do que pode ser feito em cada situação.	Não. Não Conheci. Eu conheci algumas pessoas que estavam começando a fazer alguns esforços. A inclusão, ao aluno.
F	Sim, no sentido das ações que eles fazem, não na questão de mobilidade, mas da integração para as datas comemorativas.	Não há políticas voltadas ao servidor nós somos muito inviabilizados.	Sim conheço. O setor de acessibilidade é voltado para os estudantes, e não, a servidores.
G	Sim. Em ações pontuais eu consigo enxergar, como a questão das comemorações.	A maior dificuldade é ter acesso às informações que existem e para que elas servem.	Não. E não sei qual sua função.
H	Sim.	Nós teríamos que ter algum gestor que queira fazer isso.	Não. Nem sabia que tinha. Nunca nem soube ninguém comentou comigo. É uma diretoria, deve ser, não é?
I	Sim. No sentido de melhorar a capacidade na promoção de treinamentos.	A política da universidade tem que melhorar as condições de trabalho dos professores a adaptar as novas exigências de acessibilidade.	Não conheço. Desconheço qual a sua função, auxílio e atendimento fazem.
J	Não. Nunca, em nenhum momento. Eu nunca tive essa oportunidade. Como PcD não tive esse apoio.	Nós precisamos ser acompanhados, ter feedback, ter essa linha direta. Eu nunca tive isso nem na Universidade Federal do Tocantins, nem noutro órgão público em que trabalhei.	Não conheço e nem sabia que existia esse setor.
K	Sim. Elas fazem bastante o papel delas não tenho problema com isso.	Não está sendo efetiva 100%, mas eu sei que tem uma política, só não sei como está essa questão.	Não sei. Sei que tem o setor, mas não sei onde é a sala, bloco, ramal...

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

Conforme o Quadro 14, identificou-se que seis dos servidores consideraram estar plenamente atendidos pela Coordenação de Gestão de Pessoas, tendo sido atendidos os propósitos de integração no ambiente de trabalho no sentido de questões de natureza psicológica, atitudinal e execução de trabalhos realizados, ações de integração em datas comemorativas, auxílio em questões pontuais do servidor e no desenvolvimento de treinamentos para melhorar a capacidade do servidor. No entanto, 3 observaram que não houve integração ou auxílio para suas demandas, um destes servidores com deficiência auditiva disse: *“Acho que eles deveriam acompanhar mais de perto um profissional e saber da nossa necessidade, limitação. Será se posso atender telefone? Quando evitar? Ter esse acompanhamento mais de perto”*, enquanto os outros, por questões de natureza que envolvem a satisfação, como a de acolhimento padrão ao chegar à Universidade Federal do Tocantins, e informações centralizadas sobre setores, de como chegar e onde procurar, como também sobre ações que envolvam a qualidade de vida no trabalho, como atividades físicas laborais, foram pontos negativos que os servidores consideraram não estar integrados. Os outros 2 servidores se sentiram indiferentes sobre o assunto, colocaram que podem não ter buscado esse apoio.

Vale destacar que da grande maioria dos servidores entrevistados com deficiência e mobilidade reduzida, 8 não conhecem o setor de acessibilidade e desconhecem sua função e atendimento. Enquanto outros 3 conhecem o setor e afirmam que sua atuação acerca da acessibilidade diz respeito à assistência dos discentes no âmbito do Câmpus Palmas.

Nesse contexto, algumas sugestões foram propostas pelos servidores participantes à Coordenação de Gestão de Pessoas, como meio de se sentirem integrados no ambiente de trabalho, a fim de esta os apoiar, pois tais maneiras os auxiliariam a desempenhar melhor suas atividades, conforme descrito abaixo:

O Recursos Humanos poderia, se tivesse as ferramentas e se tivesse também o apoio da gestão trabalhar esse aspecto de buscar qualidade de vida através dessas atividades físicas laborais e também, através de um espaço próprio aos servidores estarem descansando e relaxando um pouco o corpo para evitar problemas de estresse (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR B, 2020).

Deveria mapear, procurar saber quem são esses servidores e, segundo tentar promover algumas reuniões para ouvi-los, saber quais são as demandas que eles necessitam. Uma vez fazendo isso eu acho que é um passo importante para que essa discussão possa crescer no câmpus e que, dessa forma, os gestores poderão identificar as demandas necessárias desse grupo de pessoas para poder realizar as obras necessárias para prestação de um serviço melhor e de qualidade para todos que acessam o câmpus (ENTREVISTA *online*, SERVIDOR D, 2020).

Disponibilizar os canais de comunicação para nós sabermos onde procurar, quem procurar. Acho que seria isso mesmo. Talvez eu tenha deixado passar algum suporte,

alguma coisa que eu poderia ter tido do setor por desconhecimento (ENTREVISTA online, SERVIDOR E, 2020, grifo nosso).

É possível inferir que Gestão de Pessoas e Acessibilidade no âmbito do Câmpus merece atenção relativamente às funções e às atribuições.

### 5.5 Categoria 5: Poema dos Desejos

Este instrumento chamado Poema dos Desejos ou *Wish Poem* foi desenvolvido por Henry Sanoff dentro de um conjunto de instrumentos para uma Avaliação Pós-Ocupação em escolas, sendo inicialmente usado com a expressão “I wish my school...” (“Eu desejo que minha escola...”), tal expressão no Brasil extrapolou o ambiente escolar, adaptando-se para outros tipos de ocupação de edificações (ONO et al., 2018).

Segundo Reingantz (2009, p.13), “permite que os usuários de determinado ambiente declarem, por meio de um conjunto de sentenças escritas ou de desenhos, suas necessidades, sentimentos e desejos relativos ao edifício ou ambiente analisado”, o que se baseia nas expectativas dos usuários.

A aplicação desse instrumento foi realizada com os servidores ao final das entrevistas, e a frase utilizada foi adaptada para “EU DESEJO QUE MINHA UNIVERSIDADE...”, tais respostas foram desenvolvidas pelo desenvolvedor do *Word* em suplementos, e usado o sistema *Pro Word Cloud*, que gerou os resultados, conforme a apresentação visual do gráfico em nuvem, onde consta a frequência que as palavras foram ditas, observou-se que a palavra “que” foi a mais repetida, o que gerou diferentes funções sintáticas ou realce para outras palavras.

**Figura 69** – Poema dos Desejos dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida: palavras em nuvens



Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, agosto de 2020.

Pelas palavras criadas em nuvem, algumas frases expressas pelos servidores foram relacionadas, pois revelam desejos, emoções, percepções manifestadas cheias de significados e sentidos de grande importância para eles, reveladas de modo singular, pois, se adequadas, lhes possibilita o reconhecimento de condições humanas dignas, o que lhes permite melhor qualidade de vida no trabalho, condizente com aquilo o esperado pelos usuários (servidores), como a seguir relatam:

Servidor A: Seja esteticamente mais bonita, **que** tenha mais cuidado com higiene, **que** dê atenção aos pequenos detalhes **que** deem segurança visual, especialmente. E **que** tenha corrigido os problemas arquitetônicos **que** constroem as pessoas na utilização dos banheiros, especialmente dos sanitários femininos.

Servidor B: Tenha acessibilidade e **que** proporcione felicidade para quem trabalhe lá.

Servidor D: **Que** a minha Universidade tenha acessibilidade para todos.

Servidor E: Consiga incluir todos aqueles **que** precisam dos seus serviços. **Que** ela possa atender bem alunos, professores, servidores em geral e a comunidade externa, sem barreiras.

Servidor F: Seja um ambiente agradável e acolhedor a todos (Entrevistas pelo Google Meet, Poema dos Desejos, 2020, grifo nosso).

Critelli acredita que “este sentido da existência vai impulsionando e pressionando toda a mundanização de nosso mundo, toda a ambientação de nosso lugar de vida, nosso trabalho, nosso fazer, nossos “habitats” (2006, p. 108).

## 6 RESULTADOS:

### 6.1 Diagnósticos

A partir da análise dos trechos indicados (Figura 6) dos espaços físicos analisados, foi possível descrever a situação física dos Edifícios em uso pelo percurso observacional feito em cada um deles, cuja observação e quantificação dos dados se deram por meio da Planilha de Avaliação de Acessibilidade do Conselho Nacional do Ministério Público; por isso, a partir desta planilha, a pesquisadora criou os quadros de descrições dos trechos, a fim de demonstrar como se encontrava a situação dos edifícios e quais as recomendações exigidas pelas Normas Técnicas Brasileiras, como a NBR 9.050, de 2020, e a NBR 16.537, de 2016, dentre outras citadas, com o intuito de indicar o que atende, ou não, as normas e as legislações de acessibilidade vigentes, levando em consideração a possibilidade de adequação no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, uma vez entendidas as necessidades dos usuários servidores, até mesmo os com deficiência e mobilidade reduzida, a partir das entrevistas realizadas.

Nos Trechos de A a D, observados, ficaram evidentes maiores deficiências no que se referem aos critérios de orientação espacial, deslocamento, comunicação, tornando restrito o uso de alguns edifícios, principalmente naqueles em que o acesso ao pavimento superior se dá apenas por escadas, como ocorre nos Blocos I, II e III (Trecho C), Bala 1 (Trecho A), podendo serem citados outros, caso aconteça de o elevador ou de a plataforma elevatória não funcionarem em perfeitas condições, como no caso do (Bala 2 e Bloco J). Portanto, itens de sinalização e de comunicação são fatores muito importantes e necessários para estabelecer, de forma independente, segura e confortável, o acesso a todas as áreas de uso comum do Câmpus Palmas; notadamente são fatores que apresentam barreiras físicas devido à falta de manutenção, especificação de materiais inadequados, como, por exemplo, a cor de contraste do piso tátil de alerta e direcional e o piso intertravado adjacente escolhido, porque ambos não atendem às necessidades de quem realmente necessita usá-los; a falta de materiais, como piso tátil e direcional em todas as calçadas; a falta de cobertura na circulação das calçadas para ir de um edifício a outro, dentre outros elementos, pois basta caminhar pelo Câmpus Palmas para perceber as barreiras existentes.

Nesse sentido, a comunicação e a falta de atendimento às necessidades e às especificidades das pessoas tornam as condições existentes inadequadas no âmbito de uma Instituição Pública, de caráter educacional. Isso faz com que essa relação se torne um ponto negativo, quando as questões de acessibilidade não são observadas de forma recorrente,



causando problemas de acessibilidade atitudinal, sendo insuficiente manter apenas a qualidade dos edifícios em uso, levando a crer a necessidade de respaldo dos gestores para implementação efetiva das condições mais favoráveis ao alcance inclusivo à maioria dos servidores sem e com deficiência, sob o ponto de vista do desenvolvimento humano, cujos critérios dão o sentido de satisfação, bem-estar e saúde para melhor servir a comunidade em geral, sendo este o objetivo precípua de qualquer órgão público.

Desse modo, os métodos utilizados indicaram, por meio do questionário, que 63,7% dos servidores estavam insatisfeitos, quanto à informação e localização dos setores, além de que 60,7% não possuíam segurança no deslocamento por escadas, elevadores, calçadas, rampas e acesso aos edifícios; por isso, 56%, equivalentes a 127 participantes, se viram não incluídos e integrados no ambiente de trabalho, revelando que 53,9% (123) estão insatisfeitos com a qualidade do espaço físico do referido Câmpus, o que mostrou que 52% dos servidores estão insatisfeitos com o uso e a acessibilidade dos banheiros. Evidente, pois, pela condição do item analisado nos Blocos I, II e III, não terem apresentado banheiros que atendam aos servidores com deficiência e mobilidade reduzida, essencial para que todos sejam tratados de forma igualitária e de acordo com as legislações vigentes de acessibilidade.

Quanto aos banheiros dos outros edifícios analisados, verificou-se necessário realizar adequações para atendimento da NBR 9.050, de 2020, conforme as descrições realizadas nos Quadros de 1 a 4, além de 50,5% estarem insatisfeitos com o uso do elevador e 21,1% com programas que possam realizar a inclusão desses servidores, até mesmo os com deficiência e mobilidade reduzida.

Nas entrevistas, verificou-se que os problemas expostos pelos servidores detinham a mesma realidade disposta no grau de insatisfação dos critérios apresentados no questionário, confirmando, assim, os principais problemas em relação aos itens avaliados, uma vez que os servidores também expuseram os fatores que lhes trariam mais satisfação no âmbito do espaço físico de trabalho ocupado no Câmpus Palmas, desde que fossem realizadas melhorias nos elevadores, banheiros mais adequados para atender às necessidades de todos; melhorias nas calçadas, nas áreas de convivência sombreadas, na cobertura de proteção da chuva e do sol para percorrer entre os edifícios; melhorias nas rampas que dão acesso aos edifícios, sinalização nas escadas; possibilidade de acabar com os desníveis; retirada de obstáculos que estejam dispostos pelos corredores, como galões de água, mobiliários em desuso ou outros objetos, o que tornaria o ambiente esteticamente mais bonito e agradável; melhoria na identificação das vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e pessoas idosas; melhorar as guias rebaixadas de estacionamento; melhoria na circulação interna (vertical), dando a possibilidade de a pessoa

servidora acessar os pavimentos superiores não somente por escadas, mas também por meio de rampas ou de elevadores, evitando que aqueles que estejam impossibilitados de realizar esse percurso de circulação, como único meio de acesso, percam o direito de ir e vir.

Pelas observações realizadas pela pesquisadora, *in loco*, resta cristalino que o quesito da acessibilidade físico-especial precisa ser alvo de aperfeiçoamento ou prioridade da gestão. E mais, que novos projetos arquitetônicos possam se ater à acessibilidade de forma prioritária, dando sentido às reais necessidades das pessoas, e que cada qual, no decorrer da vida, possa apresentar, seja por questões de envelhecimento, das gestantes, pela falta de um braço ou de uma perna, por restrições de mobilidade, por pessoa com deficiência, ou não, fatos na vida de qualquer pessoa que vive.

Os resultados aqui apresentados podem ser utilizados pelos gestores do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, de modo a definir mecanismos e planejamentos para aplicação da acessibilidade físico-espacial, como também na implantação de normas e regulamentos específicos para as políticas públicas de inclusão no Câmpus Palmas, cuja ampliação vise compreender a realidade dos servidores, até mesmo daqueles com deficiência e mobilidade reduzida, levando em conta sejam ouvidos nos aspectos relativos às discussões que envolvam tomadas de decisões relacionadas à acessibilidade.

Com base na aplicação da planilha de avaliação de acessibilidade (Figura 6) e do questionário e entrevistas, elaborou-se um quadro-síntese que demonstra os principais problemas e sugere melhorias e prazos a serem efetuados. Segundo Ono Rosaria et al. (2018), as escalas temporais de intervenção são divididas em curto, médio e longo prazo, conforme a complexidade do problema, podendo ser pensadas da seguinte maneira: em curto prazo, ações imediatas a serem empreendidas pelo gestor público ou particular, as quais não dependam de aprovação de terceiros; em médio prazo, ações que possam ser desenvolvidas por grupos, quais demandam mais tempo (acima de 60 dias), devido a aspectos burocráticos; e em longo prazo, ações que serão realizadas por gestores públicos ou particulares dentro do seu plano de governo ou gestão, mediante um planejamento estratégico mais bem-estruturado. É notório que solucionar os problemas encontrados é de suma importância para melhoria da qualidade das edificações em uso e de seus espaços físicos, para a circulação, com segurança, autonomia e conforto, da maioria das pessoas, sendo perceptível notar que é papel de a Universidade, enquanto ambiente de educação, de pesquisa, de transformação social, sensibilizar seus cidadãos para vencer as desigualdades sociais, por tais motivos é primordial propor alternativas para facilitar o processo de inclusão de todos, discutindo como dirimir os problemas

identificados de maneira efetiva, o que, portanto, este trabalho pretendeu contribuir para esse caminho.

Por isso, toda ação educativa com enfoque nos direitos humanos deve conscientizar acerca da realidade; identificar as causas dos problemas; procurar modificar atitudes e valores; e trabalhar para mudar as situações de conflito e de violações dos direitos humanos, trazendo como marca a solidariedade e o compromisso com a vida (BRASIL, 2013, p.35).

## 6.2 Recomendações

**Quadro 15** – Quadro Síntese das recomendações para o Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

Itens avaliados	Problemas encontrados	Recomendações	Prazo sugerido
Acessos e circulação	Acesso à entrada principal do Câmpus Palmas	Projeto de sinalização para adequar a entrada para livre circulação de pedestres e de veículos, com segurança, de acordo com a NBR 9.050, de 2020, e a NBR 16.537, de 2016.	Longo
	Irregularidades no piso das calçadas	Regularizar e uniformizar o calçamento	Médio
	Vegetação gramínea e mato alto, fazendo parte da superfície do piso	Remover a vegetação gramínea e mato alto para manter a área adequada.	Curto
	Existência de desníveis nas entradas de portas, até mesmo nos banheiros.	Retirar os desníveis existentes.	Médio
	Rampas com inclinação a 8,33%.	Adaptar as dimensões e a estrutura da rampa, conforme a NBR 9.050, de 2020.	Longo
	Galho das árvores obstruindo faixa livre de circulação de pedestres.	Remover os galhos e manter cronograma de manutenção para a poda.	Curto
	O material do piso tátil direcional e de alerta encontra-se inadequado, por estar desgastado, sem contraste e cor.	Adequar, conforme a NBR 16.537, de 2016, e a NBR 9.050, de 2020.	Longo
	Não há piso tátil de alerta e direcional em todas as partes de calçadas.	Ampliar e sinalizar todos os percursos das calçadas.	Longo

Acessos e circulação	Escadas não sinalizadas e ausência de referências essenciais.	Adequar, conforme a NBR 9.050, de 2020.	Longo
	Ausência de passeio externo coberto entre os edifícios.	Incluir a execução da cobertura para manter o espaço adequado às necessidades das pessoas.	Longo
	Obstáculos, materiais de uso e de desuso empilhados nos espaços e nos corredores dos edifícios em uso, mantendo-os em locais inadequados.	Removê-los dos espaços e adequá-los em depósitos.	Curto
	Placas indicativas dos setores administrativos em alturas não acessíveis e ausência de braille no totem de informações.	Adequar, conforme a NBR 9.050, de 2020.	Médio
	Elevador: ausência de piso tátil de alerta, ausência de sinalização sonora, não possui corrimão lateral, não possui símbolo (SIA) e não há instruções de uso.	Manter manutenção periódica e adaptar de acordo com NBR 9.050, de 2020, e a NM 313, de 2007.	Longo
	Nas edificações em uso, os Blocos I, II e III não apresentam sanitários para PcD e PMR	Adequar, conforme a NBR 9.050, de 2020.	Longo
	Sanitários necessitam de adequações, mesmo os sanitários para PcD e PMR, cujos edifícios são usados como depósito de materiais de limpeza.	Retirar os materiais inadequados e adequar o sanitário PcD, conforme a NBR 9.050, de 2020.	Médio
	Edifícios com apenas um tipo de deslocamento vertical, como escada.	Adequar, de acordo com a NBR 9.050, de 2020. Implantar outra forma de deslocamento: instalação de rampa ou elevador.	Longo

Fonte: Oliveira, Marja Diane Pereira Brito de. Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, junho de 2021.

Nota-se, a partir do quadro-síntese, a existência de inúmeras barreiras físicas que podem restringir o acesso dos servidores com e sem deficiência, causar riscos de acidentes, como também barreiras de atitude, causadas pelo desconhecimento, descaso ou ignorância, levando em consideração o homem-padrão, sem antes considerar o reconhecimento da diversidade e as limitações humanas. Tais consequências são notadas pela falta de consciência quando os espaços físicos não são pensados para o uso da maioria das pessoas; logo, não as contemplando, ocorrem inúmeras restrições de acesso e contribuem para o descontentamento com o ambiente, devido às dificuldades e o não atendimento de suas necessidades básicas.

Sendo assim, em decorrência das dificuldades encontradas no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, é de suma importância as recomendações elaboradas no quadro-síntese (Quadro 15), para que tais ações não ocorram de forma isolada, mas que se tornem um fator de constância na Instituição, de modo que haja uma equipe de manutenção atuante em campo. Sugere-se a elaboração de um Programa de Manutenção Permanente de Circulação, a fim de garantir no ambiente de caráter educacional melhorias que possam dirimir as deficiências, buscar as soluções de problemas técnicos e a necessidade de melhorias nos métodos de execução para atender brevemente às causas de limitações no uso, deslocamento, comunicação de qualquer usuário.

## 7 CONCLUSÃO

Este estudo colheu dados por meio dos seguintes procedimentos: questionário e entrevistas, incluindo o Poema dos Desejos e método observacional. 231 servidores respondentes se dispuseram a participar; dentre estes, foram achados 16 servidores que tinham deficiência e mobilidade reduzida; após seleção e convite, apenas 11 participaram da entrevista, sendo compreendida, a partir da percepção deles, a relação que mantinham com o espaço físico em uso, decorrente das suas atividades laborais e experiências no âmbito das edificações do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, quanto à acessibilidade físico-espacial.

Dentre os aspectos identificados a partir da percepção dos participantes da pesquisa amplamente descritos na seção cinco, o estudo recomenda à Coordenação de Gestão de Pessoas, como forma de incluir e integrar todos os servidores com e sem deficiência e de mobilidade reduzida, melhorar a comunicação nas redes sociais e meios de comunicação, a fim de promover a participação e o acesso à informação de questões de interesse do servidor; identificar e atualizar a relação de todos os servidores com deficiência e mobilidade reduzida; e ajudar para que participem do desenvolvimento de projetos e programas de seus interesses na tomada de decisões; inserir cursos de sensibilização que contribuam para melhorar o relacionamento no trabalho e compreender as reais dificuldades e necessidades uns dos outros, gerando empatia e conseqüentemente melhora na qualidade de vida e no trabalho.

A Avaliação Pós-Ocupação identificou que os edifícios estudados não atendem às indicações normativas e institucionais relativamente à acessibilidade físico-espacial, e as dificuldades encontradas nos edifícios públicos em uso se devem a tais ocorrências, havendo a necessidade de intervenções para que as condições mínimas exigidas pela NBR 9.050, de 2020, e outras normativas técnicas referidas sejam realizadas, conforme a necessidade advinda dos servidores, nos aspectos de orientação espacial, no deslocamento a pé, na comunicação e no uso.

Diante dos aspectos relacionados ao uso do espaço físico, os negativos foram preponderantes sobre os aspectos positivos. Os aspectos em desacordo com os critérios estabelecidos pela NBR 9.050 (ABNT, 2020), como: irregularidades no piso das calçadas, inadequações no piso tátil direcional e de alerta e sua falta em muitas outras calçadas, existência de edifícios com banheiros inadaptados à acessibilidade, como os dos Blocos I, II e III, e outros edifícios com necessidade de serem adequados, por problemas de orientação espacial, de

deslocamento e uso relacionados às informações arquitetônicas e conteúdos informativos, cujas condições dentre outras estão indicadas na Seção 3.

Quanto às questões de acessibilidade, os servidores expuseram algumas necessidades que foram atendidas pela gestão, como: mudanças de sala do piso superior para o térreo, para docentes gestantes, quando solicitarem.

Entretanto, há ainda muitas oportunidades para melhoria, com vista ao desenvolvimento eficaz das atividades laborais em cada espaço físico na cidade universitária, pois têm o dever de alcançar sua função social, haja vista agregar a cultura de uma arquitetura inclusiva, de acolhimento das pessoas para que possam vivenciá-lo da melhor maneira.

Assim, tendo como pressuposto a acessibilidade arquitetônica que atenda de modo adequado, percebeu-se a necessidade de considerar vários aspectos, entre os quais estão a vontade política e a legislação adequada. Muitas falhas ocorrem nas edificações dos espaços em uso projetadas e executadas pelos profissionais, pela inobservância do conceito da acessibilidade integrada a uma arquitetura inclusiva, porque ausente na formação universitária dos arquitetos e urbanistas a disciplina de desenho universal, a qual não era defendida como critério de fundamental importância para pensar o ambiente como um local de interação a que todos os tipos de seres humanos devem ter acesso e possibilidade de utilizar (CAMBIAGUI, 2017).

Sobre isso, novos rumos foram tomados no Brasil, para a formação desses profissionais. A partir de 2021, o Desenho Universal fará parte do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação das Matrizes Curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES), como conteúdo obrigatório; por isso, os cursos devem deixar claro nas ementas e Projeto Pedagógico do Curso essa mudança, conforme publicou o Ministério da Educação (MEC), no Diário Oficial da União, de 25 de março, com Despacho que homologa Parecer CNE/CES nº 48, de 2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A importância dessa disciplina na matriz curricular dos cursos de arquitetura/urbanismo e engenharia civil poderá fazer com que os futuros profissionais desenvolvam uma “empatia espacial”, visando à construção de espaços e de produtos mais inclusivos.

Conclui-se pela importância e pela prática do desenho universal como fundamentos da ética ambiental e o caminho para uma sociedade mais humana, justa e cidadã.

Compreendeu-se da inter-relação do servidor com o ambiente, que ele é parte integrante desse meio; portanto, mudanças no contexto ambiental são significativas para a maneira de apreensão afetiva do local.



Logo, é imprescindível que as edificações em uso e espaços físicos possam garantir o livre acesso a todos os seus usuários, de modo a não estabelecer critérios de restrição ou exclusão, por meio das barreiras físicas existentes, e priorizar que seus usuários servidores possam ir a todos os lugares que desejarem e da forma que melhor lhes aprouver, seguro e de maneira independente, assegurando o bem-estar, a qualidade de vida, o sentido de pertencimento ao ambiente para o desempenho do trabalho, e, por meio da gestão, os edifícios cumprirem sua função social de forma responsável para que todos possam bem vivenciá-los.

Foram elencadas ações que poderão auxiliar a gestão no que consiste à possibilidade de efetivar a acessibilidade arquitetônica, são eles:

- Sugerir ao Setor de Acessibilidade ampla divulgação da melhor maneira possível para que os servidores conheçam, nas redes sociais, no *site* da Universidade Federal do Tocantins, no e-mail institucional dos servidores sobre sua função, quais atendimentos realizam, se há, ou não, alguma relação com os servidores na questão da acessibilidade que possa ajudar nas suas relações de trabalho.

- Curso de formação em acessibilidade aplicada (Anexo no Apêndice I), de forma *online* aos servidores técnicos administrativos e docentes dos Câmpus da Universidade Federal do Tocantins.

- Elaboração de um Programa de Manutenção Permanente de Circulação do Câmpus para discutir e dirimir as deficiências, estipulando o tempo de curto, médio e longo prazo para a conclusão das soluções técnicas e melhorias, conforme a previsão orçamentária e a exemplo do Quadro 15 indicando a síntese de recomendações, cuja sugestão será encaminhada por correspondência ao departamento, juntamente com a cópia deste relatório.

- Inclusão da disciplina de Desenho Universal, como parte do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação das Matrizes Curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES), como conteúdo obrigatório nas ementas de Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Tocantins, como forma de ajudar nas problemáticas arquitetônicas do Câmpus Palmas, cuja sugestão será também feita oficialmente por correspondência ao departamento, juntamente com a cópia deste relatório.

- Modelar na Coordenação de Gestão de Pessoas, local de trabalho da pesquisadora, um banco de dados permanente dos usuários servidores com deficiência e mobilidade reduzida, seja temporária e permanente do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, para auxiliar nas necessidades dos servidores sobre questões de acessibilidade e, sendo possível, encaminhar as demandas ao Setor de Acessibilidade para as tratativas específicas.

- Incluir, após autorização da Direção do Câmpus, a divulgação de Cards nas redes sociais do Instagram da Coordenação de Gestão de Pessoas sobre aspectos da acessibilidade físico-espacial, com o intuito de conscientizar os servidores sobre o assunto.

Conclui-se que a acessibilidade físico-espacial é um ideal a ser alcançado, uma vez que, no contexto brasileiro, inúmeras cidades com seus espaços físicos não são acessíveis, e o reflexo disso aparece em inúmeros edifícios públicos e privados que não estão adequados para receber a maioria das pessoas. Então, este problema a ser enfrentado também é pauta de discussão no cenário da cidade universitária, como um espaço educacional, cuja centralidade é a formação do cidadão; por isso, provocar essa preocupação e repensar como se pode enfrentar esse problema que reflete no espaço físico e na consciência dos cidadãos é o nosso papel.

Esse é um ideal que os servidores almejam alcançar no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins, tendo em vista que, assim como esta pesquisadora almeja que cumpramos as recomendações descritas pela NBR 9.050, de 2020, possamos ainda ser, dentre as Universidades Federais do Brasil, referência na acessibilidade, para que todos que aqui passem se sintam acolhidos, seguros, por meio das orientações espaciais que o ambiente oferece, e confortáveis ao acessar os locais, assim também como todos esses servidores participantes puderam expor: sentimentos, situações funcionais, necessidades, dificuldades e desafios e principalmente suas expectativas para melhorias do espaço, não só para o bem-estar e qualidade de vida no trabalho deles, mas também à comunidade em geral, pelo que evidentemente nos dispomos em atender e servir.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: [https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1\\_-03-08-2020.pdf](https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf). Acesso em: 6/8/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: [https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field\\_generico\\_imagens-filefield-description\\_21.pdf](https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field_generico_imagens-filefield-description_21.pdf). Acesso em: 10/10/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537**: acessibilidade-sinalização tátil no piso- Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2016. Disponível em: [https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma\\_Sinaliza%C3%A7%C3%A3o\\_T%C3%A1til\\_No\\_Piso\\_Piso\\_T%C3%A1til\\_Total\\_Acessibilidade.pdf](https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma_Sinaliza%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A1til_No_Piso_Piso_T%C3%A1til_Total_Acessibilidade.pdf). Acesso em: 10/8/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14718**: guarda-corpos para edificação-requisitos, procedimentos e métodos de ensaio. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2019. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/nbr14718-guarda-corpo-pdf-free.html>. Acesso em: 20/9/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação- Referências-Elaboração. 2ª.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/848544/abntnbr6023.pdf/092b145a-7dce-4b97-8514-364793d8877e>. Acesso em: 10/6/2020.

ARAUJO, Luiz Alberto David; MAIA, Maurício. **Inclusão e concurso público: análise crítica da jurisprudência sobre pessoas com deficiência**. Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 16, n. 65, jul./set. 2016, Belo Horizonte, p.1-300, ISSN 1516-3210. Disponível em: <http://file:///C:/Users/marja/Downloads/269-884-1-PB.pdf>. Acesso em: 2/2/2021.

\_\_\_\_\_.BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto n.º 3298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF, [1999]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF, [2001]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto-Lei n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n.ºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, [2004]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206949&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.949%2C%20DE%2025,30%20de%20mar%C3%A7o%20de%202007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206949&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.949%2C%20DE%2025,30%20de%20mar%C3%A7o%20de%202007). Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7612&ano=2011&ato=a37ITUU9UMVpWTc36>. Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto n.º 9.508, de 24 de setembro de 2018**. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9508.htm). Acesso em: 23/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 2/2/2020

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 2/2/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Lei n.º 8112 de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm). Acesso em: 13/11/2020.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de educação em direitos humanos: Diretrizes nacionais** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de educação em direitos humanos: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10/6/2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e ampliada. Disponível em: [Análise de Conteúdo by Laurence Bardin \(z-lib.org\).pdf](#). Acesso em: 10/10/2020.

BENVEGNÚ, Eliane Maria. **Acessibilidade espacial requisito para uma escola inclusiva**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFSC.2009. Disponível em:<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93399>. Acesso em: 1º/3/2021.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: . Acesso em: [http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU\\_Cartilha.pdf](http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf). Acesso: 1º/5/2020.

CHUFALO FILHO, Adhemar. **Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral**./Relatório Técnico (Mestrado Profissional)- Universidade Federal do Tocantins-Câmpus Universitário de Palmas- Curso de Pós-Graduação (mestrado) em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2705/1/Adhemar%20Chufalo%20Filho%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21/4/2021.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrielli, 2007.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**/Silvana Cambiaghi; [Ilustrações de André Youssef]. - 4ª ed. rev.-São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

CRITELLI, Dulce Mára. **Analítica do sentido: uma aproximação e Interpretação do real de orientação fenomenológica** Dulce Mára Critelli. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera. Helena Moro; PIARDI, Sônia Maria. Demeda Groisman. **Promovendo a acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade as Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012. Disponível em: [https://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/manual\\_acessibilidade\\_compactado.pdf](https://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/manual_acessibilidade_compactado.pdf). Acesso em: 20/1/2021.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. **Acessibilidade Emocional**.In: Anais VII ENEAC, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/marja/Downloads/ENEAC%20Acessibilidade%20Emocional%20cohen&duarte.pdf>. Acesso em: 1º/2/2021.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira ; COHEN, R. . **Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ - Possível ou Utópico?** In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. Anais NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004. Disponível em: [http://inclusao.coppetec.coppe.ufrj.br/documentos/Acessibilidade\\_aos\\_Espacos\\_de\\_Ensino\\_Publico.pdf](http://inclusao.coppetec.coppe.ufrj.br/documentos/Acessibilidade_aos_Espacos_de_Ensino_Publico.pdf). Acesso: 1º/2/2021.

ELALI, Gleice A; CAVALCANTE, Sylvia. **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente** (organizadoras). – Petrópolis, RJ: vozes, 2018.

FERRAZ, Carolina Valença...[et al.]. **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FILHO, Hilton Messias de Souto. **Dimensões projetada, construída e percebida. Reflexões sobre ambientes escolares e acessibilidade no Seridó ocidental paraibano**. Dissertações e Teses do Laboratório de Acessibilidade (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFPB, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1gvPw9jVExctdPf2jyZBe\\_LSPxW6U1E0I/view](https://drive.google.com/file/d/1gvPw9jVExctdPf2jyZBe_LSPxW6U1E0I/view). Acesso em: 1º/3/2021.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Trad. Arsénio Mota. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

KUROGI, Marcia S.. Qualidade de vida no trabalho e suas diversas abordagens. **Revista de Ciências Gerenciais**, Londrina, v. 12, n. 16, p. 49–62, 2008. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/2642> Acesso em: 19/4/2021

MEDINA, Patrícia. **A Relação- Homem, a Fenomenologia do Cuidar e a Dimensão Formativa**. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Educação. UFG, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Arquivo\\_1\\_Tese\\_Patr%C3%ADcia\\_Medina.pdf?1335463790](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Arquivo_1_Tese_Patr%C3%ADcia_Medina.pdf?1335463790). Acesso em: 1º/3/2021.

MEDINA, Patrícia; OLIVEIRA, Marja Diane Pereira Brito de; DAMBROS, Izabela Medina. **Acessibilidade, Direitos humanos e Qualidade de vida no trabalho de servidores no âmbito da UFT, Câmpus de Palmas**. Vanda Micheli Burginski e Paulo Sérgio Gomes Soares (Org.) E-book EDUFT. Disponível: DIREITOS HUMANOS E DIREITO À SAÚDE.pdf. Acesso em: 20/8/2021.

ONO, Rosaria et.al. **Avaliação pós-ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2018. Outras organizadoras: Sheila Walbe Ornstein, Simone Barbosa Villa, Ana Judite Galbiatti Limongi França.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Decente**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 7/7/2021.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**/Flávia Piovesan. -7.ed.- São Paulo: Saraiva ,2014.



PINTO, Francine Náthalie F. R; OLIVEIRA, Dayane Capra de. **Capacidade funcional e envolvimento social em idosos: há relação?** Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/4687/pdf>. Acesso em: 24/4/2021.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. (org.). **Observando a qualidade do lugar: Procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Proarq, 2009.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Manual de Direitos da Pessoa com Deficiência**/ Lauro Luiz Gomes Ribeiro. 1.ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

SARMENTO, Bruna Ramalho; COSTA, Angelina Dias Leão Costa (org.). **Tecendo Pontes: interfaces e lugares de acessibilidade**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SASSAKI, R.K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, mar/abr.2009, pp.10-16. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 15/1/2021.

TESKE, Otamar...[et.al.]. **Sociologia da acessibilidade**. In: SCHNEIDER, Laino Alberto; FERNANDES, Idília; LIPPO, Humberto; FAGUNDES, Santos. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Série por dentro das Ciências Sociais).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Integridade da UFT. **Resolução n.º 25 de 03 de junho de 2020**. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/kjgh5AM2RliXB8RIJeTWGA>. Acesso em: 17/7/2020;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins, Exercício 2019. **Resolução n.º 27 de 04 de agosto de 2020**. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/DMyw8V0ZQ5CrdsLIBQw79g>. Acesso em: 30/8/2020;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020**. Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/s/XgCz\\_jTlSm-1Si1WdaXksQ](https://docs.uft.edu.br/share/s/XgCz_jTlSm-1Si1WdaXksQ). Acesso em: 21/11/2020.



## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Autorização do Reitor para realização da pesquisa no âmbito do Câmpus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

**APÊNDICE B** – Modelo de e-mail do questionário encaminhado aos servidores do Câmpus Palmas no e-mail institucional da Universidade Federal do Tocantins.

**APÊNDICE C** – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para utilização do questionário.

**APÊNDICE D** – Modelo de questionário

**APÊNDICE E** – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização da entrevista.

**APÊNDICE F** – Modelo da entrevista semiestruturada

**APÊNDICE G** – CD com registros fotográficos do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

**APÊNDICE H** – Curso de Formação

**APÊNDICE I** – Formulários de Produtos Desenvolvidos

**APÊNDICE J** – Capa realizada para o Relatório Técnico

APÊNDICE A – Autorização do Reitor para realização da pesquisa no âmbito do Câmpus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE PALMAS  
MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS



REQUERIMENTO

Palmas - TO, 11 de novembro de 2019

Ao Magnífico Reitor  
Professor Dr. Luís Eduardo Bovolato  
109 Norte (ALCNO 14) Avenida NS 15, S/Nº  
77001-090 Palmas/TO

Assunto: **Autorização para realização de pesquisa no âmbito da UFT**

Magnífico Reitor,

Eu, Marja Diane Pereira Brito de Oliveira, servidora efetiva desta instituição, matrícula Siape 1666161 e pós-graduanda no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, turma VII (2019/2020) da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola de Magistratura Tocantinense - Esmat, venho pelo presente, solicitar autorização para realizar a pesquisa intitulada: **Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO) visando promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida**, será realizada no âmbito do Câmpus Universitário de Palmas, e terá como público-alvo os servidores efetivos técnicos-administrativos e docentes, sob a orientação da Prof. Dra. Patrícia Medina.

O objetivo geral do estudo é diagnosticar os aspectos positivos e negativos do ambiente construído e o nível de satisfação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins. Os objetivos específicos são: a) Identificar quais são as necessidades dos servidores e o nível de satisfação dos mesmos no espaço físico administrativos em uso baseando-se nos critérios da NBR 9050/15 e a NBR 15575-1/13, no quesito da acessibilidade; b) Aplicar a APO no âmbito da UFT ressaltando a importância do espaço físico projetado com acessibilidade; c) Demonstrar quais são as barreiras e as limitações dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida, que dificultam e impedem a livre circulação e as garantias de igualdade social com as demais pessoas; d) Entregar diagnóstico propositivo à administração do Câmpus de Palmas-UFT.

A pesquisa será de natureza aplicada, quanto à perspectiva da abordagem, será qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, pois trabalha com o levantamento de dados ou fatos colhidos da própria realidade, assumindo, em geral, a forma de levantamento bibliográfico e documentos institucionais da UFT, artigos científicos, entrevistas com pessoas chaves (servidores com deficiência e mobilidade reduzida) e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

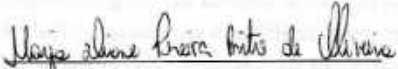
O procedimento metodológico que se pretende utilizar na pesquisa é a Avaliação Pós-Ocupação (APO), orientado pela observação, por meio de análise walkthrough que se concretiza com levantamento fotográfico e observações complementares anotadas em campo, questionários de opinião, bem como de entrevistas semiestruturada.

Os instrumentos para a coleta de dados da pesquisa são distintos nas três fases: a **primeira**: é um questionário que não exigirá do participante nenhuma forma de identificação. Na **segunda fase**: a entrevista com roteiro semiestruturado contendo 17 questões que levará aproximadamente 30 minutos para ser respondido e a **terceira fase**: A análise walkthrough um percurso dialogado abrangendo apenas os ambientes administrativos do Câmpus de Palmas, complementado por registro fotográfico, cotejado com croquis gerais (desenhos ou plantas do edifício), gravação de áudio e vídeo, o que possibilita que os observadores (pesquisadora/avaliador especialista) se familiarizem com a edificação em uso.


Espera-se que as ações relacionadas com as observações de avaliação do ambiente em uso através dos questionários e entrevistas relacionadas ao perfil dos usuários, o nível de satisfação e as condições de acessibilidade pela análise Walkthrough, possa a partir das respostas dos participantes e dos resultados da pesquisa, proporcionar uma análise quanto à sua relevância, sendo possível indicar aperfeiçoamentos para melhor produtividade e desempenho dos servidores diante das edificações públicas em uso dentro do Câmpus Palmas.

Certa de contar com o apoio e a autorização para a realização da pesquisa, agradecemos.

Atenciosamente,

  
Marja Diane Pereira Brito de Oliveira  
Mestranda/Pesquisadora

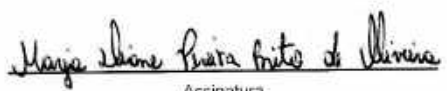
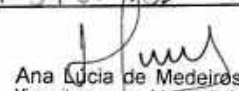
**AUTORIZO**  
  
Ana Lúcia de Medeiros  
Vice-reitora no exercício da reitoria  
Portaria nº 1806, de 25/09/2017  
DOU nº 185, de 26/09/2017  
Universidade Federal do Tocantins

  
Prof. Dra. Patrícia Medina  
Orientadora da Pesquisa  
Curso de Pedagogia - UFT - Câmpus Palmas





## FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOJENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins. Avaliação Pós-Ocupação (APO) visando promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 970			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: Marja Diário Pereira Brito de Oliveira			
6. CPF: 006.491.561-10		7. Endereço (Rua, n.º): 1204 SUL ALAMEDA 13 PLANO DIRETOR SUL RESIDENCIAL MARAGOGI, APT 204A PALMAS TOCANTINS 77018502	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 63984097385	10. Outro Telefone:	11. Email: marjeoliveira28@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>13</u> / <u>11</u> / <u>2019</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Fundação Universidade Federal do Tocantins		13. CNPJ: 05.149.726/0001-04	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (63) 3232-8023	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Ana Lúcia de Medeiros</u>	CPF: <u>884-373-454-72</u>		
Cargo/Função: <u>Vice-reitora no exercício da reitoria da reitoria</u>	 <b>Ana Lúcia de Medeiros</b> Vice-reitora no exercício da reitoria Portaria nº 1904, de 25/09/2017 DOU nº 185, de 26/09/2017 Universidade Federal do Tocantins Assinatura		
Data: <u>13</u> / <u>11</u> / <u>19</u>			
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			

APÊNDICE B – Modelo de e-mail do questionário encaminhado aos servidores do Câmpus Palmas, no e-mail institucional da Universidade Federal do Tocantins.

Senhor(a) Servidor(a), Bom Dia/Boa tarde!

Como servidora da Universidade Federal do Tocantins e aluna do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, estou reunindo dados para a pesquisa intitulada **Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO) visando à promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida**, que consiste em diagnosticar os aspectos positivos e negativos do espaço físico e o nível de satisfação dos(as) servidores(as) com deficiência e mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade no Câmpus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins, sob orientação da professora doutora Patrícia Medina.

Sua contribuição será muito importante para concretizar o direito à acessibilidade. Ressalto que será mantido o sigilo, sendo preservada sua identidade. Solicito que leia e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo, no qual constam todas as informações sobre a pesquisa. O termo deverá ser assinado e poderá ser devolvido em resposta a este e-mail ou anexado ao formulário.

Muito grata pela atenção e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

**Para iniciar a pesquisa, peço sua colaboração para responder ao questionário disponível AQUI.**

Atenciosamente,

Marja Diane Pereira Brito de Oliveira  
Assistente em Administração (63) 98409-7385 (*whatsapp*)  
Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins  
Coordenação de Gestão de Pessoas  
Câmpus Universitário de Palmas

APÊNDICE C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para utilização do questionário.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
 PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO  
 JURISDICCIONAL E DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - Questionário

Prezado(a) participante,

Convido o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa sobre o “**Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO) visando promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Marja Diane Pereira Brito de Oliveira, a qual pretende diagnosticar os aspectos positivos e negativos do espaço físico e o nível de satisfação dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

Este estudo promoverá a Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Palmas sugestões a serem consideradas, quanto ao quesito acessibilidade, para a melhoria das edificações públicas em uso, tendo em vista analisar se estão em conformidade com as normas legais e orientações técnicas da ABNT NBR 9050/15, cuja intenção é trazer benefícios ao desenvolvimento dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida, não apenas para a melhoria dos ambientes em uso, mas adotando medidas práticas que melhor atendam suas necessidades no ambiente de trabalho, tornando-o agradável, satisfatório e essenciais para cumprimento de suas atividades rotineiras, além de justificar-se por trazer à tona as liberdades fundamentais e promover a satisfação dos mesmos e o respeito pela sua inerente dignidade como pessoa humana com o fito de maximizar o potencial, a produtividade e a qualidade dos serviços relativos aos servidores que apresentem tais deficiências, valendo-se dos recursos necessários existentes e disponíveis e servindo melhor a comunidade em geral.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de responder um questionário contendo 20 questões abertas e de múltipla escolha que será enviado pelo endereço eletrônico (e-mail) do (a) servidor (a), a fim de identificar o seu perfil funcional e comportamental, analisar o nível de satisfação sob aos aspectos das edificações em uso e seus espaços, diante das condições de acessibilidade. Se levará aproximadamente 15 a 25 minutos para respondê-lo. Desse levantamento se verificará o quantitativo de usuários servidores com deficiência e mobilidade reduzida (temporária e permanente). Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, poderá advir de se sentir constrangido (a), ter vergonha ou receio de responder alguma questão, ter sentimento de estar se sentindo vigiado (a) ou até mesmo sentimento de invasão de privacidade. No entanto, será tomada todas as precauções para que os questionários sejam devidamente guardados sob a minha supervisão. Em qualquer momento, se o(a) senhor(a) sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, sendo permanente seu direito à indenização. Caso ocorra alguma intercorrência, eu, enquanto pesquisadora, providenciarei o atendimento adequado. Não será necessário se identificar, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento a(o) senhor(a) não precisa realizá-lo. Ou se ainda, não se sentir à vontade pode deixar de responder alguma questão.

A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir a sua participação o (a) senhor desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O (a) senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
 PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO  
 JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo mantida em sigilo. Ao final da pesquisa enviarei por e-mail relatório sobre os resultados. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato comigo pelo telefone (63) 98409-7385, e no endereço: Quadra 1204 sul, Alameda 13, QI 15, Hm 01, Bloco A, Apartamento 204 - CEP – 77019-502 e no endereço eletrônico:marjadiane@uft.edu.br

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso necessite, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: cep\_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas e sexta- feira não há atendimento ao público.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Marja Diane Pereira Brito de Oliveira  
 Pesquisadora responsável



## APÊNDICE D – Modelo de questionário



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO  
JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Público-Alvo: Servidores técnico-administrativos e docentes que exercem suas atividades laborais no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

**TÍTULO DA PESQUISA: Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO) visando à promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida.**

Orientadora: Doutora Patrícia Medina – [patriciamedina@uft.edu.br](mailto:patriciamedina@uft.edu.br)

Curso: Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins

Senhor(a) Servidor(a),

O conteúdo das afirmativas abaixo, objetiva diagnosticar os aspectos positivos e negativos do espaço físico e o seu nível de satisfação no exercício de seus direitos à acessibilidade. Sua participação é importante, pois contribuirá com a discussão sobre a relevância de um ambiente projetado com acessibilidade. A partir de sua percepção, será possível identificar suas reais necessidades e (in)satisfação no que tange aos edifícios/espacos físicos em uso no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins. A partir dos dados poderão ser verificados aspectos funcionais relevantes e comportamentais que contribuirão para definir critérios de melhorias e a correção de problemas de acessibilidade, o que beneficiará todos(as) os(as) servidores(as), especialmente os(as) servidores(as) com deficiência e de mobilidade reduzida.

O tempo estimado para responder a este questionário é de 15 a 25 minutos. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade ou perda de benefícios. Suas respostas são estritamente confidenciais.

Este questionário foi aprovado em 20/12/2019 pelo Conselho de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Federal do Tocantins, conforme o CAAE nº 26256219.7.0000.5519.

Agradeço imensamente sua participação na pesquisa e coloco-me à disposição pelo e-mail: [marjadiane@uft.edu.br](mailto:marjadiane@uft.edu.br) ou pelo telefone (63) 98409-7385 (*whatsapp*).

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E DE SATISFAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) COM O EDIFÍCIO PÚBLICO EM USO

### 1. NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS SOU SERVIDOR(A):

- Estável (Após 3 anos de efetivo exercício)  
 Não Estável (Menos de 3 anos de exercício)

### 2. MEU CARGO É:

- Técnico-Administrativo  
 Docente

### 3. SOU SERVIDOR(A):

Obs.: Sendo pessoa com deficiência e mobilidade reduzida nos itens que se seguem, poderão ser assinalados até dois itens, caso seja necessário.

- a) Sem Deficiência  
 b) Com Mobilidade Reduzida (Ex.: idoso, obeso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo, dificuldade de movimentação temporária e permanente).  
 c) Com Deficiência  
 c) Prefiro não Informar

3.1 NA QUESTÃO ANTERIOR, CASO TENHA MARCADO OS ITENS B E C, ESPECIFIQUE QUAL A DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE. SE NÃO OS MARCOU, DESCONSIDERE.

Obs.: Exemplo de mobilidade reduzida: sou idoso(a). Exemplo de pessoa com deficiência: apresento deficiência física na perna.

---

---

---

### 4. SEXO:

- Masculino  
 Feminino

### 5. IDADE:

- ATÉ 20 anos  
 DE 21 a 30 anos  
 DE 31 a 40 anos  
 DE 41 a 50 anos  
 DE 51 a 60 anos  
 Acima de 60 anos

## 6. GRAU DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO:

- Ensino Médio Completo
- Superior Completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outros

## 7. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS?

- Até 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- 16 anos

## 8. HÁ QUANTO TEMPO OCUPA SEU CARGO?

- Até 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- 16 anos

## 9. SUA ADMISSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS SE DEU PARA QUAL CARGO? (Exemplos: Pedagogo, Assistente em administração...)

---

---

---

## 10. QUAL O SETOR DE SUA LOTAÇÃO NO CÂMPUS PALMAS?

---

---

---

## 11. INDIQUE O PRÉDIO/EDIFÍCIO NO QUAL VOCÊ ATUA:

- Bala 1
- Bala 2
- Bloco I
- Bloco II
- Bloco III
- BLOCO IV
- Restaurante Universitário
- Biblioteca
- Salas de Aula. Quais? \_\_\_\_\_

( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

12. NO ASPECTO DA ACESSIBILIDADE, QUE NOTA REPRESENTA A SUA SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO DO EDIFÍCIO PÚBLICO EM QUE EXERCE SUAS ATIVIDADES LABORAIS? ESTE ITEM CONTEMPLA QUEM LABORA EM APENAS 1 EDIFÍCIO.

Obs.: Grau numérico de 0-1: Muito insatisfatório; 2-3: Insatisfatório/ 4-5: Pouco satisfatório; 6-7: Medianamente satisfatório; 8-9: Satisfatório; 10: Muito Satisfatório

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10 ( )

12.1 CASO LABORE EM MAIS DE UM EDIFÍCIO PÚBLICO PODERÁ DISCRIMINÁ-LOS E ATRIBUIR A NOTA, A CADA UM, DE 0 A 10, QUANTO À SUA SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO DESTES NO ASPECTO DA ACESSIBILIDADE (Exemplo: Bala 2- nota Y; Bloco J- nota X; Bloco H-nota Z).

Obs.: Grau numérico de 0-1: Muito insatisfatório; 2-3: Insatisfatório; 4-5: Pouco satisfatório; 6-7: Medianamente satisfatório; 8-9: Satisfatório; 10: Muito Satisfatório

---



---



---

13. VOCÊ CONSIDERA QUE OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS EM USO, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, ESTÃO CORRETAMENTE ADAPTADOS E ADEQUADOS À ACESSIBILIDADE?

- ( ) SIM  
 ( ) NÃO  
 ( ) NÃO SEI OPINAR  
 ( ) NÃO QUERO OPINAR

14. ATRIBUA VALOR QUANTO A SUA SATISFAÇÃO:

**Há inclusão e integração dos servidores no espaço físico do ambiente de trabalho?**

- ( ) Totalmente insatisfeito  
 ( ) Muito insatisfeito  
 ( ) Insatisfeito  
 ( ) Indiferente  
 ( ) Satisfeito  
 ( ) Muito satisfeito  
 ( ) Totalmente satisfeito

**Em relação à segurança no edifício público em uso?** (Trata-se da percepção subjetiva sobre possíveis riscos no ambiente local, sejam físicos: a sensação de segurança no deslocamento por escadarias, elevadores, piso tátil, rampas, calçadas, acesso ao edifício).

- ( ) Totalmente insatisfeito  
 ( ) Muito insatisfeito  
 ( ) Insatisfeito  
 ( ) Indiferente  
 ( ) Satisfeito  
 ( ) Muito satisfeito  
 ( ) Totalmente satisfeito

**Em relação à satisfação com o uso dos elevadores?**

- Totalmente insatisfeito
- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito
- Não se aplica

**Em relação à satisfação com a utilização e acessibilidade dos banheiros?**

- Totalmente insatisfeito
- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

**Em relação à satisfação com as informações de localização dos setores?**

- Totalmente insatisfeito
- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

**Em relação à satisfação com a qualidade do espaço físico da edificação pública?**

- Totalmente insatisfeito
- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

**Em relação à satisfação com os programas da UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Câmpus Palmas, que garantem a inclusão dos servidores no ambiente de trabalho?**

- Totalmente insatisfeito
- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito
- Desconheço
- Não posso opinar

14.1 SE DESEJAR PODERÁ INSERIR ESCLARECIMENTOS E COMPLEMENTAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO 14 E SEUS ITENS. CASO NÃO QUEIRA, DESCONSIDERE.

---

---

---

---

15. QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PROGRAMA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, CÂMPUS PALMAS:

- Está ótimo, a Universidade tem incluído e integrado os servidores com deficiência e de mobilidade reduzida..
- Está bom, esforços têm sido empreendidos e há oportunidades de melhoria.
- Está insatisfatório, não há muitas oportunidades de melhoria.
- Não sei opinar
- Não quero opinar
- Desconheço

16. COMO VOCÊ PERCEBE SUA ADAPTAÇÃO E INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO FÍSICO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS EM USO?

- Totalmente integrado
- Integrado
- Com um pouco de dificuldade de integração
- Não me sinto integrado
- Nunca pensei sobre isso
- Não sei opinar
- Não quero opinar

17. PARA VOCÊ, EXISTE LIMITAÇÃO OU DESCONFORTO NO AMBIENTE/ESPAÇO FÍSICO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS EM USO PARA O EXERCÍCIO DAS SUAS ATIVIDADES LABORAIS? CASO SIM, CITE-AS. CASO NÃO, DESCONSIDERE.

---

---

---

---

18. VOCÊ CONSIDERA QUE OS SERVIDORES PRESERVAM AS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS EM USO NAS QUAIS EXERCEM SUAS ATIVIDADES LABORAIS?

- Sim
- Não
- Nunca pensei sobre isso
- Não sei opinar

Prefiro não opinar

19. RELATIVAMENTE AO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE, VOCÊ CONSIDERA QUE AS RAMPAS, ELEVADORES, PISOS TÁTEIS (são pisos feitos de forma padronizada que permitem às pessoas que têm alguma deficiência visual se orientem nos mais diversos espaços e assim se locomovam sozinhas) E A MAIORIA DOS EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE FUNCIONAM BEM E ESTÃO ADEQUADOS E ADAPTÁVEIS?

Sim

Não

Nunca pensei sobre isso

Não sei opinar

Prefiro não opinar

20. INSIRA AQUI COMENTÁRIOS E OUTRAS OBSERVAÇÕES QUE JULGUE OPORTUNOS.

---

---

---

**O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) está anexo não se esqueça de assiná-lo.**

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!



APÊNDICE E – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização da entrevista.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO  
JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista semiestruturada

Senhor(a) Participante,

Convido o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa sobre o “Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO), com vista à promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida”, sob a responsabilidade da pesquisadora **MARJA DIANE PEREIRA BRITO DE OLIVEIRA**, a qual pretende diagnosticar os aspectos positivos e negativos do ambiente construído em uso e o nível de satisfação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

Este estudo promoverá à Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Palmas, sugestões a serem consideradas, quanto ao quesito acessibilidade, para a melhoria das edificações públicas em uso, tendo em vista analisar se estão em conformidade com as normas legais e orientações técnicas da ABNT NBR 9.050, de 2015, cuja intenção é trazer benefícios ao desenvolvimento dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida, não apenas para a melhoria dos ambientes em uso, mas adotando medidas práticas que melhor atendam às suas necessidades no ambiente de trabalho, tornando-o agradável, satisfatório e essencial para cumprimento de suas atividades rotineiras, além de justificar-se por trazer à tona as liberdades fundamentais e promover a satisfação e o respeito pela sua inerente dignidade como pessoa humana, com o fito de maximizar o potencial, a produtividade e a qualidade dos serviços relativos aos servidores que apresentem tais deficiências, valendo-se dos recursos necessários existentes e disponíveis e servindo melhor a comunidade em geral.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de coleta de dados de entrevista com roteiro semiestruturado com 17 questões, podendo respondê-lo em aproximadamente 30 minutos, no dia e horário indicado pelo servidor, por meio do *Google Meet* em sala virtual para videoconferência pelo sistema, com perguntas relacionadas à percepção do servidor com deficiência e mobilidade reduzida, quanto ao grau de satisfação aos ambientes ou edifícios em uso no quesito da acessibilidade. Não será necessário se identificar, caso esse procedimento gere algum tipo de constrangimento a(o) senhor(a), não precisa realizá-lo. Ou se ainda não se sentir à vontade pode deixar de responder a alguma questão.

Garantimos-lhe que receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e sempre que solicitado encaminharemos uma via a você.

Existem riscos de que você se sinta inibido(a) ou constrangido(a). Para minimizar alguns riscos, esta entrevista poderá ser realizada, caso queira, num local previamente indicado por você, ou confirmar se se sente seguro.

Todas as informações que você nos fornecer por meio desta entrevista, elas serão utilizadas somente para fins desta pesquisa. Durante a realização deste estudo, os dados por você fornecidos serão mantidos em sigilo, e o seu nome não aparecerá quando os resultados forem apresentados. Serão tomados cuidados ao apresentarmos os resultados, para que não seja identificado de nenhuma forma. Além disso, garantimos-lhe o livre acesso aos resultados da pesquisa quando do encerramento.

Se precisar de alguma assistência, como orientação, encaminhamento ou outra espécie, solicitamos-lhe que contate a pesquisadora responsável para que sejam tomadas as devidas providências. Ademais, se tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite.

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá contatar a pesquisadora responsável no endereço Quadra 1.204 Sul, Alameda 13, QI 15, Hm 01, Bloco A, Apartamento 204, ou pelo telefone (63) 98409-7385, ou e-mail: marjadiane@uft.edu.br

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) senhor(a) poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFT). O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso necessite, você pode contatar este Comitê da Universidade Federal do Tocantins, pelo telefone (63) 3229-4023, pelo e-mail: cep\_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almojarifado, CEP-UFT: 77001-090, Palmas/TO. O horário de atendimento do Comitê é das 14 às 17 horas, nas segundas e terças; das 9 às 12 horas, nas quartas e quintas, sendo que na sexta- feira não há atendimento ao público.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa

Marja Diane Pereira Brito de Oliveira  
Pesquisadora responsável

## APÊNDICE F – Modelo da entrevista semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PRESTAÇÃO  
JURISDICCIONAL E DIREITOS HUMANOS

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Escolaridade: ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior ( )  
 Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Outros  
 Qual é o seu cargo/função? \_\_\_\_\_  
 Em que setor você está lotado? \_\_\_\_\_  
 Quantos anos de tempo de serviço na Universidade Federal do  
 Tocantins? \_\_\_\_\_  
 Você é pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida? ( ) Não ( ) Sim. Qual o tipo de  
 deficiência ou limitação de mobilidade você tem? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

II – DESEMPENHO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO EM USO

Você considera que a edificação pública em uso, em cujo ambiente exerce seu trabalho, é adaptável e adequada à acessibilidade?

O ambiente construído que você utiliza para realizar seu trabalho e o deslocamento necessário para realizá-lo são adequados? Se sim, quais os pontos positivos?

Você se sente incluído nesse ambiente construído? Caso não, quais as limitações? Quais as melhorias lhe dariam mais satisfação?

Quais práticas no trabalho poderiam ser inseridas para melhor incluir a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins? Por quê?

III – INDICADORES DE SATISFAÇÃO DO SERVIDOR

Os edifícios públicos em uso pelos quais você percorre são satisfatórios e agradáveis para o exercício de seu trabalho como servidor? Por quê? Se não, quais os pontos negativos?

Se você tivesse de mudar algo no ambiente construído em uso ou nos espaços para melhorar sua produtividade e qualidade de vida no trabalho o que desejaria mudar?

#### IV – INDICADORES DE CONHECIMENTO

O que entende por acessibilidade? Qual a sua percepção acerca da política institucional voltada ao servidor, mesmo a você com suas singularidades ou especificidades?

Você conhece o setor de acessibilidade do Câmpus de Palmas? ( ) Se sim, Sabe qual a função e que auxílio ou atendimento exerce diante de suas especificidades como servidor no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins?

Você considera que o departamento de Recursos Humanos do Câmpus Palmas tem auxiliado para integrá-lo no ambiente de trabalho? ( ) Se sim. Se não, qual sua sugestão?

Registro de outros aspectos relevantes a pedido do entrevistado ou identificados pela entrevistadora.

---

---

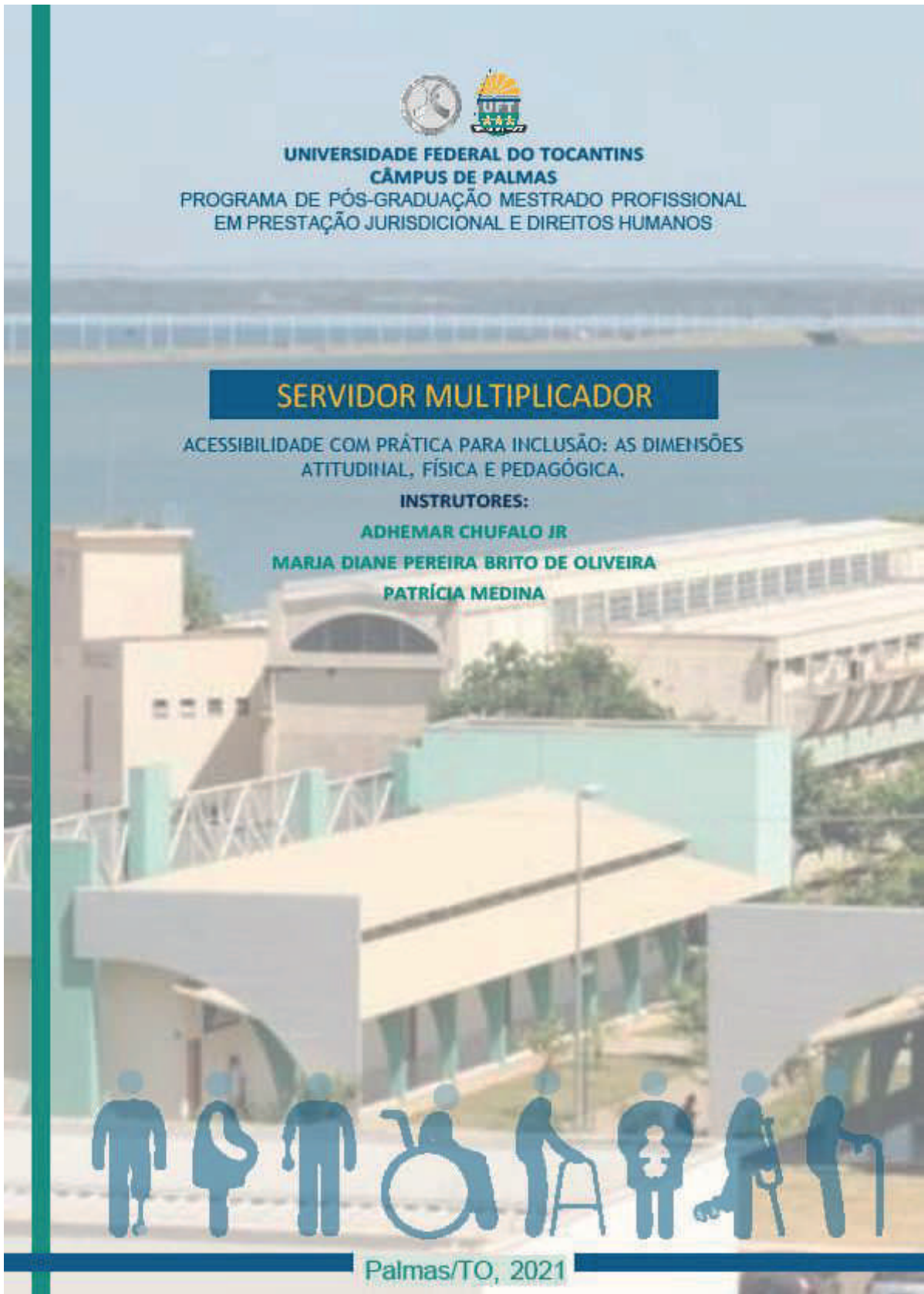
---



---

POEMA DOS DESEJOS: Para que possa expressar livremente seu desejo de forma lúdica em relação ao ambiente universitário, considerando a perspectiva de sua melhoria ou a construção de um novo ambiente. Complete a seguinte frase: EU DESEJO QUE MINHA UNIVERSIDADE...

APÊNDICE G – CD com registros fotográficos do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins

## APÊNDICE H – Curso de Formação



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS DE PALMAS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL  
EM PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E DIREITOS HUMANOS

**SERVIDOR MULTIPLICADOR**

ACESSIBILIDADE COM PRÁTICA PARA INCLUSÃO: AS DIMENSÕES  
ATTUDINAL, FÍSICA E PEDAGÓGICA.

**INSTRUTORES:**  
**ADHEMAR CHUFALO JR**  
**MARIA DIANE PEREIRA BRITO DE OLIVEIRA**  
**PATRÍCIA MEDINA**

Palmas/TO, 2021

## APÊNDICE I – Formulários de Produtos Desenvolvidos

A seguir serão apresentados os formulários de desenvolvimento de produto referentes ao curso intitulado: “Acessibilidade com Prática para Inclusão: As dimensões atitudinal, física e pedagógica”, o Relatório de Pesquisa: “Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e de mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins” e o artigo: “Acessibilidade, Direitos Humanos e Qualidade de Vida no Trabalho de Servidores no âmbito da UFT- Câmpus de Palmas”.



### CURSO DE CURTA DURAÇÃO

1 - DADOS GERAIS		
Título: Acessibilidade com Prática para Inclusão: As dimensões atitudinal, física e pedagógica		
Ano de publicação: 2021		
Autor: Marja Diane P. B de Oliveira e Patrícia Medina		
Docente: Patrícia Medina		
Discente:		
Participante externo: Adhemar Chufalo Jr.		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <u>Curso de curta duração</u>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Nível:		
<input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> especialização <input checked="" type="checkbox"/> Aperfeiçoamento <input type="checkbox"/> extensão		
Participação dos autores		
<input checked="" type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Outra <input checked="" type="checkbox"/> Organizador		



Duração 60 horas	
Instituição promotora ou evento: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>  Universidade Federal do Tocantins	
Local: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>  De forma On-line	
Cidade: Palmas-TO  País: Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input checked="" type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação

<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Disseminar as ideias da acessibilidade, nas dimensões atitudinal, arquitetônica e pedagógica, como direito humano e incentivar o comportamento responsável pelos servidores públicos, no limite de sua atuação como docentes ou técnicos.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção	

<input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Cultural <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>  Conhecer os princípios do desenho universal e sua importância na qualidade de vida no trabalho das pessoas. Usar a terminologia correta e conhecer as demandas das pessoas deficientes	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input checked="" type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input checked="" type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares

<input checked="" type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input checked="" type="checkbox"/> Cooperação <input type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input checked="" type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Anexos:	
<b>3 - Contexto</b>	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.	

**4 – Relevância**

Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto.

A promoção da acessibilidade demanda a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem ou atrapalham os seres humanos de realizarem coisas e exercerem funções na sociedade em que vivem em condições similares todos os demais indivíduos.

Nos ambientes educacionais, especialmente das universidades, a promoção da acessibilidade tem caráter estratégico, uma vez que forma para o exercício de uma profissão e o exercício das profissões constituem especiais ambientes de propagação de cultura.

Socializar professores e servidores orientados à cultura da acessibilidade constitui uma dupla oportunidade de instaurar saberes e atitudes na instância formativa assim como oportunidade de aperfeiçoar comportamentos e ambientes formativos.

Dentre outras, as dimensões atitudinais, pedagógicas ou metodológicas e físicas são àqueles que mais concretamente são perceptíveis e afetam os destinatários da educação superior assim com os servidores da instituição, portanto justifica-se investir na formação continuada de docentes e técnicos para a instauração de uma cultura da acessibilidade no âmbito da UFT.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não



### RELATÓRIO DE PESQUISA

1 - DADOS GERAIS – <i>Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual</i>		
Título: Avaliação Pós-Ocupação (APO): Percepção do servidor com deficiência e de mobilidade reduzida sobre o espaço físico em uso do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins.		
Ano de publicação: 2021		
Autor: Marja Diane Pereira Brito de Oliveira		
Docente: Patrícia Medina		
Discente:		
Participante externo:		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <b><u>Relatório de pesquisa</u></b>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> A pesquisa é classificada como aplicada e foi utilizada abordagem multimétodos quantiqualitativa, aplicando os procedimentos da Avaliação Pós-Ocupação (APO).		
Projeto de pesquisa: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Trata-se de relatório técnico conclusivo que apresenta resultados de pesquisa que teve como objetivo analisar os espaços físicos no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins em nível de satisfação dos servidores, especialmente aqueles com deficiência e de mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade físico-espacial.		
Numero de paginas: 214		
Idioma: Português		
Instituição promotora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		

Universidade Federal do Tocantins em Parceria com Escola Superior da Magistratura Tocantinense.	
Disponibilidade: <input type="checkbox"/> Restrita <input checked="" type="checkbox"/> Irrestrita	
Local: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>  Universidade Federal do Tocantins	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas-TO	
Instituição Financiadora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>  Universidade Federal do Tocantins	
País:	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> <b>POST-OCCUPATION EVALIATION (APO): PERCEPTION OF THE DISABLED SERVER AND OF REDUCED MOBILITY ON THE PHYSICAL SPACE IN USE OF THE PALMAS CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS</b>	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social



<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Diagnosticar os espaços físicos em uso no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins em nível de satisfação dos servidores, especialmente aqueles com deficiência e de mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade físico-espacial.	

Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Cultural <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> O relatório indica ações para a gestão do Câmpus de Palmas, por meio do quadro síntese de recomendações com base na NBR 9050/2020. O câmpus possui 570 profissionais efetivos que serão impactados diretamente nas suas condições de trabalho e qualidade de vida com a implementação das medidas de aperfeiçoamento físico-espacial e tantos alunos que serão também impactados pelas melhorias. O curso de capacitação como estratégia para sensibilizar e capacitar a comunidade do câmpus da UFT Palmas como estratégia para ampliar a satisfação daqueles servidores com deficiência e de mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade físico-espacial.
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input checked="" type="checkbox"/> Local
Complexidade: <input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:

<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input checked="" type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input checked="" type="checkbox"/> Cooperação <input type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input checked="" type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL (quantidade de caracteres digitados: 0/255)	
Observação: (quantidade de caracteres digitados: 0/1000)	

<p><b>Anexos:</b></p> <p>ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP</p> <p>ANEXO B – Número de servidores efetivos docentes e técnicos do Câmpus Palmas da UFT (PROGEDEP-COP)</p> <p>ANEXO C- Mapa do Câmpus de Palmas realizado pela Prefeitura deste Câmpus</p> <p>ANEXO D – CD com as Plantas baixas utilizadas do Câmpus Palmas da UFT</p> <p>ANEXO E – Modelo da Planilha de Avaliação de Acessibilidade</p>
<p><b>3 - Contexto</b></p> <p>[Area de concentração:  <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos</p> <p>Linha de pesquisa:  <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos  <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos</p> <p>Projeto de pesquisa:  <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias  <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social  <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida  <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas  <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos  <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
<p><b>4 – Relevância</b></p> <p>Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u></p> <p>O produto impacta diretamente no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins para que ações na área da acessibilidade físico-espacial sejam alcançadas, uma vez que seus espaços físicos não são acessíveis e o reflexo disso está nos edifícios não adequados para receber a maioria das pessoas, então como um espaço educacional, cuja centralidade é a formação do cidadão isso provocou o estudo propositivo relativamente ao espaço físico mais utilizados aos 570 servidores, inclusive os com deficiência e de mobilidade reduzida que hoje, 2021 são em número de 17, conseqüentemente alunos e toda comunidade em geral.</p> <p>O trabalho e os resultados de sua implementação terão impacto progressivo no tempo uma vez que potencialmente a população de professores e demais servidores envelhecerão e serão potencialmente beneficiados com as melhorias da acessibilidade físico-espacial do campus resultando em maior qualidade de vida e maior produtividade.</p> <p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?  <input checked="" type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não</p>



### DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

1 - DADOS GERAIS		
Título: Acessibilidade, Direitos Humanos e Qualidade de Vida no Trabalho de Servidores no âmbito da UFT- Câmpus de Palmas		
Ano de publicação: 2021, Submetido no E-book EDUFT: Direitos Humanos e Direito à Saúde		
Autor: Patrícia Medina; Marja Diane Pereira Brito de Oliveira e Izabela Medina Dambros		
Docente: Patrícia Medina		
Discente:		
Participante externo:		
Tipo de produção:		
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <b><u>Desenvolvimento de produto</u></b>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo: <input type="checkbox"/> Piloto <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Protótipo <input type="checkbox"/> projeto		
Natureza: <input type="checkbox"/> Aparelho <input type="checkbox"/> Instrumento <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Fármaco e similares <input type="checkbox"/> Equipamento		
Registro de Patente: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)		
Disponibilidade: <input type="checkbox"/> Restrita <input checked="" type="checkbox"/> Irrestrita		
Instituição financiadora: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)		

Universidade Federal do Tocantins	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Palmas	
País Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
ACCESSIBILITY, HUMAN RIGHTS AND QUALITY OF LIFE IN THE WORK OF SERVERS IN THE CONTEXT OF UFT- CAMPUS DE PALMAS	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)

<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input checked="" type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Os resultados aqui socializados se referem à primeira fase e visam apresentar a sistematização das respostas dos servidores que participaram, respondendo questões sobre as condições ambientais dos espaços da UFT, campus Palmas, e, assim, divulgar as percepções sobre tais condições ambientais e se essas interferem na qualidade de vida, na saúde e na dignidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.	
Impacto – nível: <input type="checkbox"/> alto <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência	



<input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Evidenciou-se, pelos dados empíricos, grande insatisfação com indicadores de informação e localização, segurança nos edifícios, inclusão e integração, espaço físico, uso e acessibilidade aos banheiros e aos elevadores, podendo afetar as condições de independência e acesso, mas também a qualidade de vida e, conseqüentemente, a saúde. Identificou-se que é baixo o conhecimento sobre os programas de inclusão dos servidores, constituindo ambos os aspectos importantes oportunidades de melhorias para acessibilidade à gestão do campus.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio

<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input checked="" type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input checked="" type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input checked="" type="checkbox"/> Cooperação <input type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input checked="" type="checkbox"/> Em teste <input type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Anexos:	
<b>3 - Contexto</b>	
Area de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos	

<input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos
<p>Projeto de pesquisa:</p> <p><input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias</p> <p><input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social</p> <p><input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida</p> <p><input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos</p> <p><input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
<b>4 – Relevância</b>
<p>Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u></p> <p>O produto impacta diretamente no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins para que ações na área da acessibilidade físico-espacial sejam alcançadas, uma vez que seus espaços físicos não são acessíveis e o reflexo disso está nos edifícios não adequados para receber a maioria das pessoas, então como um espaço educacional, cuja centralidade é a formação do cidadão isso provocou o estudo propositivo relativamente ao espaço físico mais utilizados aos 570 servidores, inclusive os com deficiência e de mobilidade reduzida que hoje, 2021 são em número de 17, conseqüentemente alunos e toda comunidade em geral.</p> <p>O trabalho e os resultados de sua implementação terão impacto progressivo no tempo uma vez que potencialmente a população de professores e demais servidores envelhecerão e serão potencialmente beneficiados com as melhorias da acessibilidade físico-espacial do campus resultando em maior qualidade de vida e maior produtividade.</p>
<p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>

## APÊNDICE J – Capa realizada para o Relatório Técnico

A capa deste Relatório Técnico foi idealizado pela Arquiteta Natália Ubaldina em conjunto com a pesquisadora, no entanto não utilizada devido exigências da biblioteca UFT em referência ao Manual utilizado. Entretanto é parte integrante para completa compreensão da finalidade da pesquisa, por esta razão será utilizada em todas as demais formas de comunicação a ser dada pelo documento.



## **ANEXOS**

**ANEXO A** – Parecer Consubstanciado do CEP

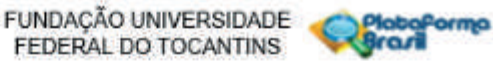
**ANEXO B** – Número de servidores efetivos docentes e técnicos do Câmpus Palmas da UFT  
(PROGEDEP-COP)

**ANEXO C**- Mapa do Câmpus de Palmas realizado pela Prefeitura deste Câmpus

**ANEXO D** – CD com as Plantas baixas utilizadas do Câmpus Palmas da UFT

**ANEXO E** – Modelo da Planilha de Avaliação de Acessibilidade

## ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

 <p style="font-weight: bold; margin: 0;">FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS</p>								
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>								
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>								
<b>Título da Pesquisa:</b> Diagnóstico de barreiras arquitetônicas no espaço físico administrativo do Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins: Avaliação Pós-Ocupação (APO) visando promoção da acessibilidade e inclusão à pessoa servidora com deficiência e mobilidade reduzida.								
<b>Pesquisador:</b> Marja Diane Pereira Brito de Oliveira								
<b>Área Temática:</b>								
<b>Versão:</b> 1								
<b>CAAE:</b> 20250219.7.0000.5519:								
<b>Instituição Proponente:</b> Fundação Universidade Federal do Tocantins								
<b>Patrocinador Principal:</b> Fundação Universidade Federal do Tocantins								
<b>DADOS DO PARECER</b>								
<b>Número do Parecer:</b> 3.786.318								
<b>Apresentação do Projeto:</b>								
As características funcionais dos servidores serão utilizadas somente para fins de apresentação do perfil dos participantes da pesquisa com vistas a dimensionar mais corretamente o quantitativo de pessoas com algum tipo de deficiência e mobilidade reduzida, inclusive aquela advinda das condições de idade ou obesidade. Todos os indicadores serão resultantes da auto-percepção dos sujeitos da pesquisa.								
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>								
<b>Objetivo Primário:</b>								
Diagnosticar os aspectos positivos e negativos do espaço físico e o nível de satisfação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida no exercício de seus direitos à acessibilidade no Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins?								
<b>Objetivo Secundário:</b>								
a) Identificar quais são as necessidades dos servidores e o nível de satisfação dos mesmos no:								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2"><b>Endereço:</b> Avenida NS 15, 109 Norte - Pólo de Administração</td> </tr> <tr> <td><b>Sitio:</b> Plano Diretor Norte</td> <td><b>CEP:</b> 77.001-000</td> </tr> <tr> <td><b>UF:</b> TO</td> <td><b>Município:</b> PALMAS</td> </tr> <tr> <td><b>Telefone:</b> (61)3232-8623</td> <td><b>E-mail:</b> mdr_drl@ufmt.br</td> </tr> </table>	<b>Endereço:</b> Avenida NS 15, 109 Norte - Pólo de Administração		<b>Sitio:</b> Plano Diretor Norte	<b>CEP:</b> 77.001-000	<b>UF:</b> TO	<b>Município:</b> PALMAS	<b>Telefone:</b> (61)3232-8623	<b>E-mail:</b> mdr_drl@ufmt.br
<b>Endereço:</b> Avenida NS 15, 109 Norte - Pólo de Administração								
<b>Sitio:</b> Plano Diretor Norte	<b>CEP:</b> 77.001-000							
<b>UF:</b> TO	<b>Município:</b> PALMAS							
<b>Telefone:</b> (61)3232-8623	<b>E-mail:</b> mdr_drl@ufmt.br							
Página 01 de 04								

Continuação do Protocolo: 0796/2016

ambiente de trabalho relativamente aos edifícios em uso e os espaços baseando-se nos critérios da NBR 9050/2016 e a NBR 15575-1/2013, no quesito da acessibilidade;b) Aplicar a APO no âmbito da UFT ressaltando a importância do ambiente projetado com acessibilidade;c) Demonstrar quais são as barreiras arquitetônicas e as limitações dos usuários com deficiência e mobilidade reduzida: que dificultam e impedem a livre circulação e as garantias de igualdade social com as demais pessoas;d) Entregar diagnóstico propositivo à administração do Câmpus de Palmas-UFT.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

O risco do participante de se sentir constrangido e inibido com a pergunta da pesquisa no ato de responder a um questionário e entrevista, além do risco de ocorrer o vazamento de dados virtuais pelo fato de usar meios eletrônicos, o que pode configurar a exposição da imagem e informações pessoais.

##### Benefícios:

Os benefícios da pesquisa serão possibilitar aos servidores com deficiência e mobilidade reduzida melhoria dos espaços físicos na UFT, quanto ao critério da acessibilidade e a correção de problemas detectados no ambiente submetido à avaliação; contribuir para a conscientização de todos os servidores, quanto a necessidade de conservação do patrimônio público, colaborar para que os projetos futuros sejam formulados em conexão com as normas e diretrizes de orientação técnica de acessibilidade e percebam o benefício para os servidores com deficiência e mobilidade reduzida para seu melhor uso com disposição adequada e adaptável as edificações públicas, contribuindo para seu melhor desenvolvimento produtivo e sua qualidade de vida no ambiente de trabalho para servir a comunidade geral.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, pois gerará produto, proposta de diagnosticar os aspectos positivos e negativos do ambiente construído e o nível de satisfação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida no exercício de seus

Endereço: Avenida NS 15, 336 Norte Próda do Amcoarado  
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-000  
UF: TO Município: PALMAS  
Telefone: (61)3252-4023 E-mail: op\_uft@uft.edu.br



Continuação do Formulário 3.796.210

direitos à acessibilidade. Quanto à perspectiva da abordagem, será qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, pois trabalha com o levantamento de dados ou fatos colhidos da própria realidade, assumindo, em geral, a forma de levantamento bibliográfico e documentos institucionais da UFT, artigos científicos, entrevistas com pessoas-chaves (servidores com deficiência e mobilidade reduzida/gestores administrativos) e análise de exemplos que estimulem a compreensão. O procedimento metodológico que se pretende utilizar na pesquisa é a Avaliação Pós-Ocupação (APO), orientado pela observação, por meio de análise walkthrough que se concretiza com levantamento fotográfico e observações complementares anotadas em campo, questionários de opinião, bem como de entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos para a coleta de dados da pesquisa são distintos nas três fases: primeira: é um questionário que não exigirá do participante nenhuma forma de identificação. Na segunda fase: a entrevista com roteiro semiestruturado contendo 17 questões que levará aproximadamente 30 minutos para ser respondido e a terceira fase: A análise walkthrough um percurso dialogado abrangendo apenas os ambientes administrativos do Câmpus de Palmas, complementado por registro fotográfico, cotejado com croquis gerais (desenhos ou plantas do edifício), gravação de áudio e vídeo, o que possibilita que os observadores (pesquisadora/avaliador especialista) se familiarizem com a edificação em uso.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados.

**Recomendações:**

TLCE - incluir paginação (1/2, 2/2).

Acessar as garantias de minimização dos riscos (no projeto, no PB (Informações Básicas e no TLCE).

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

Endereço: Avenida NS 15, 159 Norte Pídele do Arcoverde  
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.000-000  
 UF: TO Município: PALMAS  
 Telefone: (63)3333-4023 E-mail: HCC\_UFT@UFT.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS



Coleção de Parecer: 3.795.316

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P PROJETO_1471180.pdf	13/11/2019 18:54:20		Aceito
Outros	Questionario.docx	13/11/2019 18:30:58	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
Outros	Entrevista.docx	13/11/2019 18:28:12	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
Outros	autorizacao_verso.pdf	13/11/2019 18:23:20	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
Outros	autorizacao_frente.pdf	13/11/2019 18:22:55	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_QUESTIONARIO.docx	13/11/2019 18:17:30	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ENTREVISTA.docx	13/11/2019 18:16:36	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.docx	13/11/2019 17:57:46	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	13/11/2019 17:49:05	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PALMAS, 20 de Dezembro de 2019

Assinado por:  
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida N° 15, 155 Norte - Polo de Anápolis  
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-000  
 UF: TO Município: PALMAS Telefone: (61)3233-8023 E-mail: cep\_uft@uf.edu.br

## ANEXO B – Número de servidores efetivos docentes e técnicos do Câmpus Palmas da UFT (PROGEDEP-COP)

### E-mails institucionais de servidores > Caixa de entrada x

**Luiz Carlos Simoes Piedade** <luiz.simoes@mail.uft.edu.br>  
para mim

ter., 7 de abr. de 2020 12:19

Prezada, boa tarde!

Segue em anexo a lista dos servidores com os dados solicitados

Att,

Luiz Carlos  
Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - PROGEDEP  
Coordenação de Pessoal-COP



## ANEXO C- Mapa do Câmpus de Palmas realizado pela Prefeitura deste Câmpus





ANEXO D – CD com as Plantas baixas utilizadas do Câmpus Palmas da UFT

## ANEXO E – Modelo da Planilha de Avaliação de Acessibilidade




### ROTEIRO BÁSICO PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**DADOS DA EDIFICAÇÃO**

Órgão: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Uso do imóvel: Institucional:  Comercial:  Residencial:  Misto:  Fórum:

Descrição do imóvel: Próprio:  Cedido:  Alugado:  Conveniado:  Obs: \_\_\_\_\_

Tipo de imóvel: Casa:  Loja:  Edifício:  Pavimentos:  Obs: - \_\_\_\_\_

Responsável pelas informações: \_\_\_\_\_ Nome / função / matrícula

**Por se tratar de um prédio para abrigar edificação de uso público, todos os ambientes devem ser acessíveis, inclusive a área restrita aos funcionários, tendo como base o Desenho Universal.**

DESCRIÇÃO DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA/LEGISLAÇÃO*	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SITUAÇÃO ENCONTRADA
<b>1. CALÇADA</b>				
a) Possui faixa livre para pedestre com largura mínima de 1,50m, sendo admissível 1,20m?				

Para acesso ao Roteiro Básico para Avaliação da Acessibilidade nas Edificações do Conselho Nacional do Ministério Público segue o link:

[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:peSptqXdQ70J:https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro\\_B%25C3%25A1sico\\_Avalia%25C3%25A7%25C3%25A3o\\_Acessibilidade\\_Sedes\\_MP.pdf+%&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:peSptqXdQ70J:https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro_B%25C3%25A1sico_Avalia%25C3%25A7%25C3%25A3o_Acessibilidade_Sedes_MP.pdf+%&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)